



Relatório e Contas 2013



Transportes de Lisboa

Relatório e Contas 2013



Transportes de Lisboa

Índice

Mensagem do Conselho de Administração	4
Análise do ano 2013.....	6
Empresas do Grupo ML.....	8
Indicadores chave.....	9
1. Desempenho.....	11
1.1. Marketing e comercial	11
1.2. Exploração operacional	19
1.3. Recursos humanos.....	20
1.4. Recursos materiais e tecnológicos.....	28
1.5. Expansão, modernização e reabilitação da rede	31
1.6. Relações internacionais.....	36
1.7. Qualidade do serviço.....	38
2. Gestão económica e financeira	42
2.1. Análise económica.....	42
2.2. Gestão financeira.....	45
3. Governo Societário.....	50
4. Cumprimento das orientações legais.....	53
5. Perspetivas para 2014	65
6. Proposta de aplicação de resultados.....	66
7. Demonstrações financeiras	67
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.....	71
Siglas e Acrónimos.....	120

Mensagem do Conselho de Administração



O presente Relatório refere a atividade do Metropolitano de Lisboa (“ML”) e os resultados obtidos no exercício de 2013, ano em que completou 54 anos ao serviço da cidade de Lisboa.

Em relação a 2013, que constituiu o primeiro ano completo de administração conjunta do Metropolitano de Lisboa e da CARRIS, cumpre, desde logo, ao fazer o balanço da atividade do ML, ter presente esta nova realidade da integração progressiva das empresas.

Assim, não deixou de ser um objetivo primordial do ML garantir uma mobilidade mais sustentável na área metropolitana de Lisboa, mas fê-lo pondo a tónica na prossecução de uma mobilidade mais integrada dos dois modos de transporte público de excelência na cidade. Visou-se, desta forma, garantir uma mobilidade mais racional, mais eficiente, e consequentemente, mais económica.

Com este desiderato, foram tomadas diversas medidas pelo Conselho de Administração, descritas neste Relatório, que se materializaram nos bons resultados obtidos, como tão bem o indicia o aumento do EBITDA para 24,6 milhões de euros, mais 3,8 milhões do que em 2012.

Para estes resultados contribuiu, desde logo, o significativo redimensionamento do quadro de pessoal do ML, processo que se encontra ainda em curso, que se traduziu numa redução de 76 colaboradores, com a consequente diminuição de 1,9% da massa salarial. Porém, a reposição do subsídio de Natal, o aumento das indemnizações para rescisões contratuais e a adoção de diferentes critérios de contabilização dos custos do plano de pensões, acabaram por implicar um aumento contabilístico em 14,7% desta rubrica.

Os gastos com Fornecimentos e serviços externos diminuíram cerca de 10%, refletindo as medidas de racionalização de custos implementadas na Empresa, o esforço no sentido da contratação conjunta e agregada de serviços pelo ML e CARRIS, e ainda, a prestação de serviços entre as duas empresas. A indemnização compensatória do Estado manteve-se no mesmo nível.

Com efeito, o Conselho de Administração comum tem desenvolvido esforços no sentido da contratação conjunta e agregada de serviços pelo ML e pela CARRIS, procurando, sempre que possível, beneficiar do efeito de escala gerado para obter melhores condições comerciais e contratuais. Foi assim com a energia, com a comunicação, com o parque de impressoras, com o gasóleo, entre outras.

Aproveitando o vasto conhecimento do ML na manutenção do material circulante ferroviário, este passou, também, a efetuar, com grande eficiência, algumas operações de manutenção da frota de elétricos articulados da CARRIS.

Desenvolveram-se ações de fiscalização conjuntas e os Espaços Cliente e o Centro de Atendimento passaram a ser comuns a ambas as empresas, o que permite aos clientes do ML e da CARRIS, a obtenção, de uma forma mais simples e direta, da informação e dos esclarecimentos de que necessitem, nas vertentes comercial, operacional e institucional, a que acresce a otimização, nas duas empresas, dos meios técnicos e dos recursos humanos alocados a esta atividade.

Em 2013, procedeu-se ainda à substituição, ao nível da comunicação interna, dos meios existentes em cada empresa por uma revista única, a “VIA LX” e por uma *newsletter* única, meios particularmente importantes de divulgação da nova cultura ML/CARRIS, em fase de construção e consolidação.

Também ao nível da gestão do capital humano se procurou fomentar a integração com a adoção de processos comuns de seleção e *assessment* de colaboradores e a promoção de iniciativas comuns no âmbito da Formação, de que a mais emblemática é a Academia.

Embora os resultados globalmente alcançados sirvam de estímulo, sabemos que ainda há muito trabalho a desenvolver no sentido da progressiva integração dos dois grupos empresariais.

Assim, devemos continuar a otimizar a utilização dos recursos, quer externos, quer internos, procurando eliminar algumas ineficiências ainda existentes. Cientes, porém de que, todas as medidas adotadas não podem postergar aquela que é a missão principal do ML: assegurar a mobilidade dos nossos clientes com sustentabilidade ambiental e económica.

De realçar ainda que no ano de 2013 se obteve a Certificação Ambiental do SGQA (norma NP EN ISO 14001 Sistemas de gestão ambiental. Requisitos).

Para o ano de 2014, o Conselho de Administração e a Empresa continuam fortemente empenhados no processo de redução orçamental, fidelização dos clientes, captação de novos clientes e combate à fraude com vista à recuperação da procura.

De forma a tornar o sistema tarifário mais simplificado e com bases que permitirão uma remuneração mais justa para os operadores de transportes coletivos, e um eventual redesenho das redes para melhor servir clientes atuais e novos, continuar-se-á a revisão do modelo de repartição de receitas pelos operadores de área metropolitana de Lisboa.

Este é um processo complexo e exigente para o qual o Conselho de Administração e a estrutura diretiva da Empresa estão fortemente empenhados e motivados, apoiados neste desiderato por muitos colaboradores felizmente disponíveis para participar nesta mudança.

Lisboa, 23 de maio de 2014

O Conselho de Administração

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Análise do ano 2013

O ano de 2013 foi marcado por um processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

O regresso de Portugal a um financiamento estável de mercado, que se perspetiva a partir do próximo mês de maio de 2014 é um processo exigente e requer a prossecução estrita dos compromissos assumidos pelo país. Esta é uma condição indispensável para a firme credibilização do ajustamento económico no médio e longo prazo. Este ajustamento surge reforçado no atual quadro de aprofundamento da integração europeia, com destaque para o processo de criação de uma verdadeira união bancária e para a aplicação das novas regras orçamentais na União Europeia. A nível interno, é fundamental que se estabeleçam compromissos credíveis de horizonte alargado, de modo a aprofundar a coesão social e o consenso institucional em torno destes objetivos nacionais.

Processo esse a que o ML não pôde, nem pode, ser alheio.

Em 23 de agosto de 2012, o Governo nomeou uma administração conjunta para o METROPOLITANO DE LISBOA e para a CARRIS. Assim, o conselho de administração destas empresas passou a ser composto exclusivamente por quatro titulares comuns. Operou-se, desta forma, a uma redução dos membros dos referidos Conselhos de Administração de 10 titulares (5 em cada uma das empresas) para somente 4.

Em 7 de junho de 2013, o Conselho de Administração ficou reduzido a três membros, por força da demissão do Senhor Presidente do Conselho de Administração, o Dr. José Manuel Silva Rodrigues, nos termos da resolução do conselho de ministros n.º 40/2013, publicada no Diário da República n.º 115, de 18 de junho de 2013.

Cumprir recordar, que a esta administração conjunta foi cometida, prioritariamente, a missão de concretização dos objetivos definidos no PET - Plano Estratégico de Transportes, aprovado pela resolução do conselho de ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa, ou seja e em traços gerais, desenvolver e concretizar o processo de integração operacional do METROPOLITANO DE LISBOA e da CARRIS, bem como estudar e preparar o modelo de abertura à exploração, por entidades privadas, dos serviços de transporte prestados por estas empresas.

Neste sentido, a nova administração conjunta tem vindo, desde o início das suas funções, a promover, numa lógica de gestão integrada CARRIS|METROPOLITANO DE LISBOA, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (elétrico, autocarro e metropolitano), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade. A este propósito, importa acrescentar que as leis do Orçamento do Estado para 2012 e 2013 determinaram para o Setor Empresarial do Estado várias medidas, visando a redução de custos e o aumento da respetiva eficiência económica, as quais têm vindo a ser naturalmente cumpridas, pela Empresa.

Este relatório evidencia, com clareza, a evolução do ML ao longo do ano de 2013.

No setor dos transportes, o ano de 2013 foi o primeiro ano completo de administração conjunta do Metropolitano de Lisboa e da CARRIS.

No plano tarifário, foram concretizadas, durante o ano de 2013, medidas adicionais de reestruturação, dando seguimento à política definida pelo governo em 2011 e 2012, que permitiram o aumento das respetivas bases tarifárias médias, com o conseqüente reflexo positivo nos proveitos tarifários, obtidos na Empresa.

Assim, desde 1 de janeiro de 2013 que, dando cumprimento ao objetivo estratégico de potenciar a intermodalidade, passou a existir o passe Navegante e o bilhete Viagem CARRIS|Metro, bem como uma melhor articulação de oferta CARRIS|Metro.

Durante o ano de 2013, reforçou-se o processo de integração operacional do ML e da CARRIS, materializado nas seguintes ações:

- “Espaço Cliente” com uma imagem comum e orientado para o negócio de cada empresa;
- Na comunicação interna, foi criada uma newsletter “VIA LX” comum às duas empresas;
- Prestação de serviços internos entre as duas empresas, potenciando as mais-valias de cada empresa;
- Contratação partilhada de fornecimentos de bens e serviços, maximizando o efeito de escala;
- Otimização da gestão da Empresa através do redimensionamento do quadro de pessoal, registou-se uma redução global de 76 colaboradores, no ML;

- A reorganização no processo produtivo da manutenção, tendo sido deslocados colaboradores da manutenção do material circulante para a manutenção das infraestruturas, melhorando o desempenho da Empresa e tornando-a mais competitiva; A Empresa desenvolveu um conjunto de medidas e de ações tendentes à potenciação de sinergias, através da prestação de serviços de manutenção, pelas oficinas do METROPOLITANO DE LISBOA à área de carros elétricos da CARRIS, estando em estudo uma colaboração mais estreita entre estas duas empresas na área da manutenção.

Ao nível dos resultados no ML, verificou-se uma grande melhoria do resultado operacional, sendo positivo em 22,6 milhões de euros. O EBITDA aumentou em 2013, situando-se em 24,6 milhões de euros.

As indemnizações compensatórias mantiveram-se iguais ao ano anterior, em 44 milhões de euros.

É de destacar ainda a grande redução do PMP de 113 dias para 34 dias resultado de uma nova política financeira da Empresa, o que permitiu maior capacidade negocial junto dos fornecedores.

Considerando a quebra total da procura em 11,9%, como resultado da redução da mobilidade e da fraude, foram tomadas diversas medidas de curto e médio e longo prazo, tais como:

- Estudo de cenários de articulação entre a CARRIS e o ML, enquanto operadores estruturantes da AML;
- Ao nível do marketing, foram desenvolvidas ações inovadoras e integradas de potenciação do transporte público (TP);
- Ao nível do combate à fraude foram preparadas novas medidas ao nível do plano legislativo, permitindo que em 2014 a cobrança das sanções seja mais eficaz.

Em 2013, o ML, em articulação com a Carris, desenvolveu um programa que teve em vista a partilha de meios humanos e materiais existentes nas áreas centrais das duas empresas, nomeadamente no marketing e na logística, possibilitando o mesmo, ainda, a contratação partilhada do fornecimento de bens e serviços, maximizando o efeito de escala, por recurso à figura de agregação de entidades adjudicantes, com ganhos muito significativos para ambas as empresas, dos quais se destacam a aquisição de serviços de gestão de resíduos, a aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em alta tensão (AT), média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) para as instalações das empresas, a aquisição de serviços de fornecimento de gásóleo e, ainda, a locação de equipamentos de impressão/multifunções e aquisição de serviços da respetiva manutenção/suporte técnico.

Ainda no âmbito da redução de custos, cumpre destacar o significativo redimensionamento do quadro de pessoal ocorrido em 2013. Com efeito, verificou-se uma redução global de 76 colaboradores de diferentes níveis funcionais e hierárquicos da Empresa. Desta forma, a Empresa aproximou-se da meta de redução fixada na LOE.

Espera-se, ainda que o próprio processo de integração operacional que prosseguirá e se consolidará, em 2014, venha a incrementar a redução do efetivo, em especial nas áreas corporativas de ambas as empresas, de onde resultará um acréscimo da eficiência e da produtividade com impactos positivos na diminuição dos custos operacionais e na melhoria do desempenho, de que o principal beneficiário final será, sempre, o cliente do transporte público.

Do ponto de vista holístico em 2013, o ML prosseguiu o seu ajustamento face às necessidades do mercado, otimizando o seu negócio e tornando-o mais competitivo.

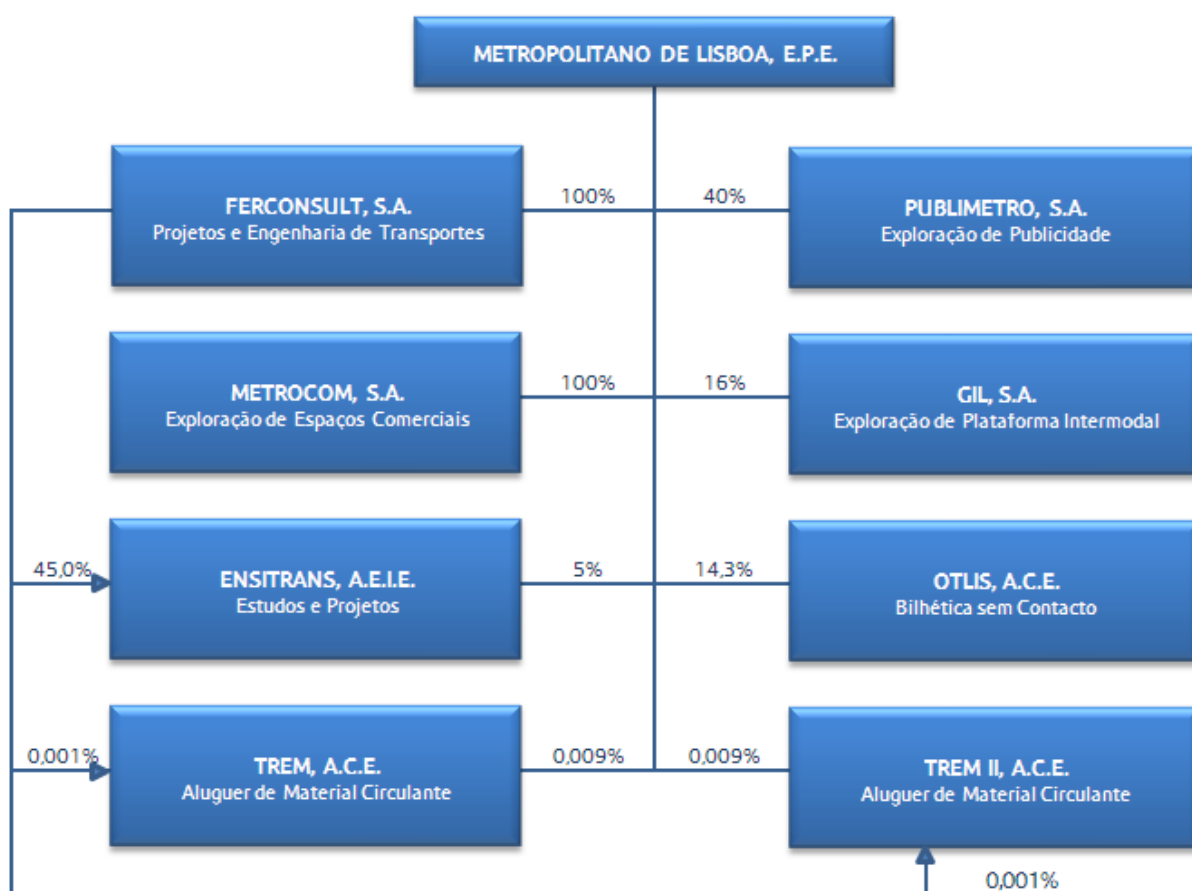
É ainda de destacar, ao nível dos projetos de expansão, a aprovação nacional em 2013 pelo Fundo de Coesão, de uma comparticipação financeira de 59 milhões de euros para a extensão da linha Azul entre Amadora Este e Reboleira, estando ainda a aguardar a aprovação da Comissão Europeia.

Em suma, pode-se concluir que o ML tem prosseguido, de forma consistente, a sua responsabilidade enquanto agente económico e social que atua no domínio da mobilidade urbana, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento e para a sustentabilidade da cidade de Lisboa e da sua área metropolitana, o que tem sido prosseguido, num contexto de ajustamento integrado da sua atividade às necessidades do mercado, sempre norteado pela otimização da utilização dos recursos, com vista ao aumento da eficiência empresarial e da permanente melhoria da qualidade do serviço prestado.

O exercício de 2013 permitiu a prossecução das medidas tendentes à consolidação da melhoria operacional que o ML tem vindo a evidenciar, de forma clara e consistente, em diversos domínios, nos últimos anos, o que, uma vez mais, foi reconhecido e valorizado pelos vários "stakeholders" da Empresa, designadamente pelos seus clientes.

Empresas do Grupo ML

As participações do ML, em 31 de dezembro de 2013, eram as seguintes:



Indicadores chave

Indicadores		2009	2010	2011	2012	2013	Var. %
							2013/ 2012
Procura							
Passageiros com título pago	10 ³	165 191	170 858	164 845	141 382	125 153	-11,48
Passageiros transportados	10 ³	176 726	182 642	178 774	154 005	135 712	-11,88
Passageiros x km	10 ³	829 068	865 521	857 101	745 589	655 705	-12,06
Oferta							
Carruagens x km	10 ³	25 274	27 649	26 467	21 339	21 498	0,75
Lugares x km	10 ⁶	4 271	3 511	3 361	2 730	2 752	0,81
Qualidade de serviço							
Regularidade	%	90,1	92,3	89,4	84,9	87,8	3,42
Ocorrências com atrasos ≥ 10 min.	n.º	141	147	202	245	185	-24,49
MKBF	km	12 982	13 932	14 373	12 639	13 616	7,73
Disponibilidade das infraestruturas	%	n.d.	n.d.	99,90	99,88	99,61	-0,27
Frota							
ML 90	n.º	57	57	57	57	57	0,00
ML 95	n.º	114	114	114	114	114	0,00
ML 97	n.º	54	54	54	54	54	0,00
ML 99	n.º	113	113	113	113	113	0,00
Total	n.º	338	338	338	338	338	0,00
Recursos humanos							
Áreas operacionais	n.º	1 415	1 437	1 365	1 289	1 230	-4,58
Serviços corporativos	n.º	221	235	225	236	221	-6,36
Efetivo total	n.º	1 636	1 672	1 590	1 525	1 451	-4,85
Rendimentos e gastos							
SNC							
Receitas de tráfego ¹	10 ³ €	59 947	62 530	66 794	80 341	78 546	-2,23
Indemnização compensatória ²	10 ³ €	26 755	26 503	42 000	44 000	44 000	0,00
Rendimentos operacionais	10 ³ €	114 799	114 645	136 069	148 298	183 657	23,84
Rendimentos totais	10 ³ €	110 477	114 380	136 056	148 298	183 633	23,83
Gastos operacionais	10 ³ €	226 332	210 752	206 674	150 417	161 033	7,06
Gastos totais	10 ³ €	266 040	263 030	281 851	225 533	198 902	-11,81
Resultados operacionais	10 ³ €	(111 534)	(96 107)	(70 605)	(2 118)	22 624	1.168,00
Resultados líquidos	10 ³ €	(146 977)	(148 337)	(146 052)	(77 332)	(15 308)	80,21
EBITDA	10 ³ €	(38 410)	(31 833)	4 638	20 878	24 635	17,99

Legenda: n.d. - dados não disponíveis.

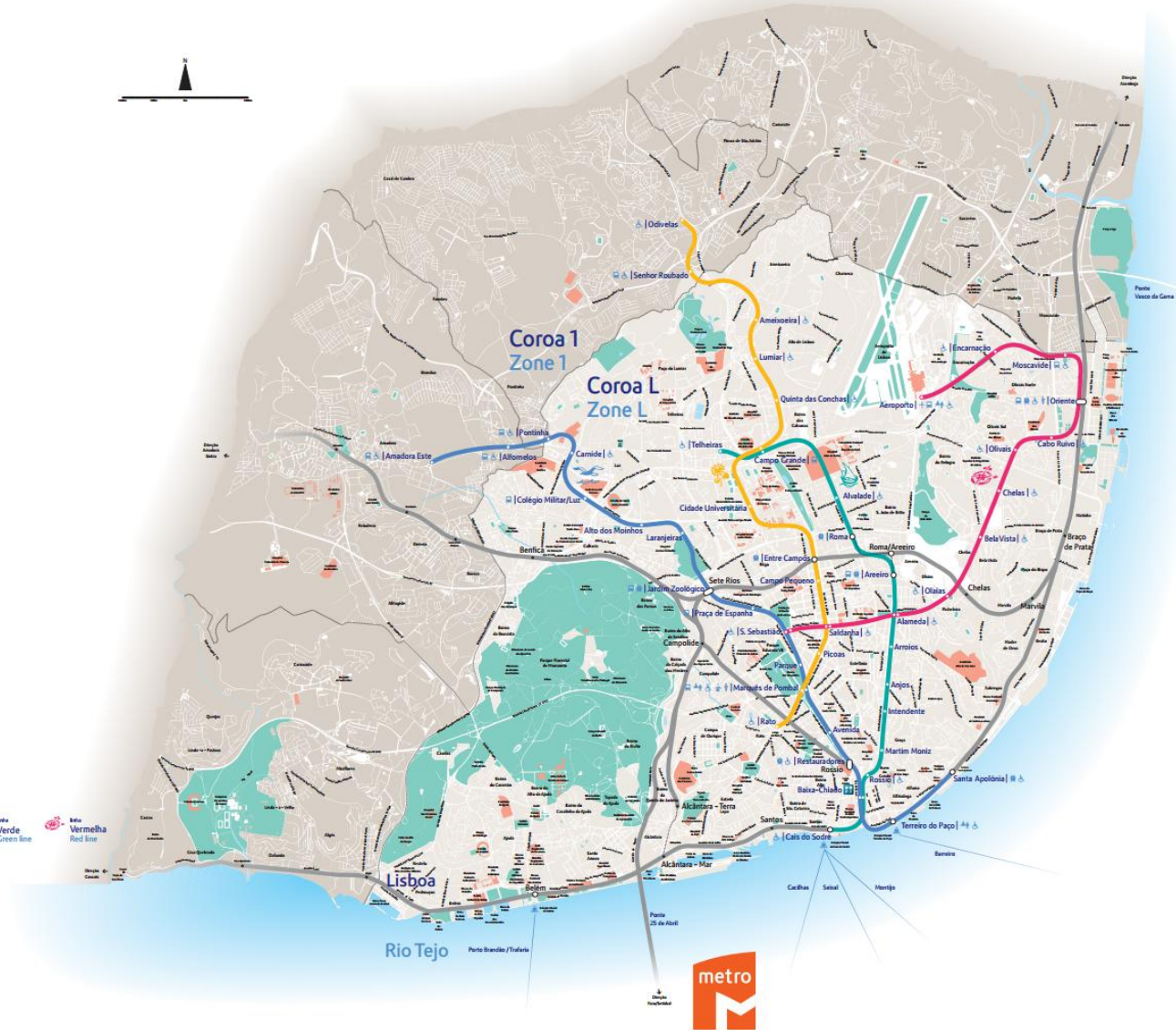
¹ Foram incluídas, nas "Receitas de tráfego", quer as receitas obtidas com a venda dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas", quer as verbas recebidas do O.G.E., a título de compensação pelos descontos efetuados nos títulos 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e Social +.

² Valores líquidos de IVA.

No final do ano de 2013 a rede do ML tinha 55 estações e 43,2 km, conforme mapa que se segue:

Rede de transportes de Lisboa
Metropolitano de Lisboa/CP/TT
Network diagram

-  Aeroporto
Airport
-  Autocarro suburbano
Suburban bus
-  Barco
Boat
-  Comboio
Railways
-  Gabinete do Cliente
Customer Service Office
-  Mobilidade reduzida
Step free
-  Perdidos e achados
Lost property
-  Polícia
Police
-  Interface comboio/metro
Railways
-  Percurso pedonal
Pedestrian
-  Metro underground
-  Linha Azul
Blue line
-  Linha Amarela
Yellow line
-  Linha Verde
Green line
-  Linha Vermelha
Red line



1. Desempenho

1.1. Marketing e comercial

1.1.1. Procura



A procura em 2013 foi condicionada para além de outros fatores mais tradicionais, pelo clima de instabilidade social sentido na Empresa que contribuiu significativamente para o decréscimo de passageiros verificado, em consequência da quebra da regularidade na oferta e o efeito de desgaste da imagem junto dos clientes que se traduz numa potencial fuga, por vezes permanente, para outros meios de transporte. Por outro lado, o facto de não ter sido possível atualizar o sistema de contagem de passageiros com base no Inquérito 2007 (apenas com a Carris se utiliza este critério desde 2012), mantendo-se os dados do Inquérito de 1989, se mostrou penalizador para a Empresa. Desta forma, os passageiros transportados apresentam uma variação negativa de -11,88%, enquanto que a variação pelas validações é de -3,83%.

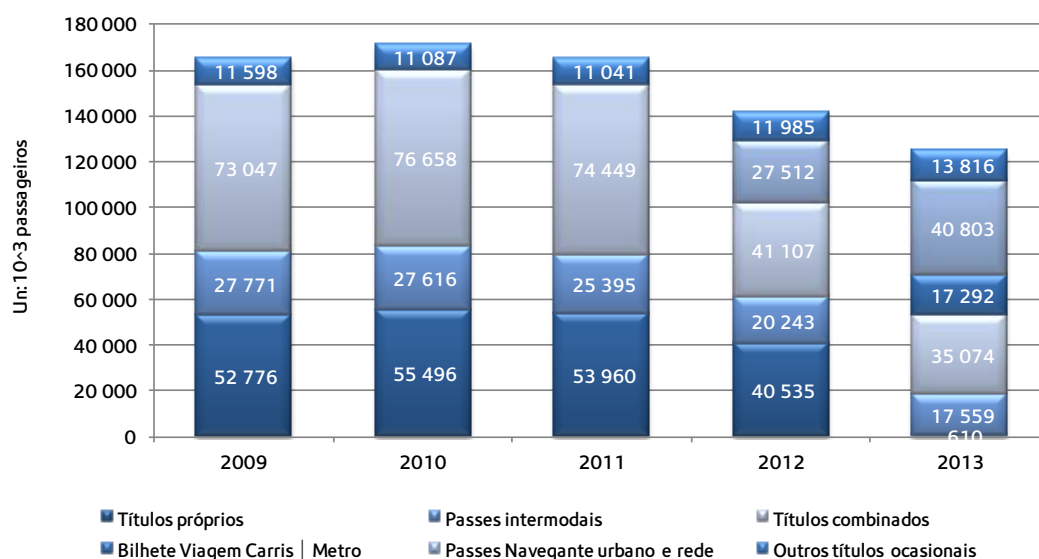
Quadro 1 – Evolução do número de passageiros transportados ³

Passageiros com títulos de transporte	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Títulos ocasionais	10 ³ 36 633	36 637	33 681	31 847	31 425	-1,33
Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	10 ³ 25 035	25 549	22 640	19 862	318	-98,40
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³ 0	0	0	0	17 292	-
Zapping	10 ³ 8 824	8 142	7 949	8 507	10 607	24,69
Outros títulos ocasionais	10 ³ 2 773	2 946	3 092	3 478	3 208	-7,76
Passes	10 ³ 128 559	134 221	131 164	109 534	93 728	-14,43
ML	10 ³ 27 571	29 947	31 320	20 673	293	-98,58
Navegante urbano	10 ³ 0	0	0	27 738	35 918	29,49
Navegante rede	10 ³ 0	0	0	3 256	4 884	50,00
Intermodais	10 ³ 27 771	27 616	25 395	20 243	17 559	-13,26
Combinados	10 ³ 73 217	76 658	74 449	37 624	35 074	-6,78
Total com títulos pagos	10 ³ 165 192	170 858	164 845	141 382	125 153	-11,48
Transporte gratuito e fraude	10 ³ 11 535	11 784	13 929	12 623	10 559	-16,36
Total transportados	10 ³ 176 727	182 642	178 774	154 005	135 712	-11,88
Passageiros com título pago das validações	10 ³ 139 254	143 819	137 252	127 037	122 178	-3,83
Percurso médio por passageiro	km 4,691	4,739	4,794	4,841	4,832	-0,20
Passageiro x km transportados	10 ³ 829 068	865 521	857 101	745 589	655 705	-12,06

Note-se que foi o primeiro ano em que a Empresa operou sem Passes próprios, pelo que naturalmente, assistiu-se a um período de habituação dos clientes aos novos títulos Navegante Urbano e Rede.

³ A partir de janeiro de 2012, passou a ser considerado, para o cálculo de passageiros, o período de 25 a 24 do mês seguinte. Assim, foram recalculados os passageiros de 2011, de forma a serem comparáveis.

Gráfico 1 – Evolução do número de passageiros com título de transporte pago



1.1.2. Receitas de tráfego

As receitas tarifárias, sem as participações referentes aos títulos 4-18/Sub23 e Social +, situaram-se sensivelmente ao nível das receitas do ano transato, apresentando um ligeiro decréscimo de -0,17%.

Numa análise um pouco mais detalhada, devem salientar-se dois factos relevantes ocorridos em 2013: a extinção dos Passes Próprios Metro e do Bilhete Viagem Metro, este último substituído pelo Bilhete Viagem Carris/Metro.

Assim, embora os passes Navegante Urbano e Rede apresentem um elevado acréscimo (+48,31%), face ao ano transato, quando comparados conjuntamente com os extintos Passes Metro, apresentam uma variação negativa de -3,23%, reflexo do facto da remuneração dos passes Navegante ser inferior à remuneração dos Passes Próprios, acrescida da diminuição das vendas.

Também o Bilhete Viagem Carris/Metro quando comparado com o Bilhete Viagem Metro apresenta uma variação negativa de -8,15%. No entanto, o título Zapping compensa largamente este decréscimo com uma variação positiva de +35,14%, refletindo não só o acréscimo de preço, mas também o aumento das vendas.

Para os títulos Intermodais e Combinados, permaneceu em 2013, com grande prejuízo para o ML, a chave de repartição do inquérito de 1989. Todavia, no próximo ano, irá iniciar-se a aplicação aos passes Intermodais da chave resultante do inquérito efetuado em 2007, cujo resultado irá certamente ter um impacto fortemente positivo na receita da Empresa.



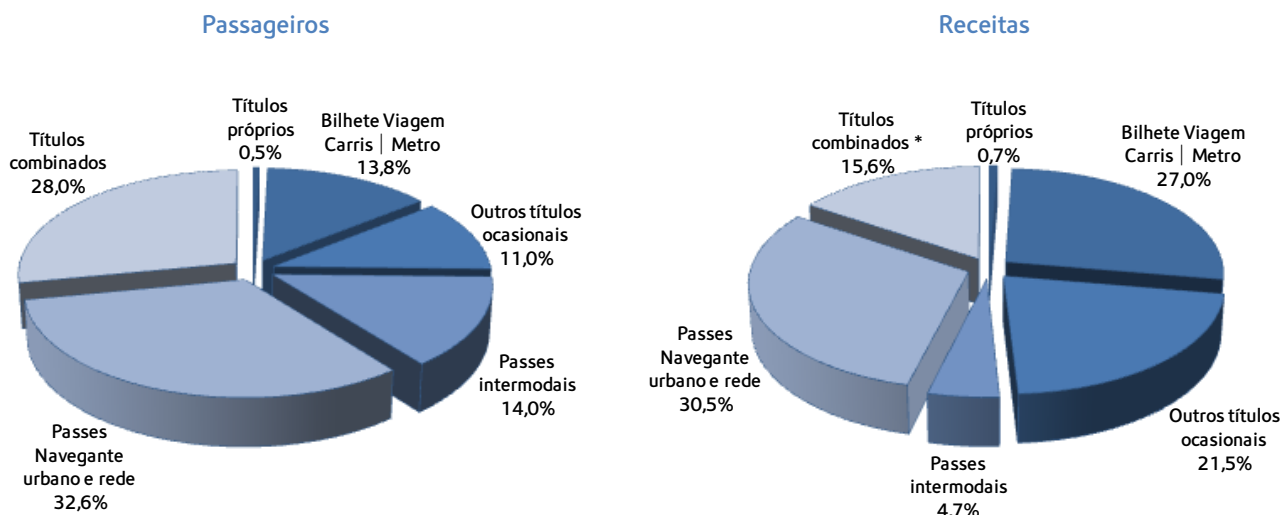
Quadro 2 – Evolução das receitas de transporte⁴

Títulos de transporte		2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Passageiros	Títulos ocasionais	n.º 33 680 800	31 847 253	31 425 052	-1,33
	Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	n.º 22 639 763	19 861 847	317 673	-98,40
	Bilhete Viagem Carris Metro	n.º -	-	17 291 507	-
	Zapping	n.º 7 949 085	8 507 060	10 607 380	24,69
	Outros títulos ocasionais	n.º 3 091 952	3 478 346	3 208 492	-7,76
	Passes	n.º 131 164 446	109 534 444	93 728 180	-14,43
	ML	n.º 31 320 394	20 672 993	292 552	-98,58
	Navegante urbano	n.º -	27 738 031	35 918 338	29,49
	Navegante rede	n.º -	3 256 263	4 884 325	50,00
	Intermodais	n.º 25 395 124	20 242 953	17 558 746	-13,26
	Combinados	n.º 74 448 928	37 624 204	35 074 220	-6,78
	Total com títulos pagos	n.º 164 845 246	141 381 697	125 153 229	-11,48
	Passageiros c/ título pago das validações	€ 137 252 204	127 037 171	122 177 785	-3,83
	Receitas (sem IVA)	Títulos ocasionais	€ 30 274 407	35 928 657	37 755 588
Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro		€ 20 969 844	23 095 834	374 614	-98,38
Bilhete Viagem Carris Metro		€ -	-	20 839 458	-
Zapping		€ 7 073 620	9 323 916	12 600 447	35,14
Outros títulos ocasionais		€ 2 230 942	3 508 907	3 941 069	12,32
Passes		€ 30 977 756	40 225 819	38 265 859	-4,87
ML		€ 9 617 355	8 583 184	127 288	-98,52
Navegante urbano		€ -	13 705 607	20 110 793	46,73
Navegante rede		€ -	2 163 714	3 424 485	58,27
Intermodais		€ 4 035 137	4 103 592	3 644 978	-11,18
Combinados		€ 17 325 265	11 669 724	10 958 315	-6,10
Total das receitas		€ 61 252 163	76 154 476	76 021 447	-0,17
Total das receitas com participação		€ 64 251 637	78 184 907	77 362 322	-1,05
Receita média por passageiro		Títulos ocasionais	€ 0,899	1,128	1,201
	Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	€ 0,926	1,163	1,179	1,41
	Bilhete Viagem Carris Metro	€ -	-	1,205	-
	Zapping	€ 0,890	1,096	1,188	8,38
	Outros títulos ocasionais	€ 0,722	1,009	1,228	21,76
	Passes	€ 0,236	0,367	0,408	11,17
	ML	€ 0,307	0,415	0,435	4,79
	Navegante urbano	€ -	0,494	0,560	13,32
	Navegante rede	€ -	0,664	0,701	5,51
	Intermodais	€ 0,159	0,203	0,208	2,40
	Combinados	€ 0,233	0,310	0,312	0,73
	Receita média	€ 0,372	0,539	0,607	12,77

A concentração da procura em títulos de maior receita média por passageiro permitiu que este indicador evoluísse positivamente em +12,77%.

⁴ As receitas de títulos são as respeitantes aos indicadores da área comercial, não sendo consideradas as receitas apuradas pela área financeira.

Gráfico 2 – Repartição percentual por títulos de transporte – Ano 2013



Apresenta-se de seguida um quadro com a revisão tarifária de alguns títulos mais significativos:

Quadro 3 – Evolução das tarifas dos principais títulos de transporte

Un: €

Títulos de transporte	2011		2012	2013	Var. % 2013/12
	01-Jan	01-Ago	01-Fev	01-Jan	
Títulos próprios do Metro					
Bilhetes					
7 Colinas simples – 1 zona	0,90	1,05	-	-	-
7 Colinas simples – 2 zonas	1,15	1,30	-	-	-
Bilhete viagem Metro	-	-	1,25	-	-
Passes					
Urbano 30 dias	19,55	23,90	29,00	-	-
Rede 30 dias	28,70	32,00	35,00	-	-
Passes intermodais					
L1	40,10	46,10	48,40	48,85	0,9
L12	48,30	55,55	58,35	58,90	0,9
L123	55,00	63,25	66,40	67,00	0,9
Títulos combinados					
Bilhetes					
Bilhete Viagem CARRIS Metro	-	-	-	1,40	-
Zapping – 1 zona	0,82	1,05	1,15	1,25	8,7
Zapping – 2 zonas	1,12	1,30	-	-	-
Bilhete 1 dia Carris Metro – rede	3,95	4,60	5,00	6,00	20,0
Passes					
Carris Metro urbano – 30 dias	29,45	33,85	-	-	-
Carris Metro rede – 30 dias	32,60	37,50	-	-	-
Navegante urbano	-	-	35,00	35,00	0,0
Navegante rede	-	-	40,00	40,00	0,0

1.1.3. Reclamações

Em 2013 o número de reclamações diminuiu substancialmente relativamente ao ano anterior. Em 2012 o número de reclamações atingiu as 6.048, tendo sido registadas 5.063 no ano de 2013.

O ano de 2013, embora globalmente tenha registado uma redução significativa no número de global de reclamações, apresentou valores elevados naquelas referentes a Máquinas Automáticas (620), estações (646) e greve (323). No que concerne a Máquinas automáticas este valor ficou a dever-se ao número de reclamações ocorridas em janeiro englobadas no motivo “dificuldade de aquisição de título”. Tratou-se de uma situação pontual, de uma anomalia nas máquinas que não permitia o carregamento de outros passes em cartões anteriormente carregados com passes ML 30, o que implicou a deslocação dos clientes aos postos de venda. Esta situação foi corrigida no final do mês.

Quanto às reclamações envolvendo estações, o elevado número radica fundamentalmente naquelas classificadas em “diversos” onde se encontram as queixas relativas ao tempo de espera nos Espaços Cliente. Esta situação ocorreu nos meses de setembro e outubro com a enorme afluência àqueles espaços de clientes para renovação de passes social +, 4-18 e sub23.

Finalmente, o aumento das reclamações envolvendo o motivo “greve” foi consequência dos vários períodos de greve que se registaram durante o ano – em janeiro, maio, junho, outubro, novembro e dezembro.

1.1.4. Comunicação e imagem

O ano de 2013 foi marcado pela atual conjuntura, com notório desinvestimento nas atividades ligadas ao marketing e comunicação. A direção “Marketing e Comercial (MCC)” teve que aumentar a tónica nas parcerias estratégicas para continuar a divulgar a marca e encontrar novos negócios numa ótica de sustentabilidade empresarial.

Foi também o ano de grandes mudanças de gestão, nomeadamente pela integração operacional com a CARRIS, que introduziu novos modelos de trabalho e beneficiou o espectro de influência da comunicação das duas marcas em termos de alcance e exposição.

Da referida integração dois projetos merecem destaque, o novo Centro de Atendimento comum localizado nas instalações do ML e os diversos Espaços do Cliente, que foram standardizados para CARRIS|Metro.

No âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se as seguintes:

Comunicação interna:

- Reformulação do portal ML – criação de uma área específica do colaborador;
- Visitas “Uma viagem que nos une” – iniciativa conjunta Carris|Metro, que prevê visitas a ambas as empresas para promover o conhecimento mútuo de ambiente de trabalho. As visitas decorreram pelas áreas corporativas de ambas as empresas, sendo ainda visitados os Postos de Comando Central tanto da CARRIS como do METRO e as oficinas do PMOIII do Metro;
- Crossbooking⁵ – Permitiu estimular a troca de livros entre os colaboradores da Empresa, apelando à leitura. Para o efeito foi colocada uma estante com livros no edifício da Barbosa du Bocage.

Comunicação externa:

- “Centro de Atendimento CARRIS|METRO” – Possibilita que os clientes, de uma forma simples e direta, esclareçam todas as dúvidas e obtenham informações sobre as suas deslocações diárias na AML (desde 23 de setembro). Este novo serviço enquadra-se no âmbito da estratégia de integração operacional das duas empresas;
- “Espaço Cliente” – Abertura, na estação Campo Grande, dum novo local de atendimento comum



⁵ Idealizado pelo americano Ron Hornbaker, no esquema original do “bookingcross” uma pessoa abandona um livro num lugar público para que alguém possa lê-lo, e outros continuam esse processo para que o livro prossiga. Antes de deixar o livro num local público, o livro é registado num Site de *bookingcross* para ser rastreado e é colocada uma dedicatória para que quem pegue o livro tome conhecimento do projeto.

ao ML e à CARRIS, dando a possibilidade aos clientes de tratarem de todos os assuntos de natureza comercial relativos ao serviço prestado pelas duas empresas, bem como à produção dos cartões “Lisboa viva” solicitados às duas empresas;

- Reabertura do “Gabinete do Cliente” (Marquês de Pombal) do ML e das “lojas Mob” (Arco do Cego e Santo Amaro) da CARRIS com nova imagem e filosofia do “Espaço Cliente” do Campo Grande.

Campanhas conjuntas Metro | CARRIS - continuidade à estratégia de integração de projetos de comunicação:

- Via Lx” – Newsletter conjunta entre o ML e a CARRIS (disponível em formato digital e impresso) que visa estabelecer um meio de contato mais próximo com os clientes, dando a conhecer os projetos comuns mais relevantes;
- “Eu valido verde” – Incentivo à validação do título de transporte e combate à fraude, lançado em fevereiro;
- “Ler em todo o lado” (parceria com Bibliotecas Municipais de Lisboa e a APEL) e “Leia mais, viaje mais nos Transportes de Lisboa” (Oferta de livros da LeYa) para comemorar o Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor (23/abril);



- Exposição de fotografia dos Parques e Monumentos de Sintra em sete das principais estações do ML – Dar a conhecer a riqueza do património natural e arquitetónico de Sintra, relembrando o relevo entre a utilização do transporte público e a proteção do ambiente (entre julho e dezembro);

- “Crescer com o Transporte Público” – A convite da UITP⁶, o ML e a CARRIS lançaram em conjunto esta campanha, com o objetivo de promover uma nova cultura de mobilidade urbana na cidade de Lisboa, sensibilizando o público, em particular os condutores de automóvel, para um conjunto de benefícios ligados à utilização do Transporte Público (junho e setembro);



- “Presente consigo” – Continuou a ser desenvolvido um conjunto de atividades com vista à construção de uma sociedade mais próspera e socialmente mais justa. Neste sentido, pelo terceiro ano consecutivo, o ML disponibilizou o seu refeitório do Parque de Material e Oficinas da Pontinha para a realização do almoço de Natal do Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA) para cerca de 300 pessoas das

zonas de Santa Apolónia, Gare do Oriente, Terreiro do Paço, Campo das Cebolas, Cais do Sodré, Almirante Reis e S. Jorge de Arroios. Esta ação teve o apoio do ML, da CARRIS e dos seus colaboradores, bem como da Euresst e outros mecenas que apoiaram esta iniciativa.

Outros projetos, em que foram desenvolvidas várias iniciativas e sempre que possível em parceria com a CARRIS, nomeadamente:

- Linha da Alegria – Recolha de artigos para a Entrajuda/Banco de Bens Doados, tendo os colaboradores e clientes de ambas as empresas contribuído com 598 quilos dos bens (dezembro);
- “Comboio de Natal METRO” – 400 crianças de Instituições Particulares de Solidariedade Social viajaram nas carruagens históricas do ML7 (a n.º 1 e a n.º 2). Esta iniciativa teve como parceiros: o Grupo Babel, o Teatro de Carnide e o Museu da Marioneta (de 4 a 11 de dezembro);
- 54º Aniversário do ML (29 de dezembro) – Para assinalar a data foi elaborada uma programação especial onde foram incluídos espetáculos de magia (Magic



⁶ União Internacional dos Transportes Públicos.

Days) e teatro (Teatro de Carnide), assim como concertos de piano (Pianos.pt) e percussões (ML). Os clientes do ML puderam ainda, mediante inscrição prévia, viajar na carruagem ML7, entre as estações Alvalade e Cais do Sodré (de 30 de dezembro a 10 de janeiro).

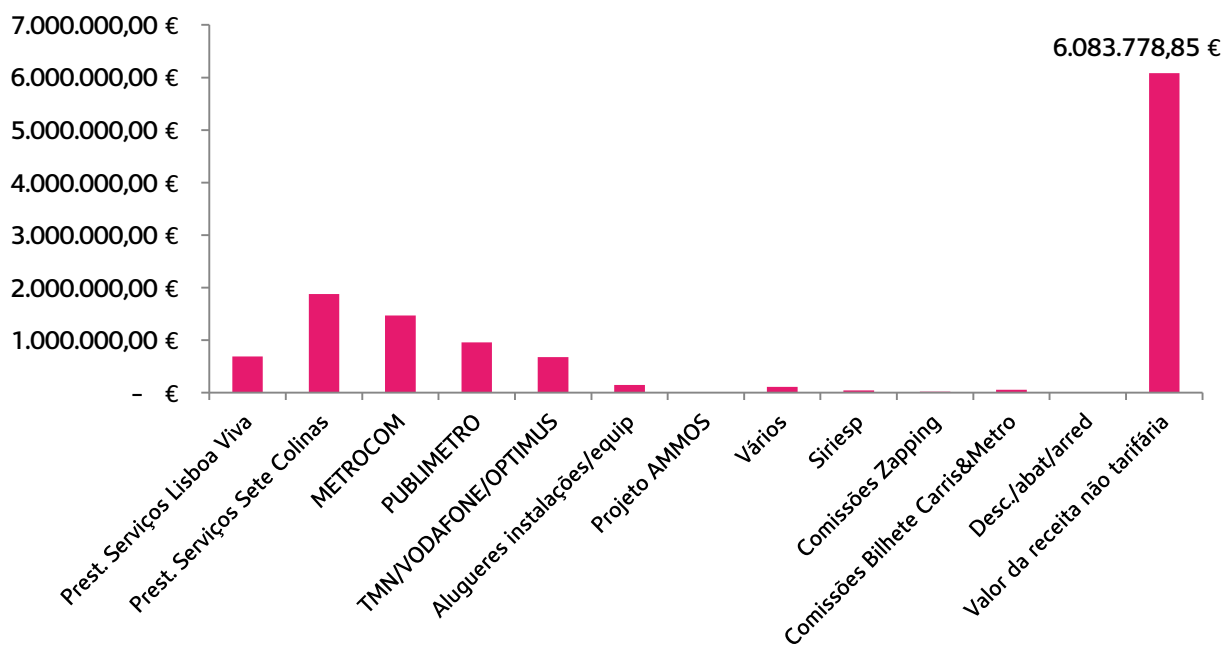
Outras atividades que contribuíram para o acréscimo de **receitas complementares** ao longo do ano 2013:

- Aluguer de espaço na estação Cais do Sodré para a realização do evento “Portugal Fashion”;
 - Filmagens para spots publicitários de marcas de grande notoriedade na rede de estações/instalações do ML;
 - Auditório do Alto dos Moinhos – aluguer deste espaço para a realização de *workshops*;
 - Linha de merchandising “Caricaturas Aeroporto” – Criação de diversas peças da Vista Alegre com motivos relacionados com as intervenções plásticas da estação Aeroporto. Estas peças, numa parceria entre a Vista Alegre Atlantis e o ML, estão disponíveis para venda nos Espaços Cliente CARRIS|Metro, no Centro de Atendimento CARRIS|Metro, no Museu da CARRIS e ainda na rede de lojas nacionais da Vista Alegre e respetivos distribuidores autorizados;
- MAVT’s – inovador projeto de rentabilização das máquinas de venda automática localizadas na nossa rede de estações, através de disponibilização de espaço para inserções publicitárias;
- Site institucional Metro – foi assegurado em 2013 a continuidade de anunciantes publicitários, seja pela prospeção de clientes ou pelo projeto do Google AdSense implementado, mediante a disponibilização de determinados espaços para este efeito;
- Fibra ótica – aluguer das infraestruturas de fibra ótica instalada na rede Metro às principais operadoras de telecomunicações;
- Metrocom – entidade que gere os espaços comerciais da rede Metro, para a qual se angaria novos negócios habitualmente. Presentemente a receita auferida por esta empresa participada é na sua grande maioria entregue e contabilizada como receita Metro;
- Publimetro – entidade que gere todos os meios publicitários Metro, atividade de elevado interesse financeiro pela qual o Metro recebe um *fee* anual variável.



Na sua globalidade as receitas complementares em 2013 ascenderam a 6.083.778,85 euros, divididas da seguinte forma:

Gráfico 3 – Receitas complementares (detalhe de outras fontes de receita) – Ano 2013



Em relação aos apoios e patrocínios o ML apadrinhou as seguintes iniciativas:

- **Operação Nariz Vermelho** – Esta campanha de angariação de fundos contou com o envolvimento profundo de toda a comunidade laboral, a qual permitiu angariar um total de 12 mil euros;
- **Missão Kanimambo (MK)** – Projeto cuja principal área de intervenção é a saúde e a proteção das pessoas com albinismo, enquadradas num cenário de hipopigmentação e em situação de carência socioeconómica. O ML e a CARRIS desenvolveram uma campanha de doação de protetores solares (fator 50), óculos de sol e bonés.



Em 2013 foram realizados os seguintes estudos de mercado:

- **ISC (Índice de Satisfação do Cliente)** – Através da recolha de informação retirada das entrevistas diretas e pessoais realizadas aos clientes, este estudo, realizado exclusivamente para o Metropolitano de Lisboa, tem como objetivo monitorizar a satisfação do cliente. Em 2013 o índice de satisfação atingiu os 7,03 (numa escala da 0 a 10), apresentando uma variação negativa de 2,5%, face aos 7,21 alcançados no ano anterior.
- **Cliente Mistério** – Estudo presencial que permite avaliar construtivamente os colaboradores e meios disponibilizados nas estações, numa ótica de utilizador, com foco na busca da excelência da oferta, permitindo monitorizar e medir o nível do Serviço ao Cliente. Neste estudo registou-se uma taxa de cumprimento de 84,4%, superior ao ano transato, em +1,23%.

1.2. Exploração operacional

1.2.1. Oferta

O ano de 2013 foi o ano de consolidação da redução de oferta preconizada no início de 2012 e adequada à procura média do transporte.

Destaca-se também a grande quantidade de greves, doze, que ocorreram no ano de 2013 as quais contribuíram significativamente para uma menor realização do plano de circulações de comboios.

Quadro 4 – Evolução da oferta

Evolução da oferta		2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Carruagens x km (serviço público)					
Linha Azul	n.º	8 896 390	7 263 752	7 048 992	-2,96
Linha Amarela	n.º	7 634 879	6 090 964	5 895 745	-3,21
Linha Verde	n.º	5 383 040	3 638 064	3 361 181	-7,61
Linha Vermelha	n.º	4 552 848	4 346 184	5 192 401	19,47
Total	n.º	26 467 157	21 338 964	21 498 319	0,75
Lugares x km					
Linha Azul	10 ³	1 138 738	929 760	902 271	-2,96
Linha Amarela	10 ³	977 265	779 643	754 655	-3,21
Linha Verde	10 ³	662 114	463 910	430 231	-7,26
Linha Vermelha	10 ³	582 765	556 312	664 627	19,47
Total	10³	3 360 881	2 729 625	2 751 784	0,81

Quadro 5 – Evolução da eficiência na exploração

Eficiência na exploração		2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Circulações (serviço público)					
Linha Azul	n.º	121 122	110 367	106 924	-3,12
Linha Amarela	n.º	126 908	118 483	114 798	-3,11
Linha Verde	n.º	150 701	128 731	125 464	-2,54
Linha Vermelha	n.º	112 061	106 577	104 365	-2,08
Total	n.º	510 792	464 158	451 551	-2,72
Taxa de realização de carruagens x km					
Linha Azul	%	97,93	97,08	101,33	4,38
Linha Amarela	%	97,63	96,82	98,60	1,84
Linha Verde	%	97,44	96,73	97,06	0,34
Linha Vermelha	%	98,66	96,65	98,71	2,13
Na rede	%	97,87	96,85	99,25	2,48
Taxa de realização de circulações					
Linha Azul	%	97,70	96,59	96,64	0,05
Linha Amarela	%	97,38	96,71	96,62	-0,09
Linha Verde	%	97,44	96,76	97,06	0,31
Linha Vermelha	%	98,63	96,78	97,50	0,74
Na rede	%	97,75	96,70	96,95	0,26

1.3. Recursos humanos

1.3.1. Efetivo ⁷

Numa época em que o contexto organizacional é caracterizado pela escassez de recursos económicos e financeiros e pelas mudanças que ocorrem a um ritmo acelerado, a gestão das pessoas é fator chave para o sucesso de qualquer organização.

Tendo por base a missão da área de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, foram definidos os principais objetivos das políticas de gestão de recursos humanos. Na vertente de otimização da estrutura existente os objetivos materializaram-se no seguinte:

- Desenvolver o planeamento e afetação rigorosa dos recursos humanos;
- Ter as pessoas certas nos lugares certos;
- Mobilizar e desenvolver as pessoas, com destaque para aquelas que revelam potencial e desempenham atividades críticas.

Pretende-se, desta forma, através da gestão da mobilidade interna favorecer o desenvolvimento das competências e do potencial, e, através da implementação de medidas de produtividade e de reorganização da prestação do trabalho, a obtenção de economias de escala.

Por forma a dar cumprimento a estas orientações estratégicas, foi também desenvolvida uma política de otimização do efetivo em direta articulação com todas as áreas da Empresa, cujo envolvimento neste projeto foi essencial para se alcançar esta redução, a qual foi definida para o triénio 2011-2013.

Assim, em 2013, registou-se a saída de 76 colaboradores do ativo, originando um decréscimo do efetivo em cerca de 4,9%, pelo que, em 31 de dezembro de 2013, o efetivo da Empresa era de 1.451 colaboradores.

No triénio 2011/2013, face a 31 de Dezembro de 2010, verifica-se uma redução de 147 colaboradores, numa percentagem de evolução acumulada de -13,2%.

Os motivos das saídas da Empresa, em 2011, 2012 e em 2013, são apresentados no quadro seguinte:

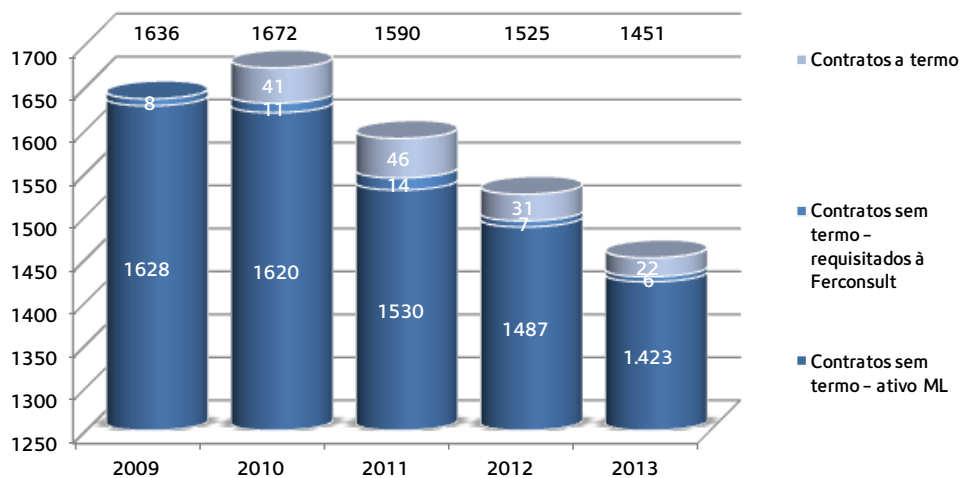
Quadro 6 – Motivos das saídas

Motivos das saídas	2011	2012	2013	Un: n.º
				Var. % 2013/12
Reforma	73	41	3	-92,7
- Antecipada	59	37	-	-100,0
- Velhice	7	2	-	-100,0
- Invalidez	2	2	3	50,0
- Pré-reforma	5	-	-	-
Termo do contrato de cedência	-	7	2	-71,4
Revogação por mútuo acordo e denúncia unilateral	23	9	54	500,0
Cessação de contrato a termo	10	3	9	200,0
Cedência do trabalhador	3	-	1	-
Termo da comissão de serviço	-	1	-	-100,0
Licença sem vencimento	2	-	3	-
Despedimento	-	3	2	-33,3
Falecimento	1	1	2	100,0
Total	112	65	76	16,9

⁷ Considera-se efetivo da empresa, os colaboradores com vínculo à empresa e que à data de 31 de dezembro prestavam serviço no ML.

O efetivo a 31 de dezembro, de acordo com o vínculo à Empresa e à distribuição por área, é apresentado no gráfico e quadro seguintes:

Gráfico 4 – Efetivo por vínculo laboral



Quadro 7 – Efetivo por áreas da Empresa

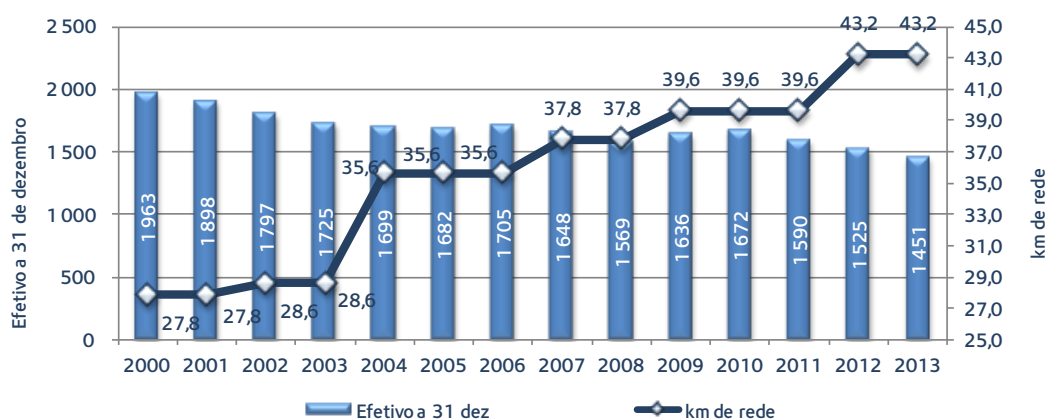
Efetivo real		2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2013/12	Var. % 2013/10
Exploração Operacional	n.º	930	915	869	819	793	-3,17	-13,33
Gestão da Infraestrutura e Material Circulante (1)	n.º	416	418	396	383	361	-5,74	-13,64
Gestão de Infraestruturas	n.º	69	104	-	-	-	-	-
Gestão da Superestrutura e do Investimento (2)	n.º	-	-	100	87	76	-12,64	-26,92
Restantes áreas	n.º	221	235	225	236	221	-6,36	-5,96
Total	n.º	1 636	1 672	1 590	1 525	1 451	-4,85	-13,22

(1) Direção criada pela Deliberação n.º 2/2013, de 6 de dezembro, anteriormente designada por "Gestão da Manutenção (GM)"

(2) Direção criada pela Deliberação n.º 2/2013, de 6 de dezembro, anteriormente designada por "Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas (GEI)".

Neste contexto é importante ilustrar que o decréscimo do efetivo tem sido inversamente proporcional ao acréscimo da extensão da rede em exploração verificada ao longo dos últimos anos, evidenciando tal facto o esforço de otimização dos meios envolvidos na oferta de transporte.

Gráfico 5 – Evolução do efetivo vs. evolução da rede



1.3.2. Atividades relevantes

No ano de 2013 foi necessário dar cumprimento às medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado e efetuar todas as alterações necessárias de forma a garantir o seu cumprimento rigoroso, quer ao nível do processamento das remunerações dos trabalhadores do ML, quer ao nível da gestão de carreiras nas várias componentes.

No decorrer deste ano, existiu uma articulação estreita com a CARRIS, com a inerente otimização de procedimentos no âmbito dos Recursos Humanos.

Desta forma, o ML promoveu, com a CARRIS, o “Estudo de Clima 2013” através do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE - IUL, com o objetivo de analisar as opiniões e atitudes dos Colaboradores do ML em relação a um conjunto de aspetos importantes para o seu funcionamento, tendo em vista a melhoria da performance individual e coletiva.

Ainda em conjunto com a CARRIS, foi realizado o Programa Academia 2013, com o intuito de desenvolver e potenciar o talento e a liderança por excelência e disseminar o conhecimento e as boas práticas de gestão. Esta Academia, sob o lema “changing by learning”, apostou na formação, na aproximação entre os Colaboradores das duas empresas, promovendo fóruns de discussão enquadrado num verdadeiro programa de *mentoring*.

Por outro lado, em cumprimento da R.C.M. n.º 19/2012, de 8 de março, o ML aprovou em 2013 o “Plano de Ação para a Igualdade de Género para o período 2013/2015”. Este plano foi elaborado tendo em consideração o diagnóstico, realizado com base nos indicadores para a igualdade transversalmente definidos para as empresas do sector empresarial do Estado. O referido plano propõe uma atuação ajustada à realidade da Empresa, com definição de ações de melhoria e atividades a implementar.

Em 2013, foi elaborado um novo “Regulamento de Prevenção e Controlo de Álcool” que entrou em vigor no dia 15 de maio e que revogou o regulamento anterior. Este regulamento estabelece as regras, os mecanismos e as consequências de realização do controlo do consumo de álcool no ML. O seu objetivo prioritário é prevenir os acidentes associados ao consumo excessivo do álcool e preservar a saúde dos trabalhadores.

No mesmo ano, iniciou-se o projeto de digitalização do cadastro individual dos Colaboradores e possibilitou-se a alteração dos dados de cadastro via portal interno da Empresa. Ainda a respeito da gestão administrativa dos recursos humanos, e numa preocupação de desmaterialização de procedimentos, foi disponibilizada, no referido portal, a declaração anual de rendimentos.

Por outro lado, o ML reforçou a sua vertente de responsabilidade social numa lógica de promoção da reinserção social, através de um protocolo de colaboração com a Associação “O Companheiro”, numa parceria proposta pela direção de “Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante”. O referido protocolo permitiu a implementação de um programa de reinserção social através da realização de atividades de caráter oficial, designadamente na reparação dos componentes dos bancos do material circulante da Empresa, de enorme sucesso para todos os intervenientes.

Ainda no âmbito da responsabilidade social, o ML iniciou em julho de 2013 um programa de rastreios, designadamente, das doenças oncológicas com maior prevalência na população portuguesa. Com o objetivo de permitir um diagnóstico precoce da doença ainda em fase subclínica e reduzir a mortalidade e morbilidade, a Empresa combateu também indiretamente, as incapacidades temporárias e definitivas para o trabalho.

No sentido de assegurar as condições necessárias para o ambiente de trabalho, realizou-se no decorrer do ano de 2013 quer a avaliação da qualidade da água para consumo humano nas instalações do ML, quer a monitorização anual do ruído no trabalho, sendo, esta última, uma obrigatoriedade legal (Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro).

No seguimento destas medidas, iniciou-se nova avaliação de riscos profissionais (incluindo os riscos psicossociais) nas categorias profissionais mais expostas, dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, recentemente alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro.

Para complementar todas estas análises e prevenções realizaram-se visitas domiciliárias e promoveu-se o acompanhamento psicossocial de Colaboradores do ML que se encontram em situação de baixa por doença.



1.3.3. Modelo organizacional

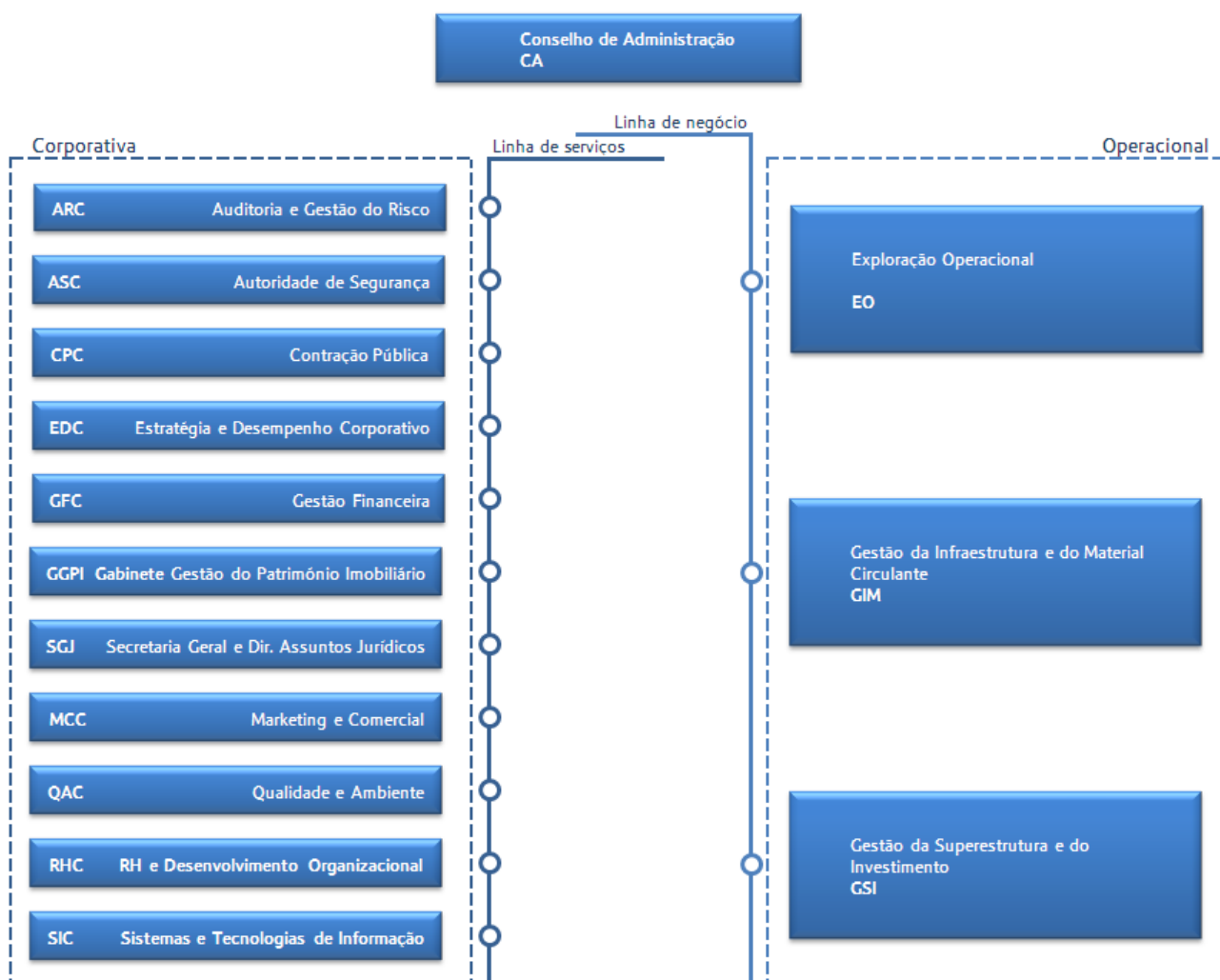
No ano de 2013, o ML procedeu a alguns ajustamentos orgânicos na Empresa com vista ao aumento da sua eficácia e produtividade.

Desta forma, extinguiu-se a anterior direção de Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas (GEI) e a direção de “Gestão da Manutenção” (GM) e, em sua substituição, como direções operacionais, foram criadas a direção de “Gestão da Superestrutura e do Investimento” (GSI) para gerir o investimento em expansão e remodelação da rede e a direção de “Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante” (GIM), com a missão de gerir todas as fases de ciclo de vida da infraestrutura e material circulante, designadamente o projeto, manutenção, reabilitação ou renovação dos sistemas ou equipamentos.

Acresce que, foi criado o “Gabinete de Gestão do Património Imobiliário”, com o objetivo de assegurar uma eficiente utilização, valorização e rentabilização do património imobiliário da Empresa, em consonância com os objetivos estratégicos definidos.

Por último, a área das “Relações Internacionais” foi integrada na direção “Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos”.

Organograma do ML



Titulares responsáveis pelas unidades orgânicas:

Corporativo	ARC	Auditoria e Gestão do Risco	Dr. José António Carballo Sequeira
	ASC	Autoridade de Segurança	Eng.º António José Pires Neves Valente
	CPC	Contratação Pública	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
	EDC	Estratégia e Desempenho Corporativo	Dr.ª Cassilda Mariza A. M. Alpoim Motta Queiroz
	GFC	Gestão Financeira	Dr.ª Isabel Maria N. P. F. M. Almeida Vasconcelos
	GGPI	Gabinete de Gestão do Património Imobiliário	Dr. Luís Filipe Pereira Melo de Almeida
	SGJ	Secretaria Geral e Direção dos Assuntos Jurídicos	Dr.ª Filipa Alexandra Q. C. A. Bandeira de Melo
	MCC	Marketing e Comercial	Dr. Miguel Matos Silva Rodrigues
	QAC	Qualidade e Ambiente	Eng.º Pedro Conceição Farinha Pereira
	RHC	Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
	SIC	Sistemas e Tecnologias de Informação	Dr. Carlos José Duarte Rocha
Operacional	EO	Exploração Operacional	Eng.º António Manuel Elísio Gonçalves
	GIM	Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante	Eng.º Jorge Miguel Almeida Ferreira
	GSI	Gestão da Superestrutura e do Investimento	Dr. António Ricardo Oliveira Vieira Machado
PA	Provedor Arbitral (<i>órgão autónomo com estatuto próprio</i>)	Dr. Guilherme de Palma Carlos	

1.3.4. Custo do fator trabalho

A redução de custos com pessoal resulta diretamente do estabelecido na Lei do Orçamento do Estado para o seu sector empresarial, bem como do previsto no artigo 18º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que alterou o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado. Em 2013, essa redução resultou da conjugação de três fatores, a saber:

- A realização de reduções remuneratórias;
- A proibição de valorizações remuneratórias e de recrutamento; e,
- A redução do número de colaboradores.

O decréscimo de custo do fator trabalho⁸ em 2013 resultou, essencialmente, da dinâmica das medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2013, do decréscimo do efetivo e da redução muito significativa do trabalho suplementar realizado no exercício.

Quadro 8 – Custo do fator trabalho

Custo fator trabalho		2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Custo fator trabalho	10³ €	72 725	75 440	66 268	59 791	58 463	-2,22
Custo fator trabalho Efetivo médio	10³ €	45,143	45,120	40,041	38,825	39,237	1,06
Custo fator trabalho Gastos operacionais	%	33,9	38,0	34,1	39,8	36,3	-3,45
Custo fator trabalho Gastos totais	%	27,3	28,7	23,5	26,5	29,4	2,88

⁸ Para o cálculo do custo fator trabalho é utilizado o valor dos “Gastos com o pessoal” (conta 63 do SNC) retirando os complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e indemnizações por despedimento.

1.3.5. Evolução do pessoal ativo e inativo

No final de 2013, o ML integrava 1.427 inativos, dos quais 1.181 na situação de reformados, 244 em regime de pensionistas e 2 em situação de pré-reforma.

Quadro 9 – Evolução do pessoal ativo e inativo

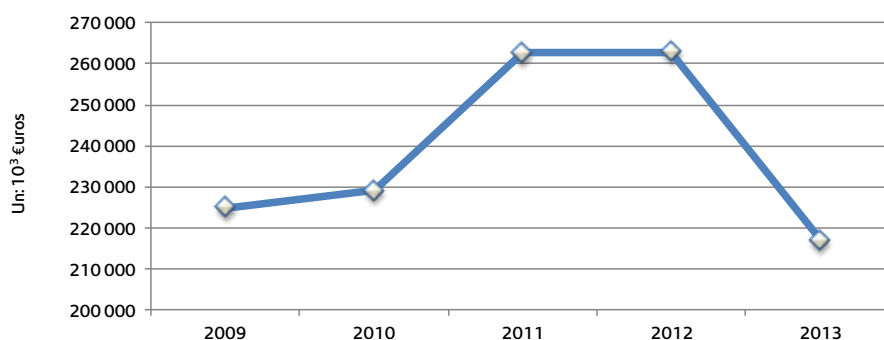
		2009	2010	2011	2012	2013	Var. 2013/12	
							Abs.	%
Pessoal ativo	peçoas	1 636	1 672	1 590	1 525	1 451	- 74	-4,9
Pessoal inativo	peçoas	1 345	1 361	1 409	1 449	1 427	- 22	-1,5
Pré-reformados	peçoas	0	0	5	3	2	- 1	-33,3
Reformados	peçoas	1 135	1 132	1 176	1 202	1 181	- 21	-1,7
Pensionistas	peçoas	210	229	228	244	244	0	0,0
Pessoal ativo	peçoas	1,22	1,23	1,13	1,05	1,02	-0,04	-3,4
Pessoal inativo	peçoas	1,22	1,23	1,13	1,05	1,02	-0,04	-3,4
V.A.R.S.P.	10 ³ €	224 882	229 032	262 695	262 739	216 987	-45 752	-17,41
V.A.R.S.P.	10 ³ €	75,438	75,513	87,594	88,345	75,395	-12,950	-14,7
Pessoal total								

Naturalmente, o esforço de contenção do efetivo tem acarretado uma inevitável pressão sobre os rácios “Pessoal ativo/Pessoal inativo” e “Valor atual das responsabilidades com serviços passados (V.A.R.S.P.)/Pessoal total”.

No entanto, o estudo atuarial realizado em 2013 refletiu a alteração de pressupostos decorrente das alterações legislativas ocorridas e das expectativas de evolução económica para o País. Destacam-se o aumento da idade da normal da reforma para 66 anos e a redução das taxas de crescimento de salário e pensões decorrentes do programa de ajustamento, por não ser expectável, no ML, a médio prazo, um crescimento dos mesmos, superior à taxa de inflação.

O V.A.R.S.P. foi, no final de 2013, de 216.987 milhares de euros (-17,4% em relação ao ano anterior), atingindo o valor do V.A.R.S.P. *per capita* do pessoal 75,4 milhares de euros, quando em 2012 era de 88,4 milhares de euros.

Gráfico 6 – Valor atual das responsabilidades com serviços passados



1.3.6. Sinistralidade laboral

Em 2013 houve um aumento do número total de acidentes registados nas atividades de exploração e manutenção, que se refletiu no número de dias perdidos por este motivo, mantendo-se o número médio de dias perdidos por acidente em 72,6 dias (72,5 em 2012).

Quadro 10 – Acidentabilidade laboral no ML

Acidentabilidade laboral		2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Acidentes	n.º	101	85	97	89	99	11,2
Dias perdidos	n.º	6 560	6 545	6 335	6 453	7 189	11,4
Índice de duração	dias	64,95	77,00	65,31	72,51	72,62	0,2
Índice de incidência	10 ⁻³	55,25	46,65	50,45	46,97	50,84	8,2
Índice de frequência	10 ⁻⁶	34,47	29,80	31,65	28,97	32,03	10,6
Índice de gravidade	10 ⁻³	2,54	2,50	2,42	2,61	3,03	16,1

Procurando inverter esta tendência, foram desenvolvidas várias atividades preventivas, de que se destacam campanhas de sensibilização para a Segurança e Saúde no Trabalho, avaliação de riscos e monitorização de novos padrões (conforto térmico, qualidade do ar e vibrações, entre outros).

Com o objetivo de reduzir a sinistralidade, mediante uma monitorização adequada, em 2013, foi lançado um procedimento de concurso público para a contratação do seguro de acidentes de trabalho com especificações técnicas que atribuem ao ML um maior controlo na gestão de sinistros. O contrato celebrado na sequência desse procedimento entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014.

Quadro 11 – Sinistralidade nos empreendimentos do ML

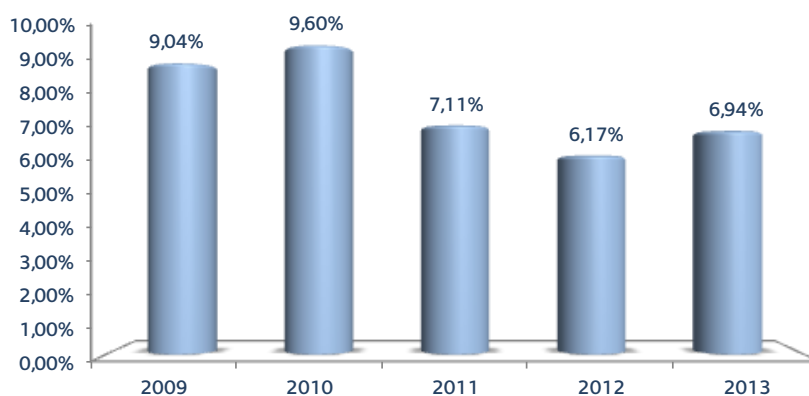
Sinistralidade nos empreendimentos ML		2009	2010	2011	2012	2013
Acidentes	n.º	33	16	26	0	0
Dias perdidos	n.º	1 057	8 259	380	0	0
Índice de duração	dias	32,03	516,19	14,62	0,00	0,0
Índice de incidência	10 ³	2,15	1,88	4,86	0,00	0,00
Índice de frequência	10 ⁶	11,81	10,20	24,60	0,00	0,00
Índice de gravidade	10 ³	378,18	5 267,37	359,51	0,00	0,00

No ano em análise e relativamente aos empreendimentos em que o ML é o dono da obra, não houve registo de qualquer acidente. Todavia, verificaram-se variações negativas no número médio de trabalhadores em obra e no número de homens/horas trabalhadas em 2013 de -42,8% e de -38,7%, respetivamente, quando comparado com o ano anterior.

1.3.7. Absentismo

Em 2011 e 2012 verificou-se uma inflexão do agravamento da taxa de absentismo que se vinha registando desde 2008. No entanto em 2013 a taxa de absentismo voltou a registar um aumento de 0,77 p.p. face ao ano anterior.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de absentismo



O projeto “Menos Absentismo”, definido para o triénio 2011–2013, alcançou resultados visíveis em 2011 e 2012, ano em que foi implementado o Plano de Intervenção, com especial destaque para a realização de *workshops* com as chefias diretas das áreas operacionais e para as entrevistas individuais de monitorização, dirigidas a Colaboradores com absentismo superior a 8%.

Em janeiro de 2013, foi feito o balanço deste projeto, com a avaliação do impacto das medidas realizadas, concluindo-se que a eficácia do programa de intervenção depende do intervalo de tempo em que as atividades são desenvolvidas, no sentido em que quanto maior for a continuidade dada à execução das mesmas, maior será o efeito na redução do absentismo a longo prazo.

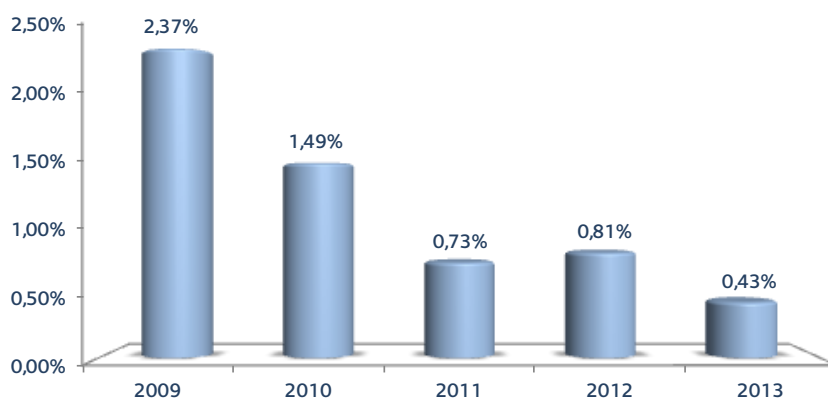
Tendo em conta esta avaliação e a análise deste indicador ao longo de 2013, importa retomar as medidas de intervenção que se mostraram mais eficazes, visando a continuação da tendência para a redução da taxa de absentismo.

1.3.8. Trabalho suplementar

Dado o impacto dos custos com trabalho suplementar nos custos da Empresa, mantiveram-se os princípios de redução do recurso ao mesmo, limitando-o só a situações de força maior devidamente justificadas bem como da necessidade de garantia de cumprimento dos limites fixados para a sua prestação por Colaborador (200 horas/ano).

Assim, regista-se uma redução significativa da taxa de trabalho suplementar, que foi de 0,43 p.p., tendo sido prestadas menos 10.485,5 horas do que em 2012, numa redução de 48,8%.

Gráfico 8 – Evolução da taxa de trabalho suplementar



1.3.9. Formação

Durante o ano de 2013 a formação realizada privilegiou a vertente técnica oficial/equipamentos, constatando-se a realização de um maior número de ações de formação do que em 2012 mas com uma duração mais curta.

Destaca-se a participação no Projeto “Academia”, em articulação com a CARRIS, e que pretende alinhar objetivos de cariz estratégicos com as orientações transversais para o desenvolvimento da organização e abordar temáticas pertinentes para o desenvolvimento do *know-how* dos quadros superiores da Empresa.

No que diz respeito à eficácia da formação, o indicador situou-se em 2,81 (escala de 1 a 4).

Quadro 12 – Formação

Formação		2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Ações	n.º	220	240	167	148	221	49,3%
Participantes	n.º	1 300	1 088	1 726	820	827	0,9%
Horas	n.º	40 407	10 993	11 714	7 464	4 868	-34,8%
Custos	10 ³ €	303	127	53	74	42	-43,2%
Horas por efetivo médio	horas/ pessoa	25,08	6,57	7,08	4,85	3,27	-32,6%

1.3.10. Conflitualidade laboral

Em 2012 e 2013 o número de pré-avisos de greve aumentou com o correspondente reflexo no número de horas do tempo de trabalho perdido por greve. Não obstante tal facto, 8 das 14 greves convocadas em 2013, foram greves de tempo parcial, que, no entanto, determinaram a paragem da operação.

Quadro 13 – Conflitualidade laboral

Conflitualidade laboral		2012	2013	Var. % 2013/12
Número de pré-avisos de greve recebidos	n.º	11	14	27,3%
Greves desconvocadas	n.º	0	2	-
Greves a serviços específicos (trab. em dia feriado / trab. suplementar) – sem adesão registada	n.º	2	1	-50,0%
% média de adesão	%	0,0%	61,2%	-
Nº de horas não trabalhadas por greve	n.º	25 176	30 405	20,8%

1.4. Recursos materiais e tecnológicos

1.4.1. Material circulante

A atividade de manutenção do material circulante caracterizou-se pela execução de intervenções de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e pela atualização dos planos de manutenção e dos procedimentos de trabalho a ele associados.

No início do ano, a equipa de gestão da área de Gestão de Manutenção (GM) estabeleceu um plano de melhoria da eficiência e competitividade da organização, divulgado a todos os colaboradores da GM em que foi dada especial atenção aos principais fatores do custo de atividade no desenvolvimento deste plano de reorganização, que teve por base as seguintes linhas estruturais:

- Redimensionamento do quadro de efetivos para as necessidades de manutenção;
- Promoção do planeamento e a integração de serviços entre os diversos departamentos de manutenção;
- Reorientação do foco de gestão para a minimização do custo de manutenção dos sistemas, sem descuidar o seu objetivo de desempenho técnico.

As medidas deste plano permitiram obter, no final de 2013, uma redução de 4% nos custos operacionais da GM face aos valores de 2012, representando cerca 715 mil euros. Simultaneamente, apesar da redução de 6% do efetivo, foi conseguido um aumento da atividade de manutenção do material circulante e das infraestruturas.

O parque de material circulante, mantém-se inalterado desde 2003, sendo composto por 338 carruagens, das quais 225 são motoras e 113 são reboques.

No âmbito das atividades de manutenção desenvolvidas em 2013 são de destacar as seguintes ações:

- Reavaliação dos indicadores de desempenho com a reformulação da bateria de indicadores de gestão da GM tendo por objetivo centrar a avaliação de desempenho de cada departamento técnico de manutenção nas suas diversas componentes: o desempenho técnico dos sistemas, a produtividade dos recursos humanos e o custo de manutenção relativo a cada sistema. Estes indicadores foram alinhados com os indicadores de controlo de gestão (KPI) e os indicadores de controlo do SGQA.



- Redimensionamento das necessidades de pessoal para cada departamento de manutenção tendo por base os planos de manutenção dos sistemas e, conseqüentemente do esforço de mão-de-obra previsto para cada atividade de manutenção. Este redimensionamento permitiu reduzir significativamente o quadro de pessoal afeto à manutenção de material circulante, retomar as ações de melhoria de material circulante anteriormente suspensas e restabelecer algumas atividades de manutenção da infraestrutura.
- Reformulação da função de planeamento de manutenção de material circulante, assumindo esta função um plano superior na estratégia de gestão implementada na GM visando atingir os seguintes objetivos:

- Constituir um mecanismo dinamizador da melhoria de produtividade das equipas de manutenção de material circulante;
- Constituir um mecanismo de previsão de consumos de materiais por forma a permitir implementar medidas atempadas de aprovisionamento desses materiais;
- Constituir um mecanismo de antevisão de médio prazo das necessidades de pessoal para cada atividade, tal como as prioridades na sua execução e respetiva calendarização.



- Início da prestação regular de serviços de manutenção à CARRISBUS, resultante da consulta pública para serviços de beneficiação/conservação de órgãos dos carros elétricos articulados. A GM garantiu o fornecimento de serviços de manutenção para o biénio 2013/2014, nomeadamente a reparação/beneficiação geral de quatro disjuntores principais, vinte conversores de tração, oito conversores auxiliares e três *bogies*. Estes serviços de manutenção correspondem a um proveito total para 2013 e 2014 de 269.682 euros, tendo sido realizados 44.494 euros no presente exercício.

Complementarmente, foram ainda realizadas diversas ações de manutenção corretiva a órgãos da frota de elétricos da CARRIS (articulados e históricos), a que correspondeu um proveito extraordinário de 48.495 euros.

Esta prestação de serviços externos foi realizada exclusivamente com recurso a mão-de-obra interna, sem prejuízo da execução do plano de manutenção da frota ML, constituindo uma demonstração evidente da capacidade técnica da Empresa em competir no mercado de manutenção ferroviária.

Conforme se pode observar nos quadros seguintes, em 2013 verificou-se uma evolução desfavorável nos indicadores de disponibilidade, quer do material circulante quer da infraestrutura, embora a quilometragem média e o tempo médio entre falhas tenham aumentado de forma significativa.

Quadro 14 – Disponibilidade do material circulante

Manutenção do material circulante		2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Disponibilidade do material circulante	%	85,48	88,22	92,07	86,50	85,90	-0,60
MKBF – Quilometragem média entre falhas	km	12 982	13 932	14 373	12 639	13 616	7,73

Quadro 15 – Disponibilidade da infraestrutura ⁹

Manutenção da Infraestrutura		2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Disponibilidade da infraestrutura *	%	n.d.	n.d.	99,90	99,88	99,61	-0,27
MTBF – Tempo médio entre falhas *	horas	n.d.	n.d.	319	329	352	6,86

* Dados disponibilizados a partir de 01 de abril de 2011.

⁹ Foram considerados apenas os sistemas de Sinalização, Energia e Via Férrea por terem impacto na exploração.

1.4.2. Gestão das infraestruturas

Ao nível da gestão das infraestruturas existentes, 2013 revelou-se de igual modo um ano profícuo, caracterizado pela execução de inúmeros projetos internos, bem como pelo lançamento de concursos públicos visando a introdução de melhorias nos equipamentos existentes dos quais se destacam os seguintes:

- Elaboração do projeto de readaptação do edifício do Parque de Material e Oficinas da Pontinha (PMO III), visando a transferência dos colaboradores do edifício administrativo do ML sito na Avenida Barbosa do Bocage.
- Revisão e atualização dos projetos das várias especialidades, visando o lançamento de concurso público internacional para a execução da empreitada de acabamentos e especialidades da futura estação Reboleira;
- Demolição do edifício pré-fabricado existente na Sede Social do ML (avenida Fontes Pereira de Melo), visando a requalificação do respetivo logradouro.
- Projeto de sistema automático de deteção de incêndios (SADI) para o edifício da Sede Social do ML.
- Projeto para substituição de escadas mecânicas nas estações Saldanha I (átrio Sul) e Intendente (átrio Norte). Foram identificadas como prioritárias 4 escadas mecânicas, dando assim cumprimento ao estabelecido pela norma EN NP 115 e Diretiva 98/37/CE.



- Elaboração do projeto e lançamento do concurso para aquisição de 2 transformadores de tração para as subestações do Marques de Pombal e Jardim Zoológico;
- Projeto de reposicionamento das luminárias das escadas mecânicas, e tratamento das infiltrações nos acessos da estação Olivais.
- Elaboração do projeto da loja do cliente na estação Campo Grande.
- Elaboração do projeto e lançamento do concurso para aquisição de um sistema integrado de alimentação socorrida para o posto comando central (PCC);
- Elaboração do projeto e lançamento do concurso para circuito interno de televisão (CITV) para o viaduto das Olaias, assim como o reforço da vedação.
- Remodelação das bombagens do término de Odivelas ao nível de estabilidade e substituição de todas as válvulas.

Procedeu-se ainda a:

- “Certificação energética e da qualidade do ar interior” do edifício da Barbosa do Bocage, da qual resultou a obtenção em novembro do respetivo certificado energético válido até 2016.
- Inventariação técnica de todos os aparelhos de AVAC existentes na rede do ML, dos PMO e dos edifícios na sequência do processo de certificação ambiental da Empresa;
- Levantamento em toda a rede de metro, de todas as saídas de emergência, grelhas de ventilação e de subestações, tampas de bombagem, encontros de viadutos, trincheiras, visando a eliminação/redução de potenciais locais de intrusão ilícita nas infraestruturas do ML (trabalho realizado em conjunto com a direção Autoridade de Segurança - ASC);
- Redefinição e implementação de nova metodologia na cadeia de medida e contagem dos consumos de energia elétrica da Empresa. Criação de uma cadeia de medida na rede de distribuição de 30 kV através da qual se contabilizam todos os consumos, consistindo na instalação de unidades (contador e conversor) com tecnologia de última geração, obtendo-se um grau de incerteza inferior a 1%;
- Realização de inspeções semestrais a todas as instalações elétricas do ML.
- Lançamento de um procedimento conjunto, entre o Metropolitano e a CARRIS, para aquisição dos serviços de fornecimento de energia elétrica para 2014, o qual permitiu um ganho de 1,77% relativamente ao contrato do ano de 2013, apesar do aumento das tarifas de acesso à rede que se cifrou em 18%. Esta melhoria resulta das vantagens promovidas pelo ML enquanto grande consumidor, com forte posição negocial.
- Lançamento do procedimento e contratação do fornecimento de gás natural para as instalações do Metropolitano pelo valor de 270 mil euros.

1.4.3. Sistemas e tecnologias de informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no ML, ao longo de 2013 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

Ao nível da **implementação de melhorias funcionais** e em diversos sistemas do ML, destacam-se as seguintes ações:

- No Portal: implementação dos sistemas de requisição de ceias, de reclamações de refeitórios e bares e disponibilização eletrónica das declarações de rendimento.
- Site ML: criação de *banners*, passatempos e mini-sites;
- Melhorias nas funcionalidades do sistema SAP R/3:
 - Implementação de melhorias ao sistema de gestão documental, gestão de não conformidade e ações de melhoria e ao sistema de manutenção. Atualização do módulo de recursos humanos, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado;
 - Início da implementação de novos sistemas/funcionalidades: registo e avaliação de limpezas, registo de litros e quilómetros, requisição de viaturas, gestão de competências e controlo de disponibilidades.
- Melhorias nas funcionalidades do sistema SAP BW: Implementação do indicador de notas de infraestruturas.



Na **implementação de projetos**:

- Implementação do projeto “Circular DGO 1368” (2ª fase);
- Implementação do sistema de registo de processo individual de cadastro;
- Conclusão da implementação do projeto “Reestruturação do Site ML”;
- Início do processo de renovação da prestação de comunicações móveis para o ML;
- Conclusão do processo de renovação da plataforma centralizada de backups.

Estudo/análise para a implementação de projetos:

- Consolidação do estudo previamente efetuado sobre a implementação de uma estratégia de virtualização no sentido de garantir uma adoção tecnológica que permita uma redução de custos.

1.5. Expansão, modernização e reabilitação da rede

No âmbito do plano de expansão da rede, o ML visa a entrada em exploração de mais 937 metros de rede, bem como da nova estação Reboleira. Este novo prolongamento da linha Azul desempenhará um papel preponderante na melhoria do sistema de transportes da Área Metropolitana de Lisboa.

Com a sua concretização, o ML passará a disponibilizar, no final de 2015, de uma rede com cerca de 44 km servida por 56 estações, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 16 – Rede atual e futura

Linhas	Rede atual			Em execução		Rede futura		
	N.º estação	km de rede	Prolongamentos	N.º estação	km de rede	Entrada em exploração	N.º estação	km de rede
Amarela	13	11,0	-	-	-	-	13	11,0
Azul	17	12,8	Amadora Este / Reboleira	1	0,9	Dez-15	18	13,7
Verde	13	8,9	-	-	-	atrio sul Novembro	13	8,9
Vermelha	12	10,5	-	-	-	-	12	10,5
Rede atual	55	43,2		1	0,9	Rede futura	56	44,2

Em 2013, ao nível do “Plano de promoção de acessibilidade”, desenvolveu-se o projeto de adaptação da arquitetura e estrutura civil para reposição da zona exterior da estação Colégio Militar, tendo-se procedido ainda à execução dos trabalhos de reforço da plataforma elevatória de escada da estação Baixa-Chiado por forma a garantir a sua adequada operação.



1.5.1. Expansão da rede



- Prolongamento da linha Azul – Amadora Este / Reboleira

O prolongamento da linha de metro à Reboleira reveste-se de especial importância, enquanto promotor da intermodalidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML), permitindo criar uma nova interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML.

Estima-se que esta estação venha a servir cerca de 4,5 milhões de passageiros por ano, que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML.

Este prolongamento, cujos estudos de conceção se iniciaram em 2007, apresentava em agosto de 2011 grande parte dos trabalhos concluídos, nomeadamente a empreitada de toscos, que incluiu a estação, a galeria, o término e o posto de ventilação, mas que não viriam a ser concluídos por ausência de financiamento.



Em 2013, com a apresentação de candidatura ao Fundo de Coesão, foi assim possível em agosto obter a aprovação pela comissão diretiva do programa operacional temático de valorização do território (POVT) do financiamento deste prolongamento, orçado em cerca de 62,8 milhões de euros, quer no que respeita à despesa já realizada, quer a despesa a realizar, num total a fundo perdido de 59,3 milhões de euros.



Com a referida aprovação, o Metropolitano de Lisboa prevê concluir em dezembro de 2015 a referida extensão, tendo retomado em 2013 o desenvolvimento e revisão dos projetos de especialidades existentes, bem como a preparação da documentação contratual visando o lançamento dos concursos públicos internacionais para a realização da empreitada de acabamento e especialidades, bem como da empreitada de sinalização, que se prevêem adjudicar em 2014. Esta candidatura ainda está a aguardar a aprovação da Comissão Europeia.

No terreno foi iniciada a execução do posto de transformação definitivo da EMEF (Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário).



linha
Vermelha

- Prolongamento da linha Vermelha – Oriente / Aeroporto e Alameda II / S. Sebastião II

Embora ambos os troços já se encontrassem em exploração em 2013 foi necessário dar seguimento aos trabalhos complementares ainda em curso.

Deste modo concluiu-se a empreitada de requalificação dos espaços exteriores da linha Vermelha entre o Oriente e a Alameda da Encarnação, em articulação com as Câmaras Municipais de Loures e de Lisboa, mantendo-se no entanto os trabalhos de manutenção dos espaços verdes, ao abrigo do contratualmente definido.

Relativamente ao Prolongamento Alameda II / S. Sebastião II, procedeu-se à revisão do projeto e à preparação do processo de concurso de substituição do coletor unitário e conduta da EPAL na rua Marquês da Fronteira e a respetiva reposição da superfície e adaptação viária na zona do acesso ao El Corte Inglés.

1.5.1. Modernização da rede



- **Remodelação das estações da linha Verde – Estação Areeiro**

No âmbito da empreitada de ampliação e remodelação da estação Areeiro, procedeu-se em 17 de novembro de 2013 à abertura à exploração do átrio sul da referida estação.

Atendendo aos atrasos acumulados na fase de execução da obra da referida empreitada n.º 657/05-ML, no 2º semestre de 2013 procedeu-se à suspensão da obra e consequente aplicação de multa ao empreiteiro pelo valor de 2.041.707,77 euros, aguardando-se decisão do tribunal para adoção das medidas futuras a tomar.

- **Remodelação das estações da linha Verde – Estação Arroios**

A estação de Arroios é a única da rede metro que tem um cais de 90 metros, o qual condiciona a operação na linha verde a comboios com 6 carruagens. Os cais das outras estações da linha verde já têm a dimensão necessária, neste contexto, aguarda-se autorização tutelar para o seu lançamento, sendo inequivocamente uma estação a remodelar prioritariamente.

Entretanto dar-se-á continuidade aos projetos de execução de ampliação e remodelação desta estação, encontrando-se concluído o respetivo estudo prévio de arquitetura.

1.5.2. Reabilitação das infraestruturas

Após 54 Anos de existência da rede de metropolitano, e depois de efetuados diversos estudos sobre o estado de degradação dos túneis mais antigos da rede, 2013 foi o ponto de partida para se proceder à reparação e restauro das patologias dos túneis e poços de bombagem.

Estas obras de reabilitação dos túneis da rede do metropolitano tornam-se assim num marco importante na criação de melhores condições de segurança à prestação do serviço de transporte público e consequente preservação do período de vida útil das estruturas.

Neste âmbito procedeu-se ao levantamento e caracterização, das patologias estruturais, das redes hidráulicas e acabamentos nas Estações e troços em túnel existentes, bem como à preparação dos procedimentos de consulta pública para as Empreitadas de reparação e restauro das patologias dos Túneis e Poços de Bombagem das Linhas Azul, Verde e Amarela.

Com caráter pontual, promoveu-se também a elaboração de projetos e a preparação de procedimentos visando a reabilitação de situações ocorridas na estação Odivelas.

Na sequência dos levantamentos foram identificadas algumas patologias, nomeadamente no troço 61º (extensão entre o Poço da Marinha e a estação Terreiro do Paço), originando o lançamento ainda em 2013 de procedimento para o tratamento de infiltrações na zona do emboque do Terreiro do Paço.

1.5.3. Por conta de Terceiros – Interface do Terreiro do Paço

Após definição das alterações ao projeto inicial do Novo Terminal Fluvial do Terreiro do Paço, foram concluídos em 2013 os trabalhos necessários para a execução do Pontão n.º 3, permitindo assim a exploração de três pontões por parte da Transtejo, bem como assinado um acordo entre as partes visando a conclusão das intervenções do Metropolitano de Lisboa, na zona adstrita ao Interface do Terreiro do Paço.

1.5.4. Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental

A atividade do ML em 2013, em matéria de Ambiente, não existindo novos empreendimentos, centrou-se na continuidade dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento.

Assim, em 2013 esteve em curso a fase de pós-avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de avaliação de impacte ambiental), com o envio, para a Agência Portuguesa do Ambiente, dos relatórios de acompanhamento ambiental e dos relatórios de monitorização ambiental referentes aos seguintes projetos:

- Prolongamento da linha Vermelha, entre Alameda e S. Sebastião (sem desenvolvimentos);
- Prolongamento da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto;
- Prolongamento da linha Azul, entre Amadora Este e Reboleira.

No respeitante à fase de construção dos novos projetos, procedeu-se ao acompanhamento ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respetivos estudos de impacte ambiental e/ou exigidas pelas respetivas declarações de impacte ambiental, para os casos dos projetos com avaliação de impacte ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos cadernos de encargos dessas empreitadas. Neste âmbito, em 2013, esteve em curso o acompanhamento ambiental das seguintes empreitadas:

Linha Azul – Amadora Este / Reboleira

- Empreitada n.º 669/07-ML – Reabilitação do talude adjacente ao Casal Falcão no prolongamento Pontinha/Amadora Este, da linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (fecho da empreitada).
- Contrato n.º 033/2013-ML – “Fornecimento e montagem de posto de seccionamento e de transformação definitivo da EMEF e da alteração da rede elétrica de baixa e média tensão existente nas instalações da EMEF na Reboleira” (início da empreitada).

Linha Verde

Remodelação das estações – Areeiro

- Empreitada n.º 657/05-ML – “Ampliação/Remodelação (toscas/acabamentos, BT e telecomunicações) da estação Areeiro, da linha Verde do Metropolitano de Lisboa, E.P.”.
- Contrato n.º 115/10-ML – “Fornecimento e montagem da ventilação principal, bombagem e AVAC da estação Areeiro, da linha Verde do Metropolitano de Lisboa, E.P.”.

Linha Vermelha

Prolongamento Oriente/Aeroporto

- Contrato n.º 022/2012-ML relativo a “Empreitada de execução da requalificação dos espaços exteriores da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (em fase de fecho da empreitada).

Outros projetos

- Empreitada n.º 663/06-ML – “Execução dos toscos, acabamentos, baixa tensão, telecomunicações e AVAC do Novo Terminal Fluvial, na Interface do Terreiro do Paço” – 3º pontão (início e em fase de fecho da 1ª fase da empreitada).

Relativamente à fase de exploração dos novos projetos, procedeu-se à monitorização ambiental exigida para o prolongamento da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto, designadamente com a realização das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª campanhas de ruído e vibrações na fase de exploração, com o que se deu como concluída a exigência da declaração de impacte ambiental para os fatores ambientais ruído e vibrações.

1.5.5. Investimentos

Quadro 17 – Despesa de investimento

	Un: Euros		
	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
A – ILD	1 617 288	3 269 159	4 104 695
Em curso	(444 676)	(444 676)	13 466
Extensão Oriente / Aeroporto	1 149 177	1 149 177	1 149 177
Extensão Amadora Este / Reboleira	702 877	702 877	1 161 019
Investimento em curso	(2 296 730)	(2 296 730)	(2 296 730)
Novos	258 348	258 348	258 348
Extensão S. Sebastião / Campolide	258 348	258 348	258 348
Outros	1 803 617	1 803 617	2 181 011
Extensão Alameda / S. Sebastião	1 633 321	1 633 321	1 633 321
Interface do Terreiro do Paço	1 729	1 729	1 729
Interface do Cais do Sodré	26 707	26 707	26 707
Extensão Baixa-Chiado / Santa Apolónia	182 283	182 283	182 283
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	30 492	30 492	30 520
Remodelação da linha Azul	252 475	252 475	252 475
Remodelação da linha Amarela	(13 341)	(13 341)	(13 341)
Remodelação da linha Verde	(624 991)	(624 991)	(247 625)
Remodelação da linha Vermelha	81 668	81 668	81 668
Remodelação da Rede – Outros	233 273	233 273	233 273
Autoinvestimento	0	1 651 870	1 651 870
B – ML	578 185	578 185	578 589
Parques de material e oficinas	(11 876)	(11 876)	(11 876)
Material circulante	(20 315)	(20 315)	(20 315)
Equipamentos e outros	409 068	409 068	409 472
Investimentos correntes	201 307	201 307	201 307
Autoinvestimento	0	0	0
Investimento total	2 195 473	3 847 344	4 683 284

Quadro 18 – Evolução do investimento

	Un: Euros			
Investimento	2011	2012	2013	Var. %
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	50 491 673	21 023 542	2 195 473	-89,56
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	54 945 231	25 314 961	3 847 344	-84,80
Despesas de Investimento (DI) – inclui custos financeiros	58 694 927	30 985 691	4 683 284	-84,89

1.6. Relações internacionais

Em 2013, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu uma política de contenção de custos da atividade internacional, alinhada com os condicionalismos orçamentais e as determinações tutelares.

Assim, verificou-se um total de 14 missões internacionais, mantendo-se o decréscimo face a anos anteriores (17 em 2012; 21 em 2011, 34 em 2010 e 54 em 2009), tendo a Empresa sido reembolsada dos gastos de participação em iniciativas do CEEP e dos projetos OSIRIS e SECURED.

De igual modo, o Conselho de Administração deu orientações no sentido de ser declinada a organização de qualquer reunião internacional em Lisboa em 2013, explicando o contexto de contenção de custos em vigor, com vista a diferir essa responsabilidade para uma data posterior.

Foram também promovidas alterações em sede das organizações internacionais onde o ML tem representação, procurando captar sinergias e ganhos adicionais através da coordenação entre o ML e a CARRIS, e a consequente eliminação de redundâncias e sobreposições. Neste sentido, o ML cessou a representação nos seguintes órgãos:

✓ UITP – União Internacional dos Transportes Públicos:

- Subcomité de Instalações Elétricas e Sistemas de Segurança;
- Subcomité de Finanças e Comércio;
- Plataforma Design e Cultura;
- Radio Frequency Spectrum User Group;
- Network of Libraries.

✓ Associação Latino-Americana de Metropolitano:

- Comité Técnico de Planeamento;
- Grupo de Trabalho de Segurança;
- Grupo de Trabalho de Marketing e Serviço ao Cliente.

Contudo, destacam-se os principais acontecimentos ocorridos em 2013:



No âmbito da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos:

- A presença na reunião do Comité de Direção (Policy Board) de Hamburgo, em abril.
- A participação em 8 reuniões de comissões temáticas e subcomités especializados da Divisão de Metros.
- A representação no Comité União Europeia e a presença nas conferências temáticas paralelas sobre: *“Modificações ao Regulamento (CE) 1370/2007 e o seu impacto sobre o transporte de passageiros”* e *“A liberalização do mercado do transporte ferroviário de passageiros ao nível europeu”*.
- A presença no 60º Congresso Mundial da UITP (Genebra) com uma delegação restrita do ML e da CARRIS, chefiada pelo Presidente do Conselho de Administração.
- Salienta-se o facto do ML ter sido o primeiro operador português de transportes públicos a assumir o compromisso de reconhecer a sustentabilidade como objetivo estratégico da Empresa, em 2003 e a subscrever a Carta da UITP como “Full Signatory” (maio/2007), reconhecendo como seus objetivos estratégicos, os princípios sociais, ambientais e económicos do desenvolvimento sustentável.



No âmbito da ALAMYS – Associação Latino-Americana de Metropolitano:

Atenta à restrição de deslocações fora do continente europeu, o ML não esteve presente nas reuniões anuais: a 18ª Reunião intermédia dos Comités Técnicos (Rio de Janeiro) e a XXVII Assembleia Geral (Buenos Aires). Nesta última Assembleia Geral, em virtude da renovação parcial dos corpos sociais da associação, cessou o mandato do ML como Vogal do Comité de Direção da ALAMYS.



No âmbito do **Grupo NOVA – Benchmarking de Metros**¹⁰:

O representante do ML participou na reunião de Bruxelas, onde apresentou os acontecimentos mais relevantes ocorridos na Empresa no último ano. Entre os estudos de caso para 2014, foi selecionado um tema sobre “Receita e Procura” proposto por Lisboa. Prosseguiu-se na atualização dos Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e na participação nos estudos de caso, bem como, em outros trabalhos da iniciativa dos membros.

No âmbito do **CEEP Portugal – Centro Europeu dos Serviços de Interesse Geral**:

A participação do ML em todas as reuniões dos órgãos do CEEP, nomeadamente a Assembleia Geral, a Comissão Coordenadora, o Grupo de Trabalho “Gestão dos Assuntos Sociais” e a *Task Force* de Juristas dos Recursos Humanos. O ML representou a Secção Portuguesa do CEEP na Cimeira *Reshaping the Future* sobre Serviços Públicos, realizada em Dublin, integralmente financiada pela Comissão Europeia.

Em relação aos **projetos internacionais** destacam-se os seguintes:

- ✓ O projeto **SECUR-ED**, financiado pela UE, visa proporcionar aos operadores os meios para aumentarem a segurança do transporte urbano. O ML integra o *Advisory Group Public Transport and Authorities*, podendo aceder aos resultados das demonstrações do projeto. O ML participou na reunião de Genebra;
- ✓ O projeto **OSIRIS** subsidiado pela UE, destinado a desenvolver uma metodologia inovadora visando a redução do consumo global de energia por sistemas ferroviários urbanos na Europa, em cerca de 10%, até 2020. O ML faz parte do *Support and User Group*, que permitirá aceder aos resultados finais do projeto. O ML participou nas reuniões de Bruxelas realizadas em maio e em novembro, por teleconferência.



Em 2013, o ML não esteve presente nas reuniões dos restantes projetos internacionais de que faz parte, nomeadamente:

- **Working Group 40**: Grupo de Trabalho da Comissão Eletrotécnica Internacional, que visa integrar os resultados dos projetos europeus de normalização de equipamentos de sinalização ferroviária, definindo um *standard* mundial.
- **CT 143 | Comissão Técnica de Normalização em Aplicações Ferroviárias**: Organismo do Comité Europeu de Normalização, liderado pela Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária, tendo a seu cargo o processo de normalização europeia para Metropolitano, Metros de Superfície e Metros Ligeiros.
- **FOCAL POINT GROUP | Segurança nos Transportes Urbanos**: Projeto promovido pela UE para identificar riscos potenciais de terrorismo e meios de prevenção, visando sistematizar procedimentos e constituir um modelo europeu de segurança, baseado nas melhores práticas.



Em relação às **visitas de congéneres e personalidades internacionais**, em 2013, a Empresa acolheu visitas de delegações estrangeiras que mobilizaram cerca de uma centena de visitantes, tendo sido registados diversos testemunhos de apreço sobre as capacidades do ML e a forma como foram recebidos.

Com a colaboração dos órgãos da Empresa, as Relações Internacionais coordenaram a resposta a 58 questionários e pedidos de informação, dando continuidade à política de partilha de experiências e conhecimentos técnicos com entidades e empresas do setor.

¹⁰ O Grupo NOVA é um programa de avaliação comparativa ferroviária internacional de que fazem parte metros de 14 cidades.

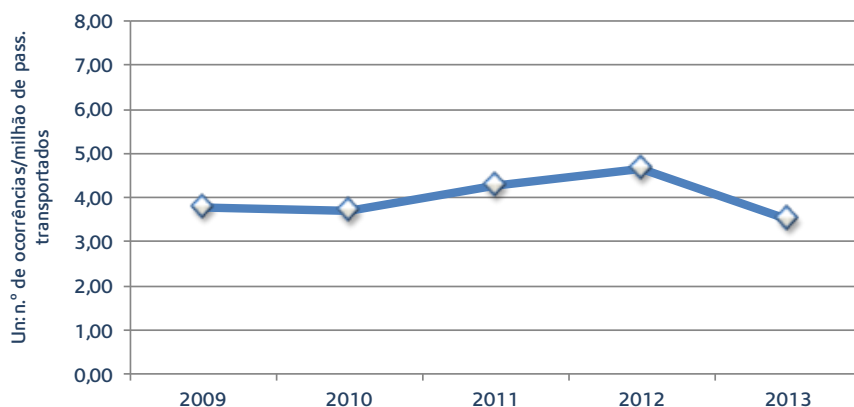
1.7. Qualidade do serviço

1.7.1. Segurança

No ano 2013 verificou-se um decréscimo generalizado dos incidentes registados na rede ML tendo atingido um valor médio final de 3,5 incidentes por milhão de passageiros transportados. O que se traduz, comparativamente ao ano anterior, numa redução de incidentes na ordem dos 25%.

Em termos globais é possível evidenciar que o número de incidentes acompanhou em grande medida a diminuição do número de passageiros transportados.

Gráfico 9 – N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados



As estações de correspondência entre linhas da rede ML e com outros operadores de transportes têm impacto nos incidentes na rede do ML.

A perceção de segurança nas instalações dos Metropolitano leva a generalidade dos passageiros a descurar a atenção sobre os seus bens potenciando a ocorrência de incidentes. Daí, a importância da realização de campanhas de sensibilização.

1.7.2. Eficiência energética – Indicadores de consumo de energia e de emissões de CO₂

Nesta temática o ML deu continuidade às iniciativas que visam reduzir os consumos energéticos, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos e contribuindo, desta forma, para uma maior proteção ambiental reduzindo as emissões de gases de efeito de estufa. Com estas ações pretende-se, por motivos ambientais e económicos, reduzir a fatura da energia. Por outro lado cumpriram-se as obrigações legais da legislação em vigor.



A metodologia e procedimentos utilizados têm como base o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, PNAEE, que estabelece como objetivo uma redução dos consumos de energia de 30% até ao ano de 2020.

No decurso do ano de 2013 concluíram-se as auditorias energéticas ao sistema de iluminação das 55 estações da rede do ML, tendo-se implementado de imediato as medidas de redução identificadas.

Manteve-se o projeto relativo ao regime de circulação de comboios, designado de “Marcha Económica”, que corresponde a uma redução do escalão de velocidade máxima do material circulante de 60 km/h para 45 km/h.

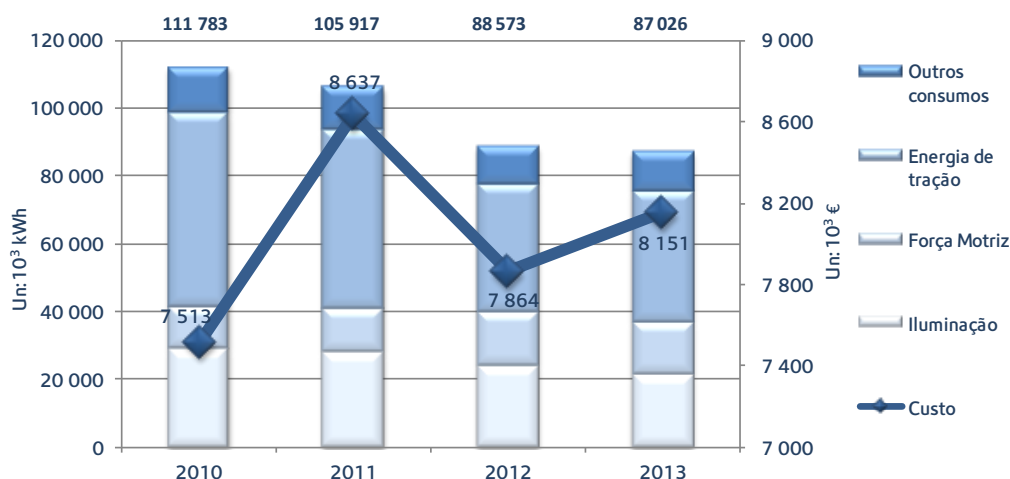
No final do ano foi auditada a norma NP ISO 50001 – Sistemas de gestão de energia, prevendo-se a atualização do processo e Auto Declaração no próximo ano.

Iniciou-se uma auditoria energética no âmbito do regulamento da gestão do consumo de energia para o setor dos transportes, Portaria n.º 228/90 de 27 março, a toda a rede ML.

No ano de 2013, obteve-se uma redução do consumo de energia elétrica da ordem de 2%, em relação a 2012, equivalente a 1.547.818 kWh, a uma poupança de 145.031 euros e a um aumento das emissões de CO₂ de 1.642 t CO₂, devido a um aumento no fator de emissão de CO₂ associado à produção de eletricidade.

Em sùmula, observa-se uma redução do consumo de energia elétrica no final de 2013, de 22% relativamente ao ano de referência 2010, equivalente a 24.757.611 kWh, a uma poupança de 2.176.194 euros e a um aumento das emissões de CO₂ de 9.885 t CO₂.

Gráfico 10 – Custos vs. Consumos de energia



Quadro 19 – Consumos de energia

Consumo de energia		2010	2011	2012	2013	Var. % 2013/12
Iluminação	10 ³ kWh	28 688	27 786	23 860	21 138	-11,41
Força motriz	10 ³ kWh	12 507	12 566	15 612	15 573	-0,25
Energia de tração	10 ³ kWh	57 103	52 983	37 939	38 723	2,07
Outros consumos	10 ³ kWh	13 485	12 582	11 162	11 592	3,85
Total	10³ kWh	111 783	105 917	88 573	87 026	-1,75

A variação tarifária entre 2010 e 2013, apresentou uma subida acentuada. Esta realidade tem vindo a refletir-se no custo médio de aquisição de energia elétrica, como se constata no quadro seguinte.

Quadro 20 – Custos de energia

Custos de energia		2010	2011	2012	2013	Var. %		
						2011/10	2012/11	2013/12
Custo médio kWh	€	0,0672	0,0815	0,0885	0,0937	21,28	8,59	5,88
Custo médio kWh (s/ tarifa acesso redes)	€	0,0549	0,0583	0,0619	0,0627	6,19	6,17	1,29
Tarifa acesso redes	€	0,0122	0,0232	0,0266	0,0310	90,16	14,66	16,54

Apesar da redução efetiva do consumo total, a taxa de variação do aumento do custo unitário da energia elétrica superou a redução obtida. Na realidade os ganhos alcançados são quantificados pelos custos evitados e não pela poupança efetiva no custo anual.

Na análise comparativa dos indicadores energéticos, verifica-se no ano de 2013 um agravamento devido ao decréscimo significativo do número de passageiros (diminuição de 12% em relação a 2012).

Quadro 21 – Eficiência energética

Indicadores de energia		2010	2011	2012	2013
Eficiência energética	pass. x km/kWh	7,74	8,09	8,42	7,53
Emissões de CO ₂	gCO ₂ /pass. x km	52	49	48	57
Consumo de energia total por carr. x km	kWh/carr. x km	4,04	4,00	4,15	4,05

Considera-se fundamental a promoção do uso do metro como um transporte limpo e eficiente, por forma a proteger o ambiente e promover a eficiência energética, um dos grandes objetivos da UE.

1.7.3. Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA)

O ano de 2013 foi marcado pela obtenção da certificação ambiental do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do ML pela norma NP EN ISO 14001. Esta certificação, obtida em junho, veio juntar-se à certificação do Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001 evoluindo-se para um Sistema de Gestão Integrado.

Nessa perspetiva, e tendo sido definido como um objetivo estratégico para 2014 o início do projeto de implementação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, em outubro de 2013 realizaram-se simultaneamente três auditorias externas distintas conduzidas pela SGS:

- Auditoria de renovação da certificação em Qualidade pela NP EN ISO 9001;
- Auditoria de acompanhamento do sistema Ambiental pela NP EN ISO 14001;
- Auditoria diagnóstico em termos de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a norma NP EN ISO 18001.



Durante todo o ano e em busca da melhoria contínua, foram implementadas ações de melhoria (AM) com vista à correção das não conformidades (NC) detetadas em 2013 e daquelas que, tendo sido detetadas em anos anteriores, ainda não se encontravam corrigidas. Em termos estatísticos, refira-se que no ano de 2013 foram abertas 71 e encerradas 92 NC. Relativamente às ações de melhoria, foram abertas 53 e encerradas 61 AM.

Das ações empreendidas com vista à melhoria do nosso desempenho ambiental são de relevar algumas das medidas definidas no Programa de Gestão do Sistema (PGS) que tiveram impacto em 2013, a saber:

- Redução da carga poluente de efluentes líquidos – tendo-se efetuado um elevado conjunto de monitorizações à carga poluente descarregada nos coletores, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, identificando, desta forma, quais as medidas a tomar, e onde, com vista à redução desta mesma carga poluente.
- Redução do ruído ambiente – foi feito um levantamento dos pontos críticos em termos de ruído de ventiladores, e medidos os respetivos valores em diferentes horas do dia, o que permite tomar medidas com vista à redução do ruído com esta fonte nos casos onde tal se justifica.
- Correta gestão de resíduos – foi criada a Brigada dos Resíduos com a missão de verificar a correta gestão dos resíduos, alertando para as falhas encontradas, sugerindo medidas corretivas e verificando a implementação das mesmas.
- Redução do consumo de água – através da implementação de um controlo sistemático aos consumos conseguiu-se implementar uma metodologia de deteção e reparação de fugas que permitiu, a partir do 4º trimestre, uma redução significativa do consumo de água.

1.7.4. Auditorias internas

Ao longo do ano 2013 foi realizado um conjunto de auditorias internas, a saber:

- Adiantamentos a colaboradores por acidentes de trabalho e baixa por doença;
- Sistema de planeamento e controlo de gestão;
- Sistema de recolha de receitas tarifárias;
- Processo de aquisição de bens e serviços;
- Segurança de acessos a sistemas e tecnologias de informação;
- Sistema do controlo do imobilizado;
- Cumprimento da legislação sobre fecho de contas em contratos de empreitadas;
- Existências e critérios de aquisição de sobressalentes;
- Processamento de salários;
- Juros de mora em contratos de empreitadas.

Foram ainda realizados os seguintes trabalhos:

- Análise de eventuais irregularidades na utilização do serviço de refeitórios do ML;
- Memorando de análise dos custos relativos a tecnologias de informação e comunicação do ML, de 2009 a 2012;
- Análise das decisões tomadas e ações desenvolvidas para resolver as anomalias estruturais da laje do átrio superior da estação Odivelas; e,
- Acompanhamento da execução das recomendações de auditorias já realizadas.

1.7.5. Gestão do Risco

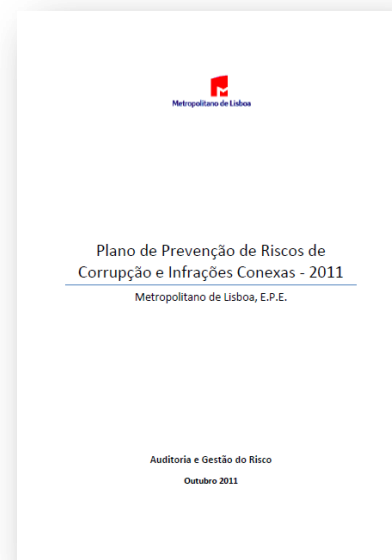
Os trabalhos realizados neste âmbito permitiram à Empresa começar a utilizar uma ferramenta de gestão – o Sistema de Gestão de Risco (SGR) para, a um tempo, reduzir riscos que podem pôr em causa a consecução dos seus objetivos, e, pelo lado das oportunidades, melhorar o desempenho dos processos, logo, pugnar pela concretização daquele grande desiderato sempre presente que é o de aumentar a qualidade de serviço e a produtividade da Empresa.

No SGR inscreve-se, designadamente, o “Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”, elaborado em cumprimento da alínea d) do ponto 1.1, da *Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção*, de 1 de julho de 2009. Todos os anos tem vindo a ser atualizado este plano e elaborado o relatório da sua execução no ano anterior.

A criação deste plano seguiu uma metodologia inspirada no “*Fraud Risk Manual*” da *Association of Certified Fraud Examiners*, que consagra quatro grandes categorias de riscos, a saber:

- Corrupção,
- Conflitos de interesse,
- Apropriação indevida de ativos, e
- Manipulação de informação.

Mas, como se depreende, os riscos abrangidos pelo SGR não se confinam a estas quatro categorias, antes cobrem todas as atividades da Empresa, sistematizados nos 15 processos de negócio reconhecidos no SGQA, e são revistos e revalidados todos os anos.



2. Gestão económica e financeira

A gestão económica e financeira do Metropolitano de Lisboa no exercício de 2013 é marcada pelos seguintes factos:

- Consolidação de uma prática de gestão orçamental como entidade pública reclassificada, beneficiando do apoio financeiro do Estado para satisfazer os compromissos resultantes do serviço da dívida.
- Continuação do processo de melhoria de resultados operacionais, implementando medidas para obtenção de ganhos de eficiência e redução de custos. Este processo, iniciado em anos anteriores, foi aprofundado e dinamizado com a integração operacional entre o Metropolitano e a CARRIS ocorrida no 4º trimestre de 2012.
- No âmbito do contrato de mandato para gestão da carteira de Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro (IGRF) celebrado com a Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), foi por esta entidade negociado o cancelamento antecipado de 45 contratos, representando cerca de metade do valor da carteira detida pelo Metro.
- O acionista financiou a liquidação antecipada dos contratos de IGRF através de um reforço do capital social, integralmente realizado.

2.1. Análise económica

Em 2013, o resultado líquido ascendeu a -15,3 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 80% face aos resultados registados no ano anterior.

Quadro 22 – Resultados

Resultados	Período		Un: Euros Var. %
	2013	2012	
EBITDA	24 635 377	20 878 455	18,0%
Resultado operacional	22 623 909	(2 118 348)	1168,0%
Resultado líquido do exercício	(15 307 839)	(77 332 060)	80,2%

Esta evolução foi determinada pela conjugação de diversos fatores:

- Crescimento de 18% do EBITDA, fruto das medidas de racionalização de custos implementadas na Empresa;
- Resultados operacionais positivos, com um acréscimo de 24,7 milhões de euros face a 2012. Este aumento decorreu essencialmente da variação positiva do justo valor da carteira de IGRF referentes a financiamentos ML;
- Redução de 50% (37 milhões de euros) nos juros suportados pelo ML. O cancelamento antecipado dos IGRF teve um impacto relevante na evolução destes gastos, dado que o acionista financiou esta liquidação com recurso a dotações de capital.

Os rendimentos operacionais cresceram 24%, conforme mostra o quadro seguinte:

Quadro 23 – Rendimentos operacionais

Un: €uros

Rendimentos operacionais	Período		Var. %
	2013	2012	
Vendas de bilhetes e passes	77 487 718	78 381 310	-1,1%
Passes 4_18@escola.tp / sub23@superior.tp / Social +	1 058 167	1 959 570	-46,0%
PAll - Programa de apoio integrado a idosos	305 482	142 623	114,2%
Indemnização compensatória	44 000 000	44 000 000	0,0%
Receita do serviço público	122 851 367	124 483 503	-1,3%
Receitas não tarifárias	3 600 669	3 351 744	7,4%
Trabalhos para a própria entidade	1 945 091	4 464 959	-56,4%
Aumentos de justo valor	23 199 397	-	-
Outros rendimentos e ganhos	29 336 492	4 611 385	536,2%
Provisões e reversões	2 724 161	11 386 823	-76,1%
Outros rendimentos	60 805 810	23 814 911	155,3%
Total	183 657 177	148 298 414	23,8%

A receita tarifária decresceu 1% relativamente a 2012. Esta evolução resulta essencialmente da diminuição da receita dos passes e, em particular, dos passes multimodais cujas vendas descem 11%. O comportamento positivo (+ 5,1%) das receitas dos títulos ocasionais atenuou a quebra nas vendas dos passes.

A compensação relativa aos passes de estudante registou também um decréscimo significativo, associado à alteração das regras de atribuição de passes com tarifas reduzidas que, a partir do início do ano escolar 2012/2013, passaram a estar limitadas a determinados escalões de rendimento.

Assim, no seu conjunto, a receita proveniente da prestação do serviço de transporte reduziu 1,3%. No que se refere a outros réditos, cumpre destacar:

- A evolução positiva das receitas não tarifárias, refletindo o empenho da Empresa no desenvolvimento de novos segmentos de negócio;
- A quebra nos “Trabalhos para a própria empresa”, fruto da estagnação do investimento determinado pelas atuais restrições orçamentais e financeiras;
- A valorização da carteira de IGRF em 23 milhões de euros, resultante da inversão da trajetória descendente das taxas de juro de referência;
- O acréscimo significativo de outros rendimentos, incorporando sobretudo os ganhos obtidos com o cancelamento antecipado dos IGRF (24,5 milhões de euros).

Devido a alterações no registo contabilístico dos custos associados ao plano de pensões decorrentes do estudo atuarial, os gastos operacionais registam um acréscimo de 7%.

Quadro 24 – Gastos operacionais

Un: €uros

Gastos operacionais	Período		Var. %
	2013	2012	
Gastos com pessoal	86 397 818	75 297 790	14,7%
Fornecimentos e serviços externos	31 879 718	35 345 628	-9,8%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 150 462	2 205 404	-2,5%
Outros gastos e perdas	11 410 347	2 346 812	386,2%
Amortização e provisões	27 935 026	27 768 878	0,6%
Aumentos/reduções de justo valor	-	6 614 748	-100,0%
Perdas imputadas de subsidiárias	1 259 896	837 503	50,4%
Total	161 033 267	150 416 763	7,1%

A reposição do subsídio de Natal, o aumento das indemnizações para rescisões contratuais e a adoção de diferentes critérios de contabilização dos custos do plano de pensões, respeitando as recomendações dos Auditores, justificaram o aumento dos “Gastos com pessoal”. Contudo, a massa salarial registou uma redução de 1,9%.

A análise comparativa apresentada no quadro seguinte permite concluir que, mantendo-se os mesmos critérios contabilísticos de 2012, os gastos com pessoal registariam uma redução de 8%:

Quadro 25 – Gastos com pessoal

Un: Euros

Gastos com pessoal	Período		Var. %
	2013	2012	
Ajustamentos do ano 2013			
Outros gastos com pessoal	2 340 265	-	-
Custos atribuídos ao Plano de Pensões	12 155 529	-	-
Reposição do subsídio de Natal	2 742 532	-	-
Gastos com pessoal	69 159 492	75 297 790	-8,2%
Total	86 397 818	75 297 790	14,7%

Os gastos com “Fornecimentos e serviços externos” diminuíram quase 10%, refletindo as medidas de racionalização de custos implementadas na Empresa. Destacam-se, em particular:

- A otimização dos serviços de vigilância e limpeza que, no seu conjunto, diminuíram 12%;
- A redução de 22% nos custos de conservação e reparação, para a qual contribuiu a opção de execução interna de diversos trabalhos de reparação, rentabilizando a capacidade instalada;
- O decréscimo de 15% na componente “Rendas e alugueres”, originado pela redução da taxa de juro dos contratos de *leasing* de material circulante;
- O acréscimo dos gastos em eletricidade deve-se ao aumento do seu preço unitário que subiu em média 5,9% durante o ano de 2013.

Quadro 26 – Fornecimentos e serviços externos

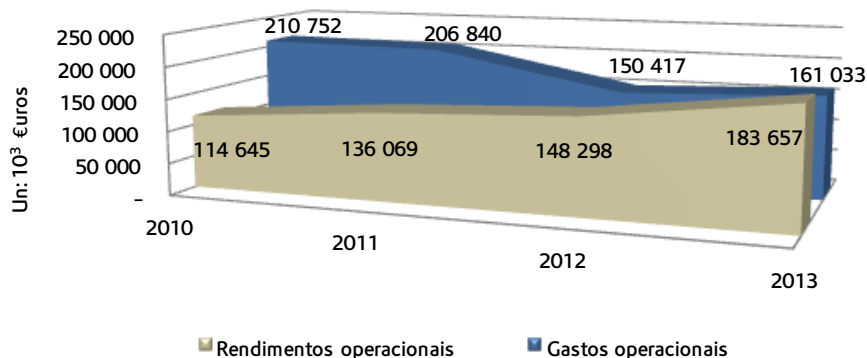
Un: Euros

Fornecimento e serviços externos	Período		Var. %
	2013	2012	
Eletricidade	8 148 655	7 864 081	3,6%
Rendas e alugueres	7 918 025	9 342 423	-15,2%
Conservação e reparação	4 018 437	5 131 344	-21,7%
Limpeza, higiene e conforto	2 665 399	3 027 963	-12,0%
Vigilância e segurança	5 186 241	5 881 152	-11,8%
Trabalhos especializados	1 238 931	1 039 670	19,2%
Outros	2 704 030	3 058 995	-11,6%
Total	31 879 718	35 345 628	-9,8%

Destaque ainda para o aumento dos “Outros gastos e perdas” resultante da contabilização das perdas associadas ao cancelamento antecipado dos contratos de derivados (9,1 milhões de euros).

O gráfico seguinte mostra a evolução dos rendimentos e gastos operacionais nos últimos 4 anos:

Gráfico 11 – Evolução dos Rendimentos / Gastos operacionais



A evolução registada nos resultados financeiros traduziu uma melhoria significativa devido ao decréscimo de 50% dos gastos financeiros. Os diversos fatores que contribuíram para esta variação foram:

- Contabilização dos custos associados ao plano de pensões (“Rendimento atribuído ao estudo actuarial”), que em 2013 ascendem a 9,9 milhões de euros, em “Gastos com pessoal”;
- Descida das taxas de juro de referência e, em particular, das taxas dos empréstimos concedidos pelo Tesouro;
- Cancelamento dos contratos de IGRF.

Quadro 27 – Resultados financeiros

Resultados financeiros	Período		Un: €uros
	2013	2012	Var. %
Aplicações financeiras	24 405	-	-
Gastos financeiros de exploração	(33 649 264)	(50 784 148)	-33,7%
Gastos financeiros com I.G.R.F. - locação operacional	(4 219 365)	(8 570 460)	-50,8%
Rendimento atribuído ao estudo actuarial	-	(15 761 710)	-100,0%
Total	(37 844 224)	(75 116 318)	-49,6%

2.2. Gestão financeira

2.2.1. Necessidades totais de financiamento

Em 2013, os cash-flows gerados pelas atividades de prestação do serviço público de transporte e de investimento cresceram de forma significativa. Para esta evolução, contribuíram a redução das despesas operacionais e, no que se refere ao investimento, o acréscimo das transferências provenientes do PIDDAC (4,8 milhões de euros) e do Fundo do Coesão (51,6 milhões de euros) destinado ao financiamento da expansão da linha Azul à Reboleira.

Quadro 28 – Variação de caixa e seus equivalentes

Demonstração de fluxos de caixa	Período		Un: 10³ €uros
	2013	2012	
Fluxo atividades operacionais	33 753	23 973	
Fluxo atividades investimento	41 556	13 181	
Fluxo atividades financiamento	(81 543)	(12 844)	
Variação de caixa e seus equivalentes	(6 234)	24 310	
Caixa e seus equivalentes no início do período	24 420	111	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18 186	24 420	

Nos financiamentos recebidos deve ser destacado o reforço de capital de 475 milhões de euros, realizado pelo acionista para permitir a liquidação antecipada dos contratos de IGRF, conforme mostra o quadro seguinte:

Quadro 29 – Atividade de financiamento

Un: 10³ €uros

Atividades de financiamento	Período	
	2013	2012
Recebimentos provenientes de:		
Aumentos de Capital	475 429	-
Empréstimos Bancários - IGCP/DGTF	412 860	648 582
Total dos empréstimos	888 289	648 582
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos bancários	(274 986)	(406 391)
Operações de leasing operacional	(41 034)	(35 534)
Empréstimos obrigacionistas	(7 731)	(7 731)
Cancelamento antecipado dos I.G.R.F.	(475 429)	-
Juros e gastos similares	(145 859)	(206 084)
Depósito a prazo (caução)	(19 701)	(634)
Suprimentos concedidos	(5 093)	(5 052)
Total dos pagamentos	(969 833)	(661 426)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(81 544)	(12 844)

O reforço de capital, integralmente realizado em 2013, traduziu uma alteração da política de financiamento do acionista. No exercício de 2014, as necessidades de financiamento do Metropolitano, incluindo o serviço da dívida relativo aos empréstimos do Tesouro, serão asseguradas através de dotações de capital, permitindo prever que, no final do ano, a Empresa retome os capitais próprios positivos.

2.2.2. Balanço do exercício

Em 2013, prosseguindo as orientações da Tutela, o ML representou no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do ativo totalizou 4.804 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 30 – Ativo total

Un: 10⁶ €uros

Ativo	Período		Var. %
	2013	2012	
Não corrente	4 362	4 414	-1,2%
Corrente	2	-	-
ILD	4 364	4 414	-1,1%
Não corrente	336	386	-13,0%
Corrente	104	112	-7,1%
ML	440	498	-11,6%
Ativo total	4 804	4 913	-2,2%

Em 2013, manteve-se suspensa a obra de construção da Reboleira, continuando em curso a remodelação da estação Areeiro. Em consequência, o valor do investimento em infraestruturas de longa duração mantém a trajetória decrescente, com uma realização de 4 milhões de euros. O decréscimo em 50 milhões de euros do valor de balanço do ativo correspondente deriva da contabilização dos subsídios ao investimento (56 milhões de euros) recebidos em 2013.

O passivo total reduziu cerca de 10%, totalizando 5.268 milhões de euros.

Quadro 31 – Passivo total e capitais próprios

Un: 10⁶ Euros

Passivo	Período		Var. %
	2013	2012	
Não corrente	3 601	4 190	-14,1%
Corrente	299	242	23,8%
ILD	3 900	4 431	-12,0%
Não corrente	1 132	1 247	-9,2%
Corrente	226	150	50,9%
ML	1 359	1 397	-2,7%
Passivo total	5 258	5 828	-9,8%
Capitais próprios	(454)	(915)	50,4%
Total do passivo e dos capitais próprios	4 804	4 913	-2,2%

A redução do passivo tem maior relevância nas responsabilidades associadas ao investimento em infraestruturas de longa duração (ILD). O passivo corrente (ILD+ML) aumentou 34%, em resultado do plano de reembolsos para 2014, que totaliza 453 milhões de euros; 70% deste montante referem-se a empréstimos do Tesouro, créditos que serão convertidos em reforços de capital no exercício de 2014.

Por outro lado, o cancelamento antecipado dos contratos de IGRF, financiado pelo Estado através do reforço dos capitais próprios, explica a expressiva redução operada no passivo não corrente da Empresa, em particular nas responsabilidades assumidas pelo ML e associadas ao investimento em ILD.

2.2.3. Evolução do Passivo remunerado

O ML, enquanto entidade pública reclassificada (EPR), beneficia de empréstimos do Tesouro para suprir as suas necessidades de financiamento. Este facto tem permitido amortizar o passivo corrente da Empresa, contraindo empréstimos a médio e longo prazo (6 a 7 anos) com uma taxa de juro mais favorável.

Em 2013, a Empresa amortizou dívida no valor de 313 milhões de euros obtendo empréstimos junto do Tesouro que ascenderam a 412,8 milhões de euros.

Em termos globais, o passivo remunerado cresceu 2,3% e representa 81% do passivo total da Empresa.

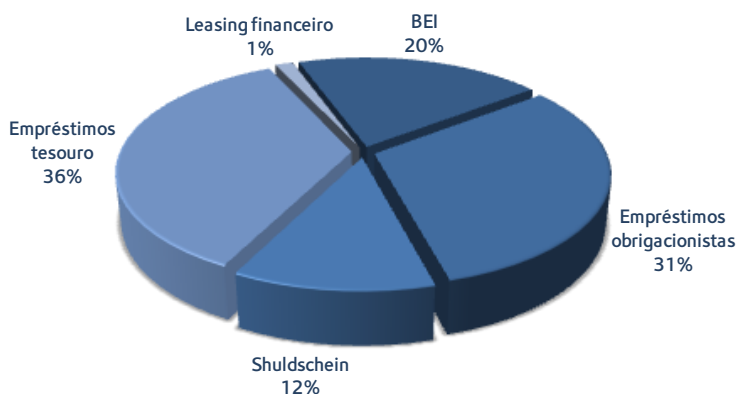
Quadro 32 – Estrutura do passivo remunerado

Un: mil Euros

Passivo remunerado	Período		Variação absoluta
	2013	2012	
Empréstimos obrigacionistas	1 333 194	1 340 925	(7 731)
BEI	866 357	937 859	(71 503)
Empréstimos tesouro	1 521 891	1 262 514	259 377
Shuldschein	500 000	500 000	-
Leasing financeiro	59 382	89 810	(30 428)
Dívidas de médio e longo prazo	4 280 823	4 131 108	149 715
	100,00%	98,80%	
Dívida de curto prazo	-	50 000	(50 000)
	0,00%	1,20%	
Total	4 280 823	4 181 108	99 715

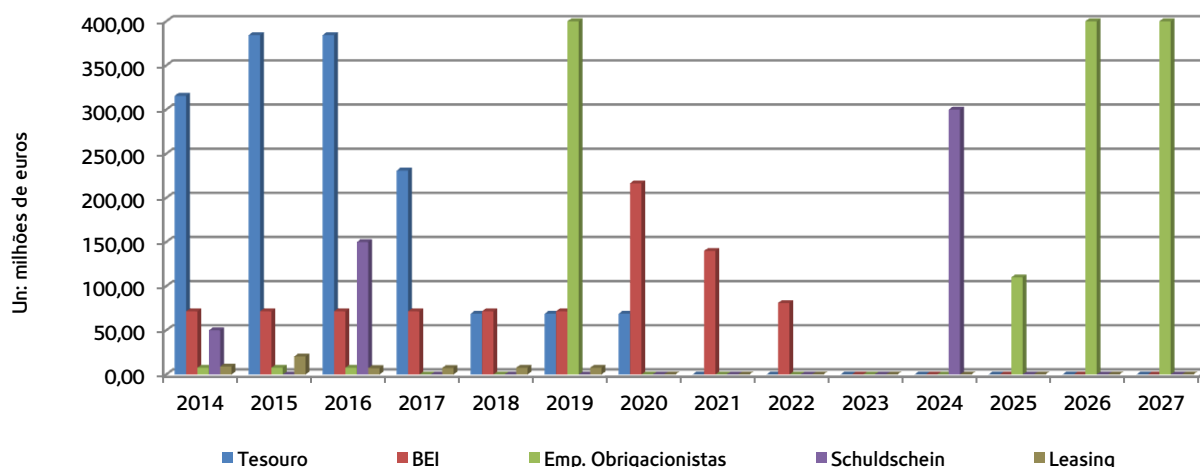
O montante global dos empréstimos concedidos pelo Estado corresponde a 36% do stock da dívida do ML.

Gráfico 12 – Distribuição do endividamento



Os empréstimos concedidos pelo Tesouro têm um impacto relevante na maturidade média ponderada do financiamento, que se situa em 6,5 anos.

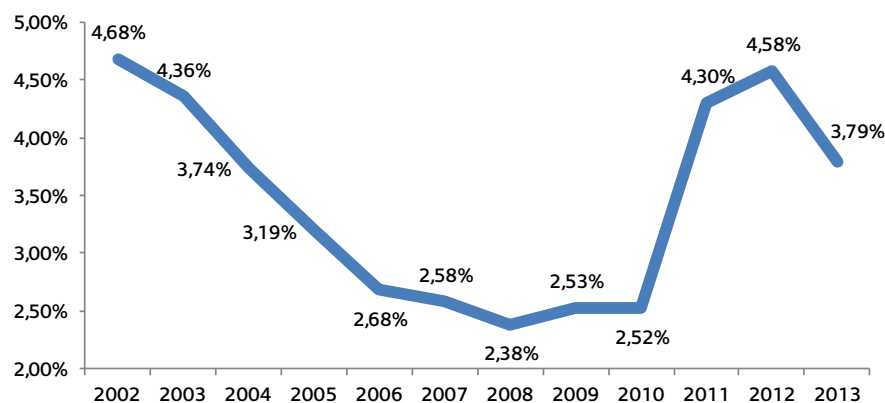
Gráfico 13 – Maturidade do financiamento



O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de juro implícita no endividamento nos últimos 11 anos. Como se pode constatar, a taxa de juro implícita mantém uma trajetória decrescente até 2008 e, a partir daqui, inicia um crescimento acelerado, associado aos cash-flows desfavoráveis gerados pelos IGRF.

Em 2012, o ritmo de crescimento desacelerou e, em 2013, assistiu-se a uma redução nítida do custo dos juros. O valor das taxas praticadas (em média 2,4%) nos financiamentos obtidos junto do Tesouro foi determinante nesta evolução.

Gráfico 14 – Taxa de juro implícita



O Estado Português avaliza, através de garantia pessoal, empréstimos no valor de 2.585 milhões de euros. Acrescendo este montante aos empréstimos concedidos pelo Tesouro, conclui-se que o Estado assegurou e garantiu um volume de financiamento de 4.108 milhões de euros, o que representa 96% do total do passivo remunerado da Empresa.

2.2.4. Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 33 – Rating do ML

Rating ML	Standard & Poors	
	Rating	Outlook
07 dezembro 2009	A+	Negative
27 abril 2010	A-	Watch negative
29 setembro 2010	BBB+	Negative
03 dezembro 2010	BBB	Watch negative
04 março 2011	BB	Watch negative
31 março 2011	B +	Watch negative
30 dezembro 2011	B -	Watch negative
17 janeiro 2012	CCC +	Negative
19 dezembro 2012	B	Negative
8 março 2013	B	Stable
5 julho 2013	B	Negative
19 setembro 2013	B	Watch negative
17 janeiro 2014	B	Negative
28 fevereiro 2014	BB	Negative

Em 2013, a Standard & Poors manteve a classificação (B) atribuída ao ML, terminando o ano em “Credit watch” negativo.

Em fevereiro de 2014, a Standard & Poors reviu em alta o *rating* da Empresa, passando para BB, tendo em linha de conta a classificação da República.

Este *upgrade* baseou-se nos seguintes argumentos:

1. Continuação do apoio financeiro prestado pelo Estado, a que acresceu o facto da maioria da dívida detida pelo ML ser garantida pela República.
2. O apoio e comprometimento, demonstrado pelo Estado, na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito no orçamento de 2014.
3. A “probabilidade quase certa” do ML receber apoio extraordinário do Estado, em caso de necessidade.

3. Governo Societário

Nos termos do novo regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um “Relatório de boas práticas de Governo Societário”, no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – “Princípios de Governo Societário” do referido decreto-lei. Neste sentido, o Metropolitan de Lisboa dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54º do referido diploma elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2013.

Desde 2011 que o Metropolitan de Lisboa passou a estar incluído no perímetro de consolidação das administrações públicas, no âmbito da notificação do procedimento dos défices excessivos (PDE). A lei do orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro), a Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, que procede à sétima alteração à lei de enquadramento orçamental e a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, determinam a aplicação ao ML de medidas de caráter excecional, visando assegurar a estabilidade orçamental, designadamente em matéria de seletividade do investimento público, racionalização dos recursos disponíveis e contenção de custos de exploração e de pessoal. Foi igualmente limitada a assunção de compromissos que excedessem os fundos disponíveis.

Enquanto entidade pública reclassificada (EPR), o ML cumpriu todas as obrigações em vigor na lei, às quais acrescem as obrigações decorrentes da equiparação a serviços e fundos autónomos (SFA), por força da lei de enquadramento orçamental, o sistema de normalização contabilística (SNC) e os deveres de informação dos SFA.

- **Grelha das boas práticas de governação societária**

Na sequência da elaboração do “Relatório de boas práticas de Governo Societário” e dando cumprimento a uma obrigação legal, a grelha que a seguir se apresenta, descreve todas as matérias que estão refletidas neste novo documento.

Quadro 34 – Grelha referente às boas práticas de governação societária

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	S	N	S	N		
I. Missão, objetivos e políticas						
1. Missão e a forma como é prosseguida. Visão e valores que orientam a Empresa	X		X		4	
2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		5	
3. Objetivos e do grau de cumprimento dos objetivos de gestão	X		X		7	
4. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da Empresa	X		X		8	
II. Estrutura de capital						
1. Estrutura de capital	X		X		9	
2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		9	Não existem
3. Acordos parassociais	X		X		9	Não existem
III. Participações sociais e obrigações detidas						
1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos	X		X		9	
2. A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		9	
3. A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades	X		X		9	
4. Indicação sobre o número de ações ou obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		9	Não aplicável
5. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	X		X		10	Não aplicável
6. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		10	
IV. Órgãos sociais e comissões						
A. Mesa de Assembleia Geral						
1. Composição da mesa da assembleia geral, mandato e remuneração	X		X		10	Não aplicável
2. Identificação das deliberações acionistas	X		X		10	Não existem

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	S	N	S	N		
B. Administração e supervisão						
1. Indicação do modelo de governo adotado	X		X		10	
2. Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		10	
3. Composição do Conselho de Administração	X		X		11	
4. Identificação dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão	X		X		11	Não aplicável
5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		12-15	
6. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto	X		X		16	Não aplicável
7. Organograma relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		16-18	
8. Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		18-20	
9. Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão	X		X		20	Não aplicável
C. Fiscalização						
1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo do mandato de cada membro	X		X		20	
2. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		20	Não aplicável
3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal	X		X		21-22	
4. Funcionamento do Conselho Fiscal:	X		X		22	
5. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade por parte de cada membro	X		X		22	
6. Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas e outras atividades relevantes	X		X		23	
7. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	X		X		23	
8. Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		23	Não aplicável
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)						
1. Identificação do ROC, SROC	X		X		23	
2. Indicação das limitações legais e outras	X		X		23	
3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo	X		X		23	
4. Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade	X		X		23	
E. Auditor externo						
1. Identificação do auditor externo	X		X		24	
2. Política e periodicidade da rotação do auditor externo	X		X		24	
3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo	X		X		24	
4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade	X		X		24	
V. Organização interna						
A. Estatutos e comunicações						
1. Alteração dos estatutos da sociedade – Regras aplicáveis	X		X		24	
2. Comunicação de irregularidades	X		X		24	Não aplicável
3. Indicação de políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes	X		X		24-25	

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	S	N	S	N		
B. Controlo interno e gestão de riscos						
1. Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		25	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco	X		X		25	
3. Principais medidas adotadas na política de risco	X		X		25	
4. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	X		X		25	
5. Existência de outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos	X		X		25	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos	X		X		26-27	
7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		28-30	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade	X		X		30	
C. Regulamentos e códigos						
1. Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	X		X		30-32	
2. Código de ética e de conduta	X		X		32	
D. Sítio de internet						
1. Identificação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada	X		X		33	
VI. Remunerações						
A. Competências para a determinação						
1. Indicação do órgão competente para fixar a remuneração	X		X		33	
B. Comissão de fixação de remunerações						
1. Composição		X		X	34	Não aplicável
C. Estrutura de remunerações						
1. Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		34	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X		X		34-36	
3. Componente variável da remuneração e critérios de atribuição		X		X	34-36	Não aplicável
4. Diferimento do pagamento da componente variável		X		X	34-36	Não aplicável
5. Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio		X		X	36	Não aplicável
6. Regimes complementares de pensões		X		X	36	Não aplicável
D. Divulgação das remunerações						
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida	X		X		34-36	
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo		X		X	34-36	Não existem
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios		X		X	34-36	Não existem
4. Indemnizações pagas a ex-administradores executivos		X		X	34-36	Não existem
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade	X		X		34-36	
6. Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X		36	
VII. Transações com partes relacionadas e outras						
1. Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas	X		X		37	
2. Informação sobre outras transações.	X		X		37-40	
VIII. Análise de sustentabilidade da empresa						
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		41-50	
2. Políticas prosseguidas	X		X		41-50	
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:						
a) Responsabilidade social	X		X		41-50	
b) Responsabilidade ambiental	X		X		41-50	
c) Responsabilidade económica	X		X		41-50	
IX. Avaliação do Governo Societário						
1. Cumprimento das Recomendações	X				50-51	
2. Outras informações	X				55-57	

4. Cumprimento das orientações legais

À administração conjunta do Metropolitano de Lisboa e da CARRIS foi cometida, nos termos do estipulado no Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, prioritariamente, a missão de concretização dos objetivos definidos no PET – Plano Estratégico de Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa. Em termos gerais, à que desenvolver e concretizar o processo de integração operacional do Metropolitano de Lisboa e da CARRIS, bem como estudar e preparar o modelo de abertura à exploração, por entidades privadas, dos serviços de transporte prestado por ambas as empresas.

Neste sentido, a nova administração conjunta tem vindo, desde o início das suas funções, a promover, numa lógica de gestão integrada Metro|CARRIS, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (metropolitano, autocarro e elétrico), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

A este propósito, importa acrescentar que as leis do OE dos anos de 2012 e 2013 estabeleceram várias medidas para o setor empresarial do Estado, visando a redução de gastos e a aumento da respetiva eficiência económica, as quais têm vindo a ser naturalmente cumpridas pela Empresa.

Neste capítulo descrevem-se os objetivos de gestão, de forma quantificada, a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial do Metropolitano de Lisboa, definidos em cada ano e para o triénio 2012-2014, em especial os económicos e os financeiros, bem como as respetivas metas a atingir pela Empresa no referido período, nos termos previstos no artigo 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

- **Objetivos de gestão**

Os objetivos de gestão da Empresa encontram-se espelhados no “Contrato de Gestão” assinado com o Estado Português, para o triénio 2012-2014.

Quadro 35 – Objetivos do contrato de gestão: 2012-2014

Indicadores	Un.	Peso (%)	Objetivos		
			2012	2013	2014
Volume de Negócios	m€	9,0	83.378	87.114	90.000
Margem do EBITDA	%	10,0	-39,46	-29,65	-25,06
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão)	m€	10,0	204.757	200.325	199.928
Gastos Operacionais por Passageiro	€	10,0	1,33	1,24	1,24
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos	%	10,0	41	43	45
Peso dos títulos intermodais	%	12,0	54	68	70
Eficiência Energética	Pkm / kWh	12,0	7,764	7,643	7,557
Índice de Qualidade da Oferta		18,0	100	100	100
PMP	dias	3,0	180	150	120
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	%	3,0	80	82	85
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA)	%	3,0	-8,3	-7,8	-8,9
CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS		100			

Quadro 36 – Indicadores de qualidade da oferta: 2012-2014

Indicadores	Un.	Ponde- rador (%)	Objetivos		
			2012	2013	2014
Regularidade	%	10,0	80,0	80,0	82,0
Reclamações / 10 ⁶ PT	n.º	15,0	38,83	52,59	43,26
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	97,0	97,2	97,5
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso ≥ 10 min.)	n.º	10,0	260	250	240
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso ≥ 10 min.	min.	15,0	21,0	21,0	21,0
Idade média das carruagens	anos	10,0	13,3	14,3	15,3
Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	10,0	7,21	7,21	7,21
ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)		100			

Glossário dos indicadores de gestão:

Volume de Negócios: Soma dos proveitos com “Serviço Público”, alugueres e Outros Proveitos Operacionais – não levando em consideração as restantes rubricas de proveitos operacionais, nomeadamente Trabalhos para a própria entidade e subsídios à exploração / indemnizações compensatórias (IC’s);

Margem do EBITDA: EBITDA/Volume de Negócios, sendo o EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos antes de IC’s (+ ajustamentos caso existam);

Gastos Operacionais: Valor global dos Gastos Operacionais, com exclusão dos Custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões;

Gastos Operacionais por passageiro: Divisão dos Gastos Operacionais totais, com exclusão dos custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões, pelos passageiros transportados;

Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais pelos Proveitos de Negócio: Divisão dos proveitos do negócio (tal como supra indicado incluem proveitos de Serviço Público, de Alugueres e Outros Proveitos Operacionais) pelos custos operacionais totais, com exclusão dos custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões;

Peso dos títulos Intermodais: inclui títulos e passes combinados;

Eficiência Energética: Medida da eficiência ambiental da oferta através da divisão dos passageiros x km transportados pelos consumos energéticos;

Índice de Qualidade da Oferta (IQO): Tem em consideração fatores como:

- **Número de reclamações por um milhão de passageiros (transportados):** Divisão do número de reclamações de clientes por um milhão de passageiros transportados;
- **Taxa de realização de carruagens x km:** Divisão do número de carruagens x km realizadas pelo número de carruagens x km programadas x 100;
- **Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso ≥ 10 min.):** Número de ocorrências registadas que causam atrasos superiores a 10 minutos na exploração;
- **Tempo médio de resolução nas ocorrências (atraso ≥ 10 min.):** Divisão do tempo despendido na resolução das ocorrências de maior impacto na exploração com atraso superior a 10 min. pelo número de ocorrências registadas que causam atraso superior a 10 minutos na exploração;
- **Idade média das carruagens:** Média de idade das carruagens que compõem a frota;
- **Índice de satisfação do cliente:** Resultado do inquérito de satisfação realizado pelo Metro aos seus utentes;

PMP de acordo com a RCM n.º 34/2008, o Despacho n.º 9870/2009 e o DL n.º 65-A/2011 de 17 de Maio;

Grau de cumprimento do Plano de Investimentos: Valor do investimento realizado/valor do investimento orçamentado;

Eficiência: Gastos operacionais/EBITDA (os gastos operacionais não incluem os custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões).

- Grau de cumprimento dos objetivos de gestão

Quadro 37 – Objetivos do Contrato de Gestão

Indicadores	Un.	Peso (%)	ANO 2013				
			Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio Índices (%)
Volume de Negócios	m€	9,0	87.114	9,0	81.088	8,4	-6,92
Margem do EBITDA	%	10,0	-29,65	10,0	-24,28	12,2	22,12
Gastos Operacionais (sem indenizações por rescisão)	m€	10,0	200.325	10,0	158.051	12,7	26,75
Gastos Operacionais por Passageiro	€	10,0	1,24	10,0	1,16	10,6	6,42
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos	%	10,0	43	10,0	51	11,8	17,98
Peso dos títulos intermodais*	%	12,0	68	12,0	99	17,5	46,09
Eficiência Energética (Pkm / kWh)	Pkm / kWh	12,0	7,643	12,0	7,535	11,8	-1,42
Índice de Qualidade da Oferta		18,0	100	18,0	114	20,4	13,59
PMP	dias	3,0	150	3,0	34	13,2	341,18
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	%	3,0	82	3,0	20	0,7	-76,15
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA)	%	3,0	-7,8	3,0	-8,0	3,1	3,51
GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS		100		100		123	

* O valor de títulos de transporte próprios (Bilhete Viagem Metro e Passes ML), que se encontram na realização de 2013 do indicador em causa, restringe-se aos títulos vendidos antes da adoção dos novos tarifários (de 25 a 31 de dezembro de 2012).

Quadro 38 – Indicadores de qualidade da oferta

Indicadores	Un.	Ponderador (%)	ANO 2013				
			Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio Índices (%)
Regularidade	%	10,0	80,0	10,0	87,8	11,0	9,72
Reclamações / 10*6 PT	n.º	15,0	52,59	15,0	36,04	21,9	45,92
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	97,2	30,0	99,3	30,6	2,11
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso > 10 min.)	n.º	10,0	250	10,0	185	13,5	35,14
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso > 10 min.	min.	15,0	21,0	15,0	18,7	16,9	12,35
Idade média das carruagens	anos	10,0	14,3	10,0	14,3	10,0	0,00
Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	10,0	7,21	10,0	7,03	9,8	-2,50
ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)		100		100		114	

Concluiu-se que o ML ultrapassou o objetivo global previsto no contrato de gestão em 23%.

- **Gestão do risco financeiro e limites de endividamento**

Os limites máximos de acréscimo de endividamento para 2013, definidos no Despacho n.º 155/11-MEF, de 28 de abril, foram cumpridos. O endividamento do ML cresceu 2,3%, ascendendo o passivo remunerado a 4.280 milhões de euros. Este acréscimo, que resultou integralmente dos empréstimos contraídos junto do Tesouro português, teve como finalidade o pagamento do serviço da dívida.

Quadro 39 – Financiamento

	Un.	Anos					
		2009	2010	2011	2012	2013	
Encargos financeiros	Juros pagos	10 ³ €	103.813	88.495	175.858	206.084	136.859
	Cancelamento swaps	10 ³ €	0	0	0	0	475.429
	Total pago	10³ €	103.813	88.495	175.858	206.084	612.289
Taxa média de financiamento	%	2,53%	2,52%	4,30%	4,58%	3,79%	

Quadro 40 – Passivo remunerado

Passivo Remunerado	Un.	2012	2013	Var.	
				Abs.	%
Passivo não corrente:					
Financiamentos obtidos	10 ³ €	4 131 108	4 280 823	149 715	3,6%
Passivo corrente:					
Financiamentos obtidos	10 ³ €	50 000	0	(50 000)	-100,0%
Total do passivo remunerado	10³ €	4.181.108	4.280.823	99.715	2,4%

- **Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos**

O Governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o programa “Pagar a tempo e horas”, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, com o objetivo de reduzir significativa e estruturalmente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Quadro 41 – Prazo médio de pagamentos a fornecedores

PMP	Un.	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Ano 2011	dias	109	115	108	128
Ano 2012	dias	150	168	198	113
Ano 2013	dias	79	44	35	34

Em 31/12/2013, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, encontravam-se em atraso os pagamentos abaixo descritos:

Quadro 42 – Pagamentos em atraso

Dívidas vencidas	Un.	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o art.º 1º DL 65-A/2011			
			90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de bens e serviços	€	89 737	11 660	42 468	433	0
Aquisições de capital	€	0	0	131	0	103 346
Total	€	89 737	11 660	42 600	433	103 346

Remunerações dos órgãos sociais:

- Conselho de Administração

Quadro 43 – Identificação dos órgãos sociais

Mandato (Início - fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2012-2014	Presidente	Dr. José Manuel Silva Rodrigues (1)	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012
2012-2014	Vogal 1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012
2012-2014	Vogal 2	Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012
2012-2014	Vogal 3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012

(1) Exonerado do cargo de Presidente do ML, pela R.C.M. n.º 40/2013, de 6 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 115, de 18 de junho.

Quadro 44 – Estatuto do Gestor Público

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas de representação	Entidade	Pagadora
Dr. José Manuel Silva Rodrigues (1)	S	A	2.861,38 €	1.144,45 €	n.a.	D
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	2.289,10 €	915,64 €	n.a.	D
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	S	A	2.289,10 €	915,64 €	n.a.	D
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	2.289,10 €	915,64 €	n.a.	D

(1) Exonerado do cargo de Presidente do ML, pela R.C.M. n.º 40/2013, de 6 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 115, de 18 de junho.

Legenda:

EGP - Estatuto do Gestor Público

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem

O/D - Origem / Destino

Quadro 45 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração

Nome	Remuneração Anual						
	Variável	Fixa (1)	Outra	Redução (Lei n.º 12-A/2010)	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores	Bruta após reduções
Dr. José Manuel Silva Rodrigues (2)	- €	25.073,83 €	- €	1.430,38 €	2.717,32 €	- €	20.926,14 €
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	- €	43.035,10 €	- €	2.151,78 €	4.088,31 €	- €	36.795,02 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	- €	43.035,10 €	- €	2.151,78 €	4.088,31 €	- €	36.795,02 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	- €	43.035,10 €	- €	2.151,78 €	4.088,31 €	- €	36.795,02 €

(1) Remuneração Fixa = Rem. Base + despesas de representação

(2) Exonerado do cargo de Presidente, pela R.C.M. n.º 40/2013, de 6 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 115, de 18 de junho.

Quadro 46 – Benefícios sociais

Nome	Subsídio de refeição	Benefícios Sociais						
		Regime de proteção social		Seguro de saúde (1)	Seguro de vida	Seguro de acidentes pessoais	Regime de proteção social	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Dr. José Manuel Silva Rodrigues (2)	567,61 €	TSU	4.421,91 €	209,87 €	- €	- €	- €	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	1.087,57 €	TSU	8.098,35 €	484,32 €	- €	- €	- €	
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	1.125,74 €	CGA	5.370,49 €	484,32 €	- €	- €	- €	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	1.101,89 €	TSU	8.098,35 €	484,32 €	- €	- €	- €	

(1) 50% destes valores foram faturados à CARRIS.

(2) Exonerado do cargo de Presidente do ML, pela R.C.M. n.º 40/2013, de 6 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 115, de 18 de junho.

Quadro 47 – Gastos com comunicações móveis

Nome	Gastos com comunicações móveis	
	Plafond mensal definido	Valor anual
Dr. José Manuel Silva Rodrigues (1)	40,00 €	178,88 €
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	40,00 €	213,38 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	40,00 €	191,16 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	40,00 €	216,82 €

(1) Exonerado do cargo de Presidente do ML, pela R.C.M. n.º 40/2013, de 6 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 115, de 18 de junho.

Quadro 48 – Encargos com viaturas

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	N.º de prestações	Valor da renda mensal	Valor anual
Dr. José Manuel Silva Rodrigues (1)	S	S	42.750,00 €	ALD	2010	2014	48	427,50 €	2.565,00 €
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	S	26.317,93 €	ALD	2011	2014	36	833,53 €	(2) 10.002,37 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	S	S	45.305,00 €	ALD	2010	2014	48	348,76 €	4.185,12 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	S	42.822,00 €	ALD	2010	2014	48	395,81 €	4.749,66 €

(1) Exonerado do cargo de Presidente do ML, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013, de 6 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 115, de 18 de junho.

(2) Contrato realizado pelo Metro. 50% do valor faturado à Camis.

Quadro 49 – Gastos anuais associados a viaturas

Nome	Plafond mensal	Gastos anuais associados a viaturas				Observações
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	
Dr. José Manuel Silva Rodrigues (1)	286,14 €	1.163,09 €	114,33 €	979,25 €	251,04 €	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	228,91 €	1.592,71 €	581,11 €	472,21 €	326,54 €	
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	228,91 €	2.409,24 €	212,11 €	1.137,30 €	543,84 €	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	228,91 €	1.244,09 €	232,16 €	1.018,75 €	566,42 €	

(1) Exonerado do cargo de Presidente do ML, pela R.C.M. n.º 40/2013, de 6 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 115, de 18 de junho.

Quadro 50 – Despesas em serviço

Nome	Gastos anuais associados a deslocações em serviço				
	Deslocações em serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras	
				Identificar	Valor
Dr. José Manuel Silva Rodrigues (1)	2.584,88 €	2.245,21 €	464,29 €		- €
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas (2)	5.317,84 €	1.208,00 €	260,65 €	Seguro	673,68 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	235,00 €	248,00 €	118,94 €		- €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	385,21 €	- €	156,40 €		- €

(1) Exonerado do cargo de Presidente do ML, pela R.C.M. n.º 40/2013, de 6 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 115, de 18 de junho.

(2) Inclui viagem realizada na qualidade de Presidente da Ferconsult.

Acrescenta-se que não houve utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa, nem qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal.

- Conselho Fiscal

Quadro 51 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Mandato (Início - fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório fixado (mensal) (1)
			Documento	Data	
2012-2014	Presidente	Dr. José Emílio Castel Branco	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	1.602,37 €
2012-2014	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	1.201,78 €
2012-2014	Vogal Efetivo	Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	1.201,78 €
2012-2014	Vogal Suplente	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	- €

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 5 de outubro de 2012 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações – 50% destes valores são suportados pela CARRIS.

Quadro 52 – Remuneração anual

Nome	Un.	Remuneração Anual		
		Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após reduções
Dr. José Emílio Castel Branco	€	11.215,50 €	1.121,68 €	10.093,82 €
Dr. José Carlos Pereira Nunes	€	8.412,49 €	833,75 €	7.578,74 €
Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa	€	8.412,49 €	821,87 €	7.590,62 €
Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	€	- €	- €	- €

- Revisor Oficial de Contas (ROC)

Quadro 53 – Identificação do SROC/ROC

Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação	
	Nome	Número	Doc	Data
Efetivo	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC representado por: Luis Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	38	D 192/08-SETF	18-Mar-2008

Quadro 54 – Remuneração anual

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após reduções
Caiano Pereira, António e José Reimão	15.044,54 €	- €	15.044,54 €

- Auditor externo

Quadro 55 – Identificação e remuneração do auditor externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da contratação		Remuneração Anual		
Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de Registo no CMVM	Data	Período	Valor da prestação de serviços	Redução (Lei OE)	Bruta após reduções
Deloitte & Associados, SROC, SA	43	231	22-Out-2013		20.250,01 €	- €	- €

- **Contratação pública**

Os procedimentos adotados pelo ML, no âmbito da contratação pública, cumpriram o disposto no CCP e demais legislação aplicável às compras públicas, conforme explicitado no capítulo 3.5 – “Outras transações”. Nesta matéria foram cumpridas todas as obrigações legais de publicitação, nomeadamente no Portal base, bem como cumpridas as obrigações de reporte estatístico, junto do ESPAP¹¹ e INE¹².

- **Racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços**

Durante o ano de 2013, foi mantida, como prática reiterada, a consulta ao mercado, tendo-se verificado uma poupança de cerca de 28%, considerando a diferença entre o preço máximo fixado no procedimento de aquisição e o preço contratual obtido.

Neste período foram, igualmente, agregadas necessidades comuns ao ML e à CARRIS e tramitados procedimentos de contratação conjuntos, nomeadamente para aquisição de energia elétrica, serviços de recolha e tratamento de resíduos, bem como serviços de assessoria de imagem e comunicação, prática que contribuiu para a poupança alcançada.

O ML mantém a sua integração no Sistema Nacional de Compras Públicas, ao qual aderiu já em 2010.

No que se refere ao parque de veículos do Estado, o ML cumpre o disposto na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, encontrando-se centralizada a gestão da frota e definidos os cargos com competências para a utilização de veículos: os membros do Conselho de Administração, os Assessores do Conselho de Administração e os diretores da Empresa.

O quadro que se segue resume o parque total de veículos do ML em 2013:

Quadro 56 – Parque de veículos do ML

Parque de veículos do ML		Ano 2012	Ano 2013
1.	N.º de veículos adquiridos	0	0
2.	N.º de veículos abatidos	22	2
3.	N.º de veículos atribuídos	43	41
3.1	Conselho de Administração	1	1
3.2	Cargos de chefia	20	19
3.3	Outros (1):	22	21

(1) Viaturas da pool e frota operacional, incluindo piquete, manutenção e obras.

- **Princípio da igualdade do género**

Em 2013, o ML aprovou o “Plano de Ação para a Igualdade de Género” para o triénio 2013/2015, tendo por base as obrigações previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março e as medidas elencadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013, de 8 de março.

O referido plano apresenta o diagnóstico interno da Empresa, baseado nos indicadores para a igualdade transversalmente definidos para o sector empresarial do Estado e contempla medidas de atuação para a melhoria da igualdade de género dos/as Colaboradores/as do ML ajustadas à realidade desta entidade pública empresarial.

- **Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado**

Desde 02 de janeiro de 2007 que o ML mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais, conforme previsto no art.º 124º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Contudo, em 2013, o ML pediu dispensa do princípio de unidade de tesouraria, invocando argumentos de ordem operacional, relacionados com a logística de venda de títulos.

¹¹ Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP).

¹² Instituto Nacional de Estatística (INE).

- Plano de redução de custos

Quadro 57 – Plano de redução de custos

PRC	Un.	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 2013/2010	
							V. Abs.	%
CMVMC	m€	2.760	2.607	2.167	2.205	2.150	-456	-17,5%
FSE	m€	41.401	38.674	38.214	35.346	31.880	-6.795	-17,6%
Deslocações / Estadas	m€	214	97	45	26	28	-68	-70,7%
Ajudas de custo ¹³	m€	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	3	-	-
Comunicações	m€	212	160	154	116	106	-54	-33,8%
Gastos com o pessoal ¹⁴	m€	84.811	87.657	78.837	75.298	74.242	-13.415	-15,3%
Total	m€	128.973	128.938	119.218	112.849	108.272	-20.665	-16,0%
Volume de negócios	m€	63.833	64.039	67.683	81.733	82.097	18.057	28,2%
Peso dos gastos no VN	%	202,0%	201,3%	176,1%	138,1%	131,9%	-69,5%	

- Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes¹⁵

Quadro 58 – Gastos com pessoal

Designação	2010	2011	2012	2013
Gastos totais com pessoal *	€ 87 656 930	78 836 976	75 297 790	86 397 818
Gastos com órgãos sociais	€ 610 813	491 095	334 343	224 271
Reduções decorrentes de alterações legislativas	€ 0	69 653	18 726	24 519
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	€ 0	0	0	0
Gastos com dirigentes (sem O.S.)	€ 20 070 853	15 918 737	12 691 435	14 198 472
Reduções decorrentes de alterações legislativas	€ 0	1 210 085	865 183	950 365
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	€ 0	0	0	0
Gastos com efetivos (sem O.S. e sem dirigentes)	€ 66 975 246	61 767 886	61 612 138	68 992 910
Reduções decorrentes de alterações legislativas	€ 0	1 897 009	1 637 639	1 507 169
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	€ 0	0	0	0
Rescisões / Indemnizações	€ 18	659 259	659 874	2 982 165

* Total da classe 63 (SNC)

Quadro 59 – Número de cargos dirigentes

Designação	2010	2011	2012	2013
Pessoal no ativo (O.S. + dirigentes + efetivos)	n.º 1680	1598	1529	1454
Recursos humanos (sem O.S.)	n.º 1672	1590	1525	1451
Efetivos (sem O.S. e sem dirigentes)	n.º 1380	1320	1266	1199
Cargos de dirigentes (sem O.S.)	n.º 292	270	259	252
Órgãos sociais *	n.º 8	8	4	3

* Até 6 de junho de 2013 os órgãos sociais eram 4.

¹³ As “ajudas de custo” até 2012 não se encontram identificadas por estarem numa conta contabilística agregada.

¹⁴ Foram retirados aos “gastos com o pessoal” os efeitos dos custos associados ao “plano de pensões”.

¹⁵ Os cargos dirigentes incluem as categorias de diretor e as chefias de primeiro e segundo nível.

- **Recomendações do Tribunal de Contas**

Na sequência das “recomendações” constantes do relatório de auditoria do Tribunal de Contas, cumpre salientar que o cumprimento de algumas das recomendações se encontra fortemente condicionada pela situação económica e financeira que atravessamos, pelo quadro legal vigente.

Neste sentido, relativamente a cada uma das recomendações efetuadas, informamos as medidas tomadas e os resultados obtidos para cada uma, no quadro seguinte.

Quadro 60 – Cumprimento das recomendações do TC

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 1:					
Quantificação nas demonstrações financeiras da gratuitidade do transporte aos trabalhadores e familiares	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 2:					
Formalização e imputação do pagamento do serviço de transporte aos trabalhadores da Ferconsult	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 3:					
Eliminação da circulação ilegal de passageiros de outras transportadoras	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 4:					
Implementação da depreciação contabilística das ILD				Por decisão da tutela, em 2013, as ILD passaram a figurar no balanço, mas sem contabilização de amortizações.	Esta recomendação apenas poderá ser ultrapassada com a celebração do contrato de concessão com o Estado.
Recomendação 5:					
Revisão do Acordo de Empresa com vista à eliminação de subsídios, benefícios e prémios sem relação com o aumento de produtividade ou a qualidade de desempenho				-	Os Acordos de Empresa (AE I e AE II) têm um prazo de vigência que termina apenas em 31 de dezembro de 2015. Esta situação condiciona, ou impede, a revisão do seu normativo sem o acordo das associações sindicais que subscreveram os AE.
Recomendação 6:					
Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fixar um limite para a atribuição do complemento de pensões	X			-	Os trabalhadores admitidos para a empresa após 31 de dezembro 2003 não se encontram abrangidos pelo pagamento de complemento de reforma e de sobrevivência.
Recomendação 7:					
Diminuição do absentismo dos trabalhadores com funções operacionais e de condução do material circulante	X			Em janeiro de 2013, foi feito o balanço do projeto “Menos Absentismo, Mais Produtividade” com a avaliação do impacto das medidas realizadas.	Concluiu-se que é importante retomar as medidas de intervenção que se mostraram mais eficazes, visando a continuação da tendência para a redução da taxa de absentismo.
Recomendação 8:					
Revisão e contabilização dos montantes atribuídos ao CCD	X			-	Em 2013, o ML não atribuiu qualquer subsídio ao CCDTML
Recomendação 9:					
Melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida				Instalação de meios mecânicos de acesso às estações	Foram concluídos os trabalhos nas estações Roma e Alvalade, estando em curso os trabalhos nas estações Areiro, Colégio Militar e Baixa-Chiado. Devido aos atuais condicionalismos económicos não é possível, neste momento, à empresa financiar as obras nas restantes estações.

Cumprimento das recomendações do TC (cont.)	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 10:					
Construção de parques de estacionamento				Construção de parques de estacionamento na Pontinha, Lumiar, Senhor Roubado e Odivelas, com recurso a meios de financiamento próprios.	Contudo, o objeto do ML é a "exploração, em exclusividade e regime de serviço público do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa", não lhe cabendo explorar e construir parques de estacionamento. Embora a Empresa o possa fazer de forma assessoria à sua atividade e em parceria com as restantes entidades interessadas, nomeadamente, câmaras municipais e outros operadores de transporte. Neste sentido, nenhum dos parceiros se mostrou disponível para o efeito, tentando sempre que o fosse o ML a suportar na íntegra quer o investimento, quer a exploração dos parques de estacionamento.
Recomendação 11:					
Criação de um sistema de Parque & Siga	X			Criação de um tarifário específico que permite o estacionamento da viatura em alguns parques da EMEL e da Emparque com o acesso à rede do metro.	Concluído.
Recomendação 12:					
Potenciar painéis de informação e postos de atendimento relativos à operacionalidade do Metropolitano	X			Informação de tempo de espera para a passagem do comboio seguinte transmitida nos painéis interiores da generalidade das estações.	Concluído.
			X	Colocação de painéis informativos na entrada das estações relativa à circulação na rede do ML	Foram aplicados em algumas estações da rede ML
	X			Criação do Gabinete do Cliente	Foram criadas quatro unidades do "Espaço Cliente CARRIS Metro".
	X			Abertura do gabinete Carris / Metro	
Recomendação 13:					
Extensão das funções do Provedor Arbitral para Provedor do Cliente					
Recomendação 14:					
Centralização da relação com o cliente numa única entidade				"Relação com o cliente" num único órgão da empresa.	Em resultado da alteração na estrutura orgânica do ML foi criada a direção "Marketing e Comercial", passando a "relação com o cliente" a estar centralizada num único órgão. Neste momento, em consequência da integração CARRIS Metro, a relação com o Cliente das duas empresas tem uma estratégia comum, centralizada num único "Centro de Atendimento", bem como nos quatro "Espaço Cliente" existentes.
Recomendação 15:					
Sistematização e compilação dos direitos e deveres do cliente equacionando a compensação pela ausência da prestação do serviço				Criação da Carta do Cliente	Concluído
				Disponibilizar informação relativa à compensação dos titulares do cartão "Viva viagem", em caso de interrupção do serviço de metro.	Esta informação está disponível no Site da Empresa (www.metropolitanelisboa.pt)
Recomendação 16:					
Atuação sobre aspetos do relatório considerados "a melhorar"					

- **Quadro resumo**

Quadro 61 – Cumprimentos das orientações legais

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Grau de cumprimento dos objetivos do contrato de gestão \geq 100%	X			123%	Ver o ponto 3.2 "Grau de cumprimento dos objetivos"
Gestão do risco financeiro				3,79%	Ver o ponto 4.2 "Gestão do risco financeiro e limites de endividamento"
Limites de crescimento do endividamento				99.715 € 2,4%	Ver o ponto 4.2 "Gestão do risco financeiro e limites de endividamento"
Evolução do PMP a fornecedores				- 79 dias	Ver ponto 4.3 "Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos"
Atrasos nos pagamentos (<i>arrears</i>)				247.776 €	Ver ponto 4.3 "Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas					O Relatório e Contas de 2012 aguarda aprovação por parte da Tutela.
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37º da Lei n.º 66-B/2012	X			-	
Órgãos sociais – redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei n.º 66-B/2012	X			24.519 €	Ver ponto 4.12 "Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes"
Órgãos sociais – redução de 5% por aplicação art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010					
Auditor externo – redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012			X	-	Ver ponto 3.7.4 "Auditor externo"
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei n.º 66-B/2012					
Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei n.º 66-B/2012	X			2.457.534 €	Ver ponto 4.12 "Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes"
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito				-	Ver ponto 4.7 "Estatuto do Gestor Público"
Reembolso de despesas de representação pessoal				-	
Contratação pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela Empresa	X			Aplicação do CCP, da Lei n.º 8/2012, do regime de parecer prévio pela AMA, cfr. DL n.º 107/2012.	Ver ponto 3.5. "Outras transações"
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas					
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas				-	A CPC não celebrou contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas
Auditorias do Tribunal de Contas (ocorridas em 2013)		X			
Parque automóvel					Ver ponto 4.9 "Racionalização de políticas de aprovisionamentos de bens e serviços"
Gastos operacionais das Empresas Públicas (art.º 64º da Lei n.º 66-B/2012)					
Gastos com pessoal				11.100.028 € 14,7%	Justificado pelo quadro 25 – "Gastos com pessoal" incluído no ponto "2.1 – Análise económica". Ver também ponto 4.11 "Plano de redução de custos"
Fornecimentos e serviços externos				- 3.465.910 € -9,8%	Ver também ponto 4.11 "Plano de redução de custos"
Redução de trabalhadores (art.º 63º da Lei n.º 66-B/2012)					
N.º de trabalhadores	X			-139 -8,7%	Ver ponto 4.12 "Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes"
N.º de cargos dirigentes	X			-7 -2,7%	
Princípio da unidade de tesouraria					Ver ponto 4.13 "Princípio da unidade de tesouraria do Estado"

Legenda:

- S – Sim
- N – Não
- N.A. – Não Aplicável

5. Perspetivas para 2014

Para 2014 e considerando uma recuperação moderada da atividade, continuará o processo de consolidação orçamental. O ML prosseguirá a sua atividade tendo em conta as seguintes vertentes:

- Ao nível do cliente, prosseguir-se-ão medidas de fidelização e de captação de novos clientes e de combate à fraude com vista à recuperação da procura;
- Simplificação do sistema tarifário;
- Simultaneamente, manter-se-ão as ações de redução de gastos, redução do quadro de pessoal e aumento da eficiência e produtividade por forma a manter os níveis de EBITDA positivos;
- Consolidação da revisão do modelo de repartição das receitas pelos operadores de transportes da área metropolitana de Lisboa;
- No âmbito do novo “Programa-Quadro de Financiamento de Investigação e Inovação – Horizonte 2020”, o ML pretende apresentar propostas em consórcio europeu nos Desafios Societais previstos.

6. Proposta de aplicação de resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no valor de 15.307.839 euros seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

7. Demonstrações financeiras

Quadro 62 – Balanços em 31 de dezembro de 2013 e 2012

				Un: €					
ATIVO		Notas	2013	2012	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		Notas	2013	2012
Ativo não corrente					Capital Próprio				
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.1 e 5		4 361 698 549	4 414 234 514	Capital realizado	15	1 079 179 039	603 750 000	
Ativos fixos tangíveis	6		259 863 291	287 272 796	Reserva legal		21 597	21 597	
Propriedades de investimento	8		428 728	366 891	Outras reservas		1 501 878	1 501 878	
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	9		25 683 810	20 144 909	Resultados transitados		(1 539 560 250)	(1 466 173 836)	
Outras contas a receber	13		10 502 602	12 433 723	Outras variações no capital próprio	16	19 918 353	22 824 584	
Derivados	10		3 271 187	48 535 668			(438 939 383)	(838 075 777)	
Outros ativos financeiros	11		36 449 583	17 539 253	Resultado líquido do exercício		(15 307 839)	(77 332 060)	
Total do ativo não corrente			4 697 897 750	4 800 527 754	Total do capital próprio		(454 247 222)	(915 407 837)	
Ativo corrente					Passivo				
Investimentos de infraestruturas de longa duração			2 041 708	-	Passivo não corrente				
Inventários	12		1 569 041	1 222 618	Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.1 e 5	3 600 774 086	4 189 773 808	
Clientes	13		4 342 615	8 007 952	Provisões	17	13 212 202	522 537	
Estado e outros entes públicos	21		4 394 694	4 173 639	Financiamentos obtidos	18	691 360 435	753 124 597	
Outras contas a receber	13		18 055 213	18 400 998	Derivados	10	210 714 948	230 338 909	
Diferimentos	14		57 691 347	55 968 913	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	216 987 145	262 739 100	
Caixa e depósitos bancários	4		18 186 353	24 420 301	Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração		3 600 774 086	4 189 773 808	
Total do ativo corrente			106 280 971	112 194 421	Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)		1 132 274 729	1 246 725 143	
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração			4 363 740 257	4 414 234 514	Total do passivo não corrente		4 733 048 815	5 436 498 951	
Total do ativo afeto à operação (ML)			440 438 464	498 487 661	Passivo corrente				
Total do Ativo			4 804 178 720	4 912 722 175	Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.1 e 5	298 900 953	241 501 175	
					Fornecedores	20	1 616 266	1 444 281	
					Estado e outros entes públicos	21	2 597 692	4 106 305	
					Financiamentos obtidos	18	176 977 441	102 295 038	
					Outras contas a pagar	23	42 353 773	38 966 622	
					Diferimentos	24	2 931 002	3 317 640	
					Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração		298 900 953	241 501 175	
					Total do passivo corrente afeto à operação (ML)		226 476 174	150 129 886	
					Total do passivo corrente		525 377 127	391 631 061	
					Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		3 899 675 039	4 431 274 983	
					Total do passivo afeto à operação (ML)		1 358 750 903	1 396 855 029	
					Total do passivo		5 258 425 942	5 828 130 012	
					Total do capital próprio e do passivo		4 804 178 720	4 912 722 175	

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Quadro 63 – Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Un: €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	25	81 088 387	81 733 054
Subsídios à exploração	26	45 363 649	46 102 194
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(1 259 896)	(837 502)
Trabalhos para a própria entidade		1 945 091	4 464 959
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2 150 462)	(2 205 404)
Fornecimentos e serviços externos	27	(31 879 718)	(35 345 628)
Gastos com o pessoal	28	(86 397 818)	(75 297 790)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	(25 000)	(50 000)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	-	73 712
Provisões (aumentos / reduções)	17 e 19	2 591 191	11 274 882
Aumentos / reduções de justo valor	10	23 199 397	(6 614 748)
Outros rendimentos e ganhos	29	29 336 492	4 611 384
Outros gastos e perdas	30	(11 410 347)	(2 346 811)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50 400 965	25 562 301
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(27 910 026)	(27 718 878)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	8	132 970	38 229
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22 623 909	(2 118 348)
Juros e rendimentos similares obtidos	31	879 050	-
Juros e gastos similares suportados	31	(38 723 273)	(75 116 318)
Resultado antes de impostos		(15 220 314)	(77 234 666)
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(87 525)	(97 394)
Resultado líquido do exercício		(15 307 839)	(77 332 060)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Quadro 64 – Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Un: €

	Notas	2013	2012
Atividades operacionais			
Vendas de bilhetes e passes		85 826 671	84 864 044
Subsídios à exploração	3.18	47 882 886	46 480 470
Recebimentos de clientes		9 049 365	12 363 933
Pagamentos a fornecedores		(30 910 102)	(53 405 680)
Pagamentos ao pessoal		(61 237 094)	(56 247 350)
Caixa gerada pelas operações		50 611 726	34 055 417
Pagamento e recebimento de impostos		(9 500 406)	(5 441 903)
Outros pagamentos / Recebimentos da atividade operacional		(7 358 310)	(4 640 590)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		33 753 010	23 972 924
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 534 630	-
Atividades de investimento em ILD - Subsídios de investimento	5	56 447 910	56 357 289
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		223 302	-
Total dos recebimentos		58 205 842	56 357 289
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 909 616)	(2 188 713)
Atividades de investimento em ILD - Ativos fixos tangíveis		(14 739 745)	(40 987 506)
Total dos pagamentos		(16 649 361)	(43 176 219)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		41 556 481	13 181 070
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Aumentos de Capital		475 429 039	-
Empréstimos bancários - IGCP/DGTF	18	129 885 756	410 833 969
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos bancários - IGCP/DGTF	5	282 974 244	237 747 877
Cancelamento antecipado de contratos de swap - ML		15 422 250	-
Total dos empréstimos		903 711 289	648 581 846
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos bancários		(76 493 609)	(334 888 539)
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos bancários		(198 491 967)	(71 502 576)
Operações de leasing operacional		(10 610 120)	(12 924 985)
Operações de leasing financeiro		(30 423 708)	(22 608 703)
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos obrigacionistas		(7 731 367)	(7 731 367)
Atividades de investimento em ILD - Juros e gastos similares		(91 216 934)	(153 477 168)
Cancelamento antecipado de contratos de swap - ILD	5.5	(490 851 289)	-
Juros e gastos similares		(54 642 534)	(52 606 599)
Depósito a prazo (caução)		(19 700 540)	(634 077)
Suprimentos concedidos	9	(5 092 660)	(5 052 209)
Total dos pagamentos		(985 254 728)	(661 426 223)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(81 543 439)	(12 844 377)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(6 233 948)	24 309 617
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	24 420 301	110 684
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	18 186 353	24 420 301
Numerário		15 369	24 634
Depósitos bancários		18 170 984	24 395 667
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18 186 353	24 420 301

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Quadro 65 – Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Un: euros

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total Capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2012		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 325 608 309)	25 730 815	(146 052 279)	(840 656 298)
Alterações no período:								-
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011	15	-	-	-	(146 052 279)	-	146 052 279	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	5 486 752	-	-	5 486 752
		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 466 173 836)	22 824 584	-	(838 075 777)
Resultado líquido do exercício							(77 332 060)	(77 332 060)
Resultado integral							(77 332 060)	(77 332 060)
Posição em 31 de dezembro de 2012		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 466 173 836)	22 824 584	(77 332 060)	(915 407 837)
Posição em 1 de janeiro de 2013		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 466 173 836)	22 824 584	(77 332 060)	(915 407 837)
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	15	-	-	-	(77 332 060)	-	77 332 060	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Aumento de capital		475 429 039	-	-	-	-	-	475 429 039
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	44 344 250	-	-	44 344 250
Regularização do justo valor dos derivados e de juros de empréstimos		-	-	-	(40 398 604)	-	-	(40 398 604)
		1 079 179 039	21 597	1 501 878	(1 539 560 250)	19 918 353	-	(438 939 383)
Resultado líquido do exercício							(15 307 839)	(15 307 839)
Resultado integral							(15 307 839)	(15 307 839)
Posição em 31 de dezembro de 2013		1 079 179 039	21 597	1 501 878	(1 539 560 250)	19 918 353	(15 307 839)	(454 247 222)

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Empresa Pública Empresarial), assumiu, no dia 26 de Junho de 2009, com a entrada em vigor do respetivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, adiante designada por “Empresa”.

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009. D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 26 de junho de 2009 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L..

A Empresa tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a atividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pela Tutela (Ministério das Finanças e Ministério da Economia), beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Administração, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados no capital próprio em 31 de dezembro de 2013 e no resultado líquido findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral ao nível dos ativos, passivos, gastos e rendimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de maio de 2014. Contudo, as mesmas estão sujeitas a aprovação pelo Estado Português através dos Ministérios que tutelam a atividade da Empresa, detentor do capital estatutário, nos termos da legislação específica sobre entidades públicas empresariais em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos compreendidos entre 31 de Dezembro de 2010 e 2012, não foram ainda objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela. O Conselho de Administração da Empresa procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos seus Relatórios de Gestão sobre aqueles exercícios, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

2.1. Alterações de políticas contabilísticas e reexpressões

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração decidiu passar a reconhecer os instrumentos financeiros derivados com base no “marked-to-market” determinado pelas instituições financeiras com os quais os mesmos foram contratados, ao invés de utilizar o valor determinado por um avaliador independente conforme vinha a efetuar.

Os impactos resultantes desta alteração de mensuração reportados a 31 de dezembro de 2012 foram registados por contrapartida das rubricas de “Resultados transitados” e de “Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração” no ativo em 31 de dezembro de 2013 nos montantes de 137.778.890 euros (Nota 5.7) e 40.398.604 euros (Nota 15), respetivamente, dado ser entendimento do Conselho de Administração que o efeito da reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 não seriam materialmente relevantes para efeitos de comparabilidade.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”).

3.2. Atividades de investimento de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980 de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele decreto-lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e intangíveis deduzidos de subsídios e imparidades na rubrica ILD no ativo não se encontram a ser amortizados (Notas 3.3 e 3.4).

No passivo

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos caso em que o seu justo valor é positivo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de Dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou as mesmas à rubrica de “Atividades de investimentos de infraestruturas de longa duração”.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 – 28
Material circulante de serviço	10 – 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 – 16
Equipamento de transporte	4 – 5
Ferramentas e utensílios	4 – 10
Equipamento administrativo	7 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Afetos às infraestruturas de longa duração (“ILD”):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes ativos foi efetuado para os ativos fixos tangíveis afetos à gestão de infraestruturas, mas apenas até 31 de dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas diretamente ao valor de custo e debitadas às respetivas reservas de reavaliação como fator corretivo das mesmas, as quais se encontram consideradas na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”. Não obstante na prática em 31 de dezembro de 2013 o valor dessas amortizações faz parte do valor do ativo no balanço. Após 01 de janeiro de 1998, estes ativos não se encontram a ser amortizados.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a amortização do ativo, é calculada conforme descrito na Nota 3.3 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda de imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.7. Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.8. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e participadas

As participações em subsidiárias, associadas e participadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada ou participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.9. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado. Os inventários da Empresa em 31 de dezembro de 2013 consistem, essencialmente, em títulos de transporte (bilhetes), material de manutenção e limpeza.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados “Imparidade de inventários (perdas/reversão)”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio.

3.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i.) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de um empréstimo. Estes ativos encontram-se registados ao custo amortizado.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

(ii.) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Aumentos/reduções de justo valor".

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

(iii.) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

(iv.) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2013		2012	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Outras contas a receber	13	-	10.502.602	-	12.433.723
Derivados	10	3.271.187	-	48.535.668	-
Outros ativos financeiros	11	-	36.449.583	-	17.539.253
		3.271.187	46.952.185	48.535.668	29.972.976
Corrente:					
Cientes	13	-	4.342.615	-	8.007.952
Empresas do grupo	32	-	-	-	-
Outras contas a receber	13	-	18.055.213	-	18.400.998
Caixa e depósitos bancários	4	-	18.186.353	-	24.420.301
		-	40.584.181	-	50.829.251
		3.271.187	87.536.366	48.535.668	80.802.227

Passivos Financeiros	Notas	2013		2012	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Financiamentos obtidos	18	-	691.360.435	-	753.124.597
Derivados	10	210.714.948	-	230.338.909	-
		210.714.948	691.360.435	230.338.909	753.124.597
Corrente:					
Fornecedores	20	-	1.616.266	-	1.444.281
Financiamentos obtidos	18	-	176.977.441	-	102.295.038
Outras contas a pagar	23	-	42.353.773	-	38.966.622
		-	220.947.480	-	142.705.941
		210.714.948	912.307.915	230.338.909	895.830.538

3.11. Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, tal como mencionado na Nota 3.2, procedeu à quantificação dos encargos financeiros incorridos desde 31 de dezembro de 1995, inclusive, e considerou os mesmos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

3.12. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 23%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de dezembro de 2008 a 2013, ocorreram situações que conduziriam ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 163.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

3.13. Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.15. Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio no ano em que são determinados.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Pré-reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2013. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

3.16. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que não cumprem todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação. A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuado de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados, conforme referido na Nota 2.1..

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de “Aumentos/reduções do justo valor”.

No caso dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o justo valor à data de relato seja negativo ou positivo, respetivamente, sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessas rubricas à data de cada balanço, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio da Empresa é neste caso nulo.

3.17. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.18. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetadas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (“IMT, I.P.”).
Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.
- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de “Subsídios à exploração” no exercício em que são atribuídas.

3.19. Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD (ativos financiados pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.20. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registradas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registradas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.21. Especialização de exercícios

A Empresa registra os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registradas como ativos ou passivos.

3.22. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – o qual com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

3.23. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2013	2012
Numerário	15.369	24.634
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	18.170.984	24.395.667
	18.186.353	24.420.301

5. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2013	2012
Atividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3.073.855.435	3.069.719.658
Ativos intangíveis	5.2	6.919.091	6.908.225
Subsídios	5.3	(983.543.839)	(927.095.929)
		2.097.230.687	2.149.531.954
Conta a receber - Estado	5.4	2.264.467.862	2.264.702.560
		4.361.698.549	4.414.234.514
Ativo corrente:			
Outras contas a receber	5.5	2.041.708	-
		2.041.708	-
Total do ativo		4.363.740.257	4.414.234.514
Passivo não corrente:			
Provisões	5.4.1	19.729.602	7.675.514
Financiamentos obtidos	5.6	3.135.580.620	3.118.266.680
Derivados	5.7	445.463.864	1.063.831.614
		3.600.774.086	4.189.773.808
Passivo corrente:			
Fornecedores	5.8	2.267.294	7.119.053
Financiamentos obtidos	5.6	265.660.304	206.223.333
Outras contas a pagar	5.9	30.973.355	28.158.790
		298.900.953	241.501.175
Total do passivo		3.899.675.039	4.431.274.983
Total ILD líquido		464.065.218	(17.040.471)

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2012 resulta, essencialmente, da liquidação antecipada de 34 contratos de swap, do qual resultou o pagamento de 490.851.289 euros, conforme referido na Nota 5.7 abaixo.

5.1. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2013						
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis - ILD's	3.140.144.000	(199.062.008)	2.941.081.992	5.559.606	26.160.668	2.972.802.266
Terrenos e recursos naturais	16.098.382	(2.388.442)	13.709.940	216.595	-	13.926.535
Edifícios e outras construções	2.692.985.861	(176.310.029)	2.516.675.832	5.194.330	11.727.138	2.533.597.300
Equipamento básico	431.059.757	(20.363.537)	410.696.220	148.681	14.433.530	425.278.431
Ativos fixos tangíveis em curso	125.926.855	-	125.926.855	3.126.216	(29.881.145)	99.171.926
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	102.362.526	-	102.362.526	1.217.841	(15.430.702)	88.149.665
Equipamento básico	23.532.217	-	23.532.217	1.908.375	(14.450.443)	10.990.149
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	3.295.531	-	2.710.812	-	(829.569)	1.881.243
Total do ativo fixo tangível bruto - ILD's	3.269.366.386	(199.062.008)	3.069.719.658	8.685.822	(4.550.046)	3.073.855.435

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico”, no montante de 1.908.375 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Oriente/Aeroporto, com 768.079 euros e à remodelação da rede 855.342 euros.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2013, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente ao empreendimento Oriente/Aeroporto, à Remodelação da Rede e da Estação Areeiro, nos montantes de 851.822 euros, 693.006 euros e 158.816 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2013 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – equipamento básico”, nos montantes de 15.430.702 euros e 14.450.443 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de 99.171.926 euros registado na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” inclui, essencialmente, 53.431.060 euros relativo ao projeto de expansão do empreendimento Amadora Este/Reboleira e 5.253.492 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

31 de Dezembro de 2012						
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis - ILD's	2.949.856.076	(199.062.008)	2.750.794.068	4.238.086	186.049.838	2.941.081.992
Terrenos e recursos naturais	15.986.399	(2.388.442)	13.597.957	-	111.983	13.709.940
Edifícios e outras construções	2.522.676.353	(176.310.029)	2.346.366.324	2.660.695	167.648.813	2.516.675.832
Equipamento básico	411.193.324	(20.363.537)	390.829.787	1.577.391	18.289.042	410.696.220
Ativos fixos tangíveis em curso	285.515.682	-	285.515.682	26.460.146	(186.048.974)	125.926.854
Terrenos e recursos naturais	143.997	-	143.997	97	(111.983)	32.112
Edifícios e outras construções	251.305.582	-	251.305.582	18.704.893	(167.647.949)	102.362.526
Equipamento básico	34.066.103	-	34.066.103	7.755.156	(18.289.042)	23.532.217
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	3.295.531	-	3.295.531	-	(584.719)	2.710.812
Total do ativo fixo tangível bruto - ILD's	3.238.667.289	(199.062.008)	3.039.605.281	30.698.232	(583.855)	3.069.719.658

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 nas rubricas de “Ativos fixos tangíveis em curso – edifícios e outras construções” e de “Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico”, no montante de 26.460.146 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, com 18.792.432 euros, Alameda/S. Sebastião, com 1.587.152 euros e na remodelação da rede 2.282.516 euros.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2012, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, e Alameda/São Sebastião, nos montantes de 533.127 euros, 404.170 euros e 128.957 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – equipamento básico”, nos montantes de 167.648.813 euros e 18.289.042 euros, respetivamente referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de 125.926.854 euros registado na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” inclui, essencialmente, 52.288.527 euros relativo ao projeto de expansão do empreendimento Amadora Este/Reboleira e 30.966.357 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa assumiu indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede, através de prestações pecuniárias, no montante de 600.281 euros (186.791 euros em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico”, nos montantes de 32.112 euros, 88.149.665 euros e 10.990.149 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
2013			
Remodelação da rede	-	13.295.128	3.845.868
Extensão Rato/Estrela	-	1.456.432	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	52.376.084	861.989
Extensão S. Sebastião/Campolide	-	3.061.938	389.360
Interface do Cais do Sodré	-	13.025.640	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroporto	-	13.296.274	17.955.536
Promoção de acessibilidades	-	1.630.898	-
Outros	32.112	(9.992.729)	(13.327.414)
	32.112	88.149.665	10.990.149

Os montantes de (9.992.729 euros) e (13.327.414 euros) respeitam a transferências ocorridas no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para as rubricas do ativo fixo tangível correspondentes.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontram-se incluídos os seguintes gastos suplementares:

	2013			2012		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos capitalizados						
Gastos departamentais	67.585.309	6.086.648	73.671.957	66.480.672	5.539.415	72.020.087
	67.585.309	6.086.648	73.671.957	66.480.672	5.539.415	72.020.087

5.2. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2013				
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Ativos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.151.465	-	1.198	3.152.663
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Ativos intangíveis em curso	1.736.932	10.867	(1.198)	1.746.601
Total do ativo intangível bruto - ILD's	6.908.224	10.867	-	6.919.091

O montante de 1.198 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento" respeita a serviços de análise de risco efetuados na linha vermelha.

31 de Dezembro de 2012				
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Ativos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.437.156	333	1.713.976	3.151.465
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Ativos intangíveis em curso	3.426.734	24.175	(1.713.976)	1.736.933
Total do ativo intangível bruto - ILD's	6.883.717	24.508	-	6.908.225

O montante de 1.713.976 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento" respeita, essencialmente: (i) ao projeto executivo de prospeção Geotécnica e Geológica na linha Vermelha no montante de 558.763 euros; (ii) ao projeto de prolongamento da linha Vermelha Oriente/Aeroporto no montante de 451.370 euros; (iii) aos estudos de procura do prolongamento da linha Vermelha e Verde no montante de 110.000 euros.

No valor de custo dos ativos intangíveis, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontram-se incluídos os montantes de 10.867 euros e 16.458 euros, respetivamente, relativos a gastos departamentais capitalizados no valor do ativo.

5.3. Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi como se segue:

31 de Dezembro de 2013				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	169.615.115	4.807.009	-	174.422.124
Fundo Coesão	323.499.021	51.640.901	-	375.139.922
Subsídios diversos	204.517.396	-	-	204.517.396
Total de subsídios	927.095.929	56.447.910	-	983.543.839

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de 56.447.910 euros respeita, essencialmente, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão Amadora Este/Reboleira, no montante de 45.292.616 euros e extensão Oriente/Aeroporto, no montante 4.763.283 euros; (ii) PIDDAC, no montante de 4.807.009 euros para a extensão Oriente/Aeroporto.

5.4. Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2013	2012
Instrumentos financeiros	5.7	445.463.864	1.063.831.614
Provisão para processos judiciais em curso	5.4.1	19.729.602	7.675.514
Juros, taxa de aval e imposto do selo	5.4.2	1.489.488.945	883.409.981
Gastos de emissão	5.4.2	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	5.4.2	289.555.301	289.555.301
		2.264.467.862	2.264.702.560

5.4.1. Provisão para processos judiciais em curso

O montante de 19.729.602 euros em 31 de dezembro de 2013 (7.675.514 euros em 31 de dezembro de 2012) inclui: (i) o montante de 9.219.680 euros referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados; e (ii) o montante de 10.235.631 euros relativo aos juros vencidos e não pagos em setembro e dezembro de 2013 à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras na rubrica afeta aos ILD, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2013 ascende a 274.291 euros e encontra-se refletida na rubrica de “Provisão para processos judiciais em curso”.

5.4.2. Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Tal como mencionado na Nota 3.11, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de serem capitalizados nas mesmas. Contudo, dada a dificuldade na quantificação deste montante, a Empresa refletiu apenas os encargos financeiros suportados a partir de 1995 e que se encontravam refletidos anteriormente na rubrica de “Resultados transitados”, para a rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração - Gastos de empréstimos”, tendo o Conselho de Administração optado por fazer refletir nesta rubrica o montante de 289.555.301 euros relativo a juros e outros encargos incorridos pela Empresa anteriores a 1995, por contrapartida de “Resultados transitados”, que serviram para saldar a rubrica de ILD. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2013	2012	Varição do ano
Juros, taxa de aval de imposto de selo e <i>early termination</i>	1.489.488.945	883.409.981	606.078.964
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150	-
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301	-
Total de gastos de empréstimos	1.799.274.396	1.193.195.432	606.078.964

O aumento ocorrido na rubrica de “Juros, taxa de aval de imposto do selo e *early termination*” no montante de 606.078.964 euros inclui: (i) 115.227.675 euros relativos aos juros dos financiamentos obtidos e dos instrumentos financeiros associados a esses financiamentos no decurso do exercício de 2013; e (ii) 490.851.289 euros relativo aos gastos incorridos com a liquidação dos instrumentos financeiros no decurso do exercício de 2013 (Nota 5.7).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de “Ativo intangível”, “Ativo fixo tangível” e “Ativo tangível em curso” detalha-se como segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2013				31 de Dezembro de 2012			
	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697	139.258	297.349.532	9.457.371	306.946.161
	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697	139.258	297.349.532	9.457.371	306.946.161

5.5. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação Areeiro.

5.6. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2013 e 2012 detalha-se como segue:

Entidade financiadora	2013				2012				
	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total	
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77.313.674	7.731.367	15.462.735	23.194.102	77.313.674	7.731.367	23.194.102	30.925.469
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2026	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	Barclays	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
		7.731.367	1.325.462.735	1.333.194.102	7.731.367	1.333.194.102	1.340.925.469		
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI	57.193.405	3.183.611	9.550.832	12.734.443	57.193.405	3.087.708	12.734.442	15.822.150
ML I/2	BEI	234.435.012	18.000.000	83.579.594	101.579.594	234.435.012	18.000.000	101.579.594	119.579.594
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	24.939.895	29.927.874	74.819.685	4.987.979	29.927.874	34.915.853
ML III	BEI	54.867.769	5.584.000	30.703.084	36.287.084	54.867.769	5.584.000	36.287.084	41.871.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	39.903.832	46.554.471	99.759.579	6.650.639	46.554.471	53.205.110
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	27.433.884	31.091.735	54.867.769	3.657.851	31.091.736	34.749.587
ML IV	BEI	169.591.285	22.400.000	85.104.090	107.504.090	169.591.285	22.400.000	107.504.090	129.904.090
ML I/3	BEI	124.699.474	7.038.498	108.819.056	115.857.554	124.699.474	7.134.398	115.857.552	122.991.950
ML I/3B	BEI	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	126.989.390	253.978.782	380.968.172	507.957.564	126.989.391	380.968.173	507.957.564
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	59.436.969	178.310.908	237.747.877	237.747.877	-	237.747.877	237.747.877
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	-	282.974.244	282.974.244	-	-	-	-
		257.928.937	1.510.117.885	1.768.046.822	1.984.491.966	1.485.072.578	1.683.564.544		
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
		-	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000		
Linhas de crédito:									
Total de empréstimos obtidos		265.660.304	3.135.580.620	3.401.240.924	206.223.333	3.118.266.680	3.324.490.013		

O empréstimo por obrigações “Private Placement”, foi contraído em 7 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações “Metro 2019” foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027”, foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pelo Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, estes empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2015	7.731.367
2016	7.731.367
2017	-
2018 e seguintes	1.310.000.001
	1.325.462.735

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2015	305.091.310
2016	305.091.310
2017	178.101.919
2018	118.664.950
2019 e seguintes	603.168.396
	1.510.117.885

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31.12.2013	Prazo	Garantias	Pari Passu	Cláusula de detenção	Rating	“Cross default”	Outras cláusulas relevantes
BEI - ML A	12.734.442	5 de Dezembro de 2017	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/2	101.579.594	15 de Setembro de 2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II	29.927.874	15 de Dezembro de 2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML III	36.287.084	15 de Junho de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/B	46.554.471	15 de Dezembro de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3	115.857.552	15 de Setembro de 2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3B	74.819.685	15 de Setembro de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/C	31.091.736	15 de Junho de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML IV	107.504.090	15 de Setembro de 2018	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/A	150.000.000	15 de Dezembro de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/B	80.000.000	15 de Junho de 2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/C	80.000.000	15 de Junho de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
Schuldchein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	Sim	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Merrill Lynch - Private Placement	23.194.102	17 de Outubro de 2016	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública	Não	Sim	Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Emissão Metro 2019	400.000.000	2019	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2026	400.000.000	2026	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2025	110.000.000	2025	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2027	400.000.000	2027	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon

5.7. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa conforme referido na Nota 3.16, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos à ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avaliados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os contratos de swaps afetos às ILD e o justo valor dos mesmos, determinado pelas instituições bancárias com as quais os mesmos foram contratados, bem como o justo valor dos instrumentos financeiros reportado a 31 de dezembro de 2012 determinado por uma entidade independente (Nota 2.1), detalham-se como segue:

Designação	Entidade	Swap	Data		Capital coberto 31.12.2013			Justo valor			Variação (face ao IV da contraparte a 31.12.2012)		
			Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BE)	Total do financiamento associado	Justo valor ("JV") (contraparte)		Justo valor (entidade independente)			
								31.12.2013	31.12.2012	31.12.2012			
B E I (MLA)	BBVA	02-02-2006	05-12-2005	15-12-2017				(463.502)	(864.704)	401.202	(762.649)	(95.177)	
B E I (MLA)	M LYNCH	16-07-2010	15-06-2010	15-12-2017					6.878	(6.878)	(762.649)	(95.177)	
B E I (ML I/2)					12.040.717	693.726	12.734.443						
B E I (ML I/2)	1º, 4º, 5º, 7º, 8º DESEMBOLSOS	DBI	26-03-2010	15-03-2010	15-09-2019				(18.524.496)	18.524.496	(19.045.304)	520.808	
B E I (ML I/2)	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS	BST	30-03-2006	15-03-2006	15-09-2019	34.915.853		(14.880.443)	(22.783.117)	7.902.674	(18.359.146)	(4.423.971)	
B E I (ML II)	4º DESEMBOLSO	JP MORGAN	12-02-2009	15-06-2008	15-12-2019				(730.004)	730.004	(709.909)	(20.095)	
B E I (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	BST	31-07-2002	15-03-2003	15-03-2012				-	-	-	-	
B E I (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	NBS	16-01-2009	15-12-2008	15-12-2019	11.971.149			65.958	10.454	129.744	(119.290)	
B E I (ML II)	1º DESEMBOLSO	BNPP	26-11-2008	15-09-2008	15-12-2019				(615.139)	615.139	(588.493)	(26.646)	
B E I (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	BBVA	02-02-2006	15-12-2005	15-06-2020				(1.382.840)	709.407	(1.073.432)	(809.438)	
B E I (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	M LYNCH	16-07-2010	15-06-2010	15-06-2020	15.130.203			119.508	(119.508)	-	119.508	
B E I (ML III)	2º E 3º DESEMBOLSOS	BARCLAYS	18-02-2011	15-03-2011	15-06-2020				-	-	(1.540.599)	1.540.599	
B E I (ML II/B)	1º, 2º, 3º, 4º DESEMBOLSOS	DBI	11-02-2008	15-12-2007	15-12-2020	15.130.203	12.511.051	27.641.254					
B E I (ML I/3)	1º, 2º, 3º, 4º, 5º DESEMBOLSOS	SG	14-09-2010	15-03-2010	15-09-2021				(24.812.540)	24.812.540	(23.197.067)	(1.615.473)	
B E I (ML I/3-B)	1º, 2º DESEMBOLSOS	BNPP	19-05-2009	15-03-2009	15-06-2022	49.351.166		49.351.166			-	(6.674.285)	
B E I (ML I/3-B)	3º DESEMBOLSO	BARCLAYS	18-02-2011	15-03-2011	15-06-2022				(6.446.434)	6.446.434	(4.848.956)	(1.597.478)	
B E I (ML II/C)	1º, 2º DESEMBOLSOS	BNPP	19-05-2009	15-03-2009	15-06-2022	31.091.736		31.091.736			(17.762.295)	(10.717.358)	
B E I (ML II/C)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS	BES/INV	11-02-2010	15-12-2009	15-09-2018	84.795.643	22.708.447	107.504.090	(7.472.612)	(12.131.623)	4.659.011	(8.875.764)	
B E I (ML V/A)	1º, 2º, 3º E 4º DESEMBOLSOS	DBI	27-04-2009	15-03-2009	15-12-2020	120.000.000	30.000.000	150.000.000			(30.709.539)	(30.629.344)	
B E I (ML V/B)	1º, 2º, 3º DESEMBOLSOS	BARCLAYS	10-07-2008	15-06-2008	15-06-2021	66.666.667	13.333.333	80.000.000			(19.948.511)	(3.456.422)	
B E I (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BST	26-05-2003	16-06-2003	15-06-2021				(5.609.517)	(7.681.359)	2.071.842	(1.588.349)	
B E I (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BNPP	14-02-2006	15-12-2005	15-06-2022				(958.783)	958.783	3.243.997	(4.202.780)	
B E I (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	JP MORGAN	31-05-2007	15-12-2006	15-06-2022				1.226.909	(1.226.909)	1.211.722	15.187	
B E I (ML V/C)	2º DESEMBOLSO	BNPP	26-11-2008	15-09-2008	15-06-2022				(4.896.798)	4.896.798	(4.092.389)	(804.409)	
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE A	C SUISS	03-06-2008	15-03-2008	15-06-2022				(32.079.759)	32.079.759	(43.639.184)	11.559.425	
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31-05-2007	15-03-2007	15-06-2022				(393.466.458)	30.726.030	(328.218.600)	(65.247.858)	
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	JP MORGAN	15-07-2009	15-03-2010	15-06-2022				1.386.511	(1.386.511)	2.319.737	(933.226)	
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16-07-2009	15-03-2010	15-06-2022	44.206.294			429.430	930.000	(500.570)	(1.389.737)	
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE C	DBI	26-03-2010	15-03-2010	15-06-2022				5.365.088	(5.365.088)	(3.155.482)	8.520.570	
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE A	MORGAN STANLEY	08-07-2008	22-07-2010	22-07-2024	44.206.294	(176.825.175)	(132.618.881)			(30.751.213)	(29.741.487)	
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE A	C SUISS	18-04-2011	22-07-2006	22-07-2024				(3.823.383)	3.823.383	10.206.827	(14.030.210)	
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE B	SG	10-09-2010	22-07-2010	22-07-2024	100.000.000			(50.401.491)	50.401.491	(48.734.952)	(1.666.539)	
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	BST	25-02-2005	22-07-2005	22-07-2024				(21.739.690)	(30.226.556)	8.486.866	(29.305.648)	
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	C SUISS	03-03-2010	22-07-2006	22-07-2024				(6.362.577)	6.362.577	(13.393.372)	7.030.795	
MERRILL LYNCH	M LYNCH	16-07-2010	15-04-2010	15-10-2016	100.000.000		100.000.000						
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	16-05-2008	04-12-2007	04-12-2026	23.194.102			(81.791)	1.740.396	(1.822.187)	2.441.775	(701.379)	
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29-11-2010	04-12-2009	04-12-2026									
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA	15-12-2006	04-12-2006	04-12-2026	70.000.000			(18.831.618)	(26.015.365)	5.923.252	(8.137.557)	2.214.305	
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026	30.000.000			(5.754.850)	(15.782.434)	10.027.584	5.270.862	(21.053.296)	
OBRIGAÇÕES 2026	CGD	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026	30.000.000			(5.754.850)	(15.782.434)	10.027.584	5.270.862	(21.053.296)	
OBRIGAÇÕES 2026	C SUISS	09-08-2011	04-12-2010	04-12-2026					(6.698.228)	6.698.228	(9.340.360)	2.642.132	
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	17-05-2007	04-12-2006	04-12-2026					(859.236)	859.236	4.878.720	(5.737.956)	
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	06-07-2010	04-12-2009	04-12-2026					(109.762.952)	109.762.952	(156.215.611)	46.452.659	
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29-11-2010	04-12-2009	04-12-2026					(1.597.521)	1.597.521	(3.380.446)	1.782.925	
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	15-05-2009	04-03-2009	04-12-2026					(61.234.884)	61.234.884	(63.726.402)	2.491.518	
OBRIGAÇÕES 2026	CAIXA BI	28-04-2010	04-12-2009	04-12-2026	100.000.000			22.195.656	14.731.366	7.464.290	21.392.307	(6.660.941)	
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	26-03-2010	04-12-2009	04-12-2026					(5.747.585)	5.747.585	13.826.290	(19.573.875)	
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	27-07-2009	04-12-2008	04-12-2026					(40.226.000)	40.226.000	(43.785.452)	3.559.452	
OBRIGAÇÕES 2026					230.000.000		230.000.000						
OBRIGAÇÕES 2027	BARCLAYS	20-12-2007	07-12-2007	07-12-2027					(48.566.436)	48.566.436	(23.026.330)	(25.540.106)	
OBRIGAÇÕES 2027	JP MORGAN	07-12-2007	07-12-2007	07-12-2027					(40.507.284)	40.507.284	(57.586.032)	17.078.748	
OBRIGAÇÕES 2027	BNPP	28-04-2010	07-12-2009	07-12-2027					1.481.554	(1.481.554)	9.914.102	(8.432.548)	
OBRIGAÇÕES 2019	BARCLAYS	28-01-2009	04-02-2009	04-02-2019					79.112.808	(79.112.808)	63.929.887	15.182.921	
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15-01-2010	04-02-2010	04-02-2019	100.000.000			(24.152.174)	(28.756.751)	4.604.577	(27.243.001)	(1.513.750)	
OBRIGAÇÕES 2019	GSI	11-03-2011	04-08-2012	04-02-2019					(53.283.358)	53.283.358	(51.351.417)	(1.931.941)	
OBRIGAÇÕES 2030	BARCLAYS	30-12-2010	30-12-2010	30-12-2030					(98.181.364)	98.181.364	(94.339.693)	(3.841.671)	
					874.012.364	-	833.590.501	(445.463.864)	(1.201.610.504)	756.146.640	(1.063.831.614)	(137.778.890)	

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme referido na Nota 2.1. a Empresa passou a mensurar os instrumentos financeiros derivados de acordo com o "marked-to-market" determinado pela contraparte com os quais os mesmos foram contratados. A variação positiva na rubrica de "Derivados" afectos às ILD no montante de 618.367.750 euros inclui: (i) o efeito negativo decorrente da actualização do "marked-to-market" a 31 de dezembro de 2012 no montante de 137.778.890 euros com base no valor determinado pela contraparte; e (ii) a variação positiva no montante de 756.146.654 euros em resultado das variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, entre exercícios, e o cancelamento antecipado de diversos contratos conforme referido abaixo.

O impacto resultante desta alteração de mensuração reportado a 31 de dezembro de 2012 foi registado por contrapartida da rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração" no activo em 31 de dezembro de 2013 no montante de 137.778.890 euros, dado ser entendimento do Conselho de Administração que o efeito da reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 não seriam materialmente relevantes para efeitos de comparabilidade.

A metodologia utilizada é das instituições bancárias contratantes, que consiste na projeção dos cash-flows atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual de forma a projetar os Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou 34 contratos de swap tendo pago o montante de 490.851.289 euros cujo "marked-to-market" à data da liquidação, determinado pela contraparte com a qual os mesmos foram contratados ascendia a 671.686.152 euros.

O detalhe dos contratos de swap liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Despacho	Entidade bancária	Tipo de Instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	PRESENT VALUE Contraparte	Variação
BEI ML I/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	15-09-21	95.602.930	20-03-2013	(21.900.000)	(24.812.540)	(2.912.540)
BEI ML I/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	22-07-24	100.000.000	20-03-2013	(38.960.000)	(50.401.491)	(11.441.491)
ABN1	549/13-SET	Morgan Stanley	CMS Steepener	22-07-24	100.000.000	21-03-2013	(23.000.000)	(30.751.213)	(7.751.213)
BEI REESTRUT - IC	660/13-SET	Crédit Suisse	Worst of 2 Spreads	15-06-22	17.364.188	08-04-2013	(21.400.000)	(40.883.076)	(19.483.076)
	660/13-SET	Crédit Suisse	Floors, Overlay	22-07-24	100.000.000	08-04-2013	(7.300.000)	10.897.948	18.197.948
	660/13-SET	Crédit Suisse	Spread Option, Overlay	22-07-24	100.000.000	08-04-2013	(9.800.000)	(12.318.660)	(2.518.660)
OBRIG 2026-5	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia -EUR 10Y ia) Leveraged Floor	04-12-26	70.000.000	08-04-2013	(7.900.000)	(6.982.720)	917.280
	879/13-SET	Barclays	Vanilla, Overlay	15-06-22	77.895.605	07-05-2013	(4.832.919)	(6.098.999)	(1.266.080)
BEI ML V/B	879/13-SET	Barclays	Index linked	15-06-21	80.000.000	07-05-2013	(16.188.865)	(19.318.887)	(3.130.022)
OBRIG 2026-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-12-26	100.000.000	07-05-2013	(16.450.389)	(22.722.434)	(6.272.045)
OBRIG 2026-6	879/13-SET	Barclays	Cap Knock Out	04-12-26	200.000.000	07-05-2013	(1.334.193)	(1.742.306)	(408.113)
OBRIG 2026-7	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-12-26	100.000.000	07-05-2013	(50.229.558)	(60.610.697)	(10.381.139)
OBRIG 2027-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	07-12-22	200.000.000	07-05-2013	(36.398.650)	(48.840.456)	(12.441.806)
OBRIG 2019	879/13-SET	Barclays	Vanilla	04-02-19	400.000.000	07-05-2013	65.078.000	59.796.768	(5.281.232)
OBRIG 2030	879/13-SET	Barclays	Vanilla	30-12-30	300.000.000	07-05-2013	(84.149.925)	(94.973.821)	(10.823.896)
BEI ML II/C 1° e 2°	966/13-SET	BNP Paribas	Index linked	15-06-22	86.790.834	16-05-2013	(10.140.000)	(16.471.820)	(6.331.820)
	966/13-SET	BNP Paribas	Snowball, Overlay	15-06-22	40.000.000	16-05-2013	(780.000)	(1.103.064)	(323.064)
BEI ML II 1°	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-12-19	11.472.352	16-05-2013	(390.000)	(553.696)	(163.696)
BEI ML V/C 2°	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-06-22	40.000.000	16-05-2013	(3.055.000)	(4.558.493)	(1.503.493)
OBRIG 2027-3	966/13-SET	BNP Paribas	Vanilla	07-12-27	100.000.000	16-05-2013	585.000	1.108.690	523.690
	1007/13-SET	Goldman Sachs	Floor, Overlay	04-02-19	300.000.000	20-05-2013	(26.999.828)	(47.492.424)	(20.492.596)
BEI ML II 4°	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla Swap	15-12-19	21.947.108	13-06-2013	(435.007)	(630.458)	(195.451)
	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla	15-06-22	40.000.000	13-06-2013	850.721	1.222.515	371.794
	1161/13-SET	JP Morgan	Snowball, Overlay	15-06-22	12.545.916	13-06-2013	931.613	1.342.312	410.699
OBRIG 2026-2	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla + Short Cap.	04-12-26	100.000.000	13-06-2013	(4.966.196)	(6.558.103)	(1.591.907)
OBRIG 2026-6A	1161/13-SET	JP Morgan	Range Accrual GBP10y- JPY6m	04-12-26	170.000.000	13-06-2013	(72.985.315)	(99.503.117)	(26.517.802)
OBRIG 2026-6B	1161/13-SET	JP Morgan	KO Swap, Overlay	04-12-26	30.000.000	13-06-2013	(1.180.408)	(1.639.317)	(458.909)
OBRIG 2027-2	1161/13-SET	JP Morgan	Index Linked	07-12-27	100.000.000	13-06-2013	(28.439.707)	(43.018.822)	(14.579.115)
BEI ML I/2 - 1°,4°,5°,7° e 8°	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	15-09-19	93.192.074	28-06-2013	(10.621.473)	(16.793.772)	(6.172.299)
BEI ML II/B	1234/13-SET	Deutsche	Inverse Flooter Eur 10-2	15-12-20	86.458.302	28-06-2013	(3.093.298)	(4.994.948)	(1.901.650)
BEI ML V/A	1234/13-SET	Deutsche	Convertible Swap	15-12-20	150.000.000	28-06-2013	(19.719.623)	(30.436.427)	(10.716.804)
	1234/13-SET	Deutsche	Snowball	15-06-22	25.091.832	28-06-2013	(4.162.465)	(5.325.071)	(1.162.606)
	1234/13-SET	Deutsche	Inflation Linked, overlay	04-12-26	70.000.000	28-06-2013	(5.041.073)	(5.859.731)	(818.658)
OBRIG 2026-5A	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	04-12-26	70.000.000	28-06-2013	(26.442.728)	(40.657.824)	(14.215.096)
							(490.851.289)	(671.686.152)	(180.834.863)

5.8. Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.9. Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício de 2014. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica inclui o montante de 122.526 euros relativo a gastos com investimentos efetuados em ILD os quais à data ainda não se encontravam faturados pela Ferconsult.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	251.253.540	498.781.147	612.354	28.258.400	25.321.737	2.976.076	831.490.932
Aquisições	-	10.786	30.633	17.280	131.653	(75.790)	322.731	437.293
Alienações	-	-	(11.164)	(54.923)	-	-	-	(66.086)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(6.439)	-	(935.708)	(7.711)	-	(949.858)
	24.287.679	251.264.326	498.794.178	574.711	27.454.344	25.238.237	3.298.807	830.912.282
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	170.366.788	337.927.426	527.632	25.146.462	10.249.830	-	544.218.137
Amortizações do exercício	-	10.810.217	14.785.270	44.388	1.304.720	894.297	-	27.838.892
Alienações	-	-	(8.449)	(50.686)	-	-	-	(59.135)
Abates	-	-	(5.903)	-	(935.546)	(7.453)	-	(948.902)
	-	181.177.005	352.698.344	521.334	25.515.635	11.136.675	-	571.048.991
	24.287.679	70.087.321	146.095.834	53.377	1.938.709	14.101.562	3.298.807	259.863.291

2012								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	251.251.764	497.505.520	1.236.442	26.205.594	24.829.596	5.892.580	831.209.175
Aquisições	-	1.776	641.895	13.980	214.681	494.051	694.456	2.060.839
Alienações	-	-	(813)	(638.069)	(4.779)	-	-	(643.661)
Transferências	-	-	635.566	-	2.179.814	-	(3.610.960)	(795.580)
Abates	-	-	(1.021)	-	(336.909)	(1.910)	-	(339.840)
Saldo final	24.287.679	251.253.540	498.781.147	612.353	28.258.401	25.321.737	2.976.076	831.490.933
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	159.550.362	322.595.264	1.080.388	24.937.809	9.370.576	-	517.534.399
Amortizações do exercício	-	10.816.426	15.333.887	68.157	548.319	880.955	-	27.647.744
Alienações	-	-	(813)	(620.914)	(3.228)	-	-	(624.955)
Abates	-	-	(912)	-	(336.439)	(1.700)	-	(339.051)
Saldo final	-	170.366.788	337.927.426	527.631	25.146.461	10.249.831	-	544.218.137
Activos líquidos	24.287.679	80.886.752	160.853.721	84.722	3.111.940	15.071.906	2.976.076	287.272.796

O aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorrido na rubrica de “Equipamento básico” no montante de 641.895 euros resulta, essencialmente, da aquisição de transformadores de tração no montante de 310.764 euros e da ampliação da rede telefónica no montante de 233.661 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de “Equipamento básico” e de “Equipamento administrativo” no montante de 635.566 euros e 2.179.814 euros, respeitam, essencialmente a rádios móveis portáteis e portáteis TETRA no material circulante, para as comunicações privadas no sistema SIRESP e sistema de planeamento ótimo de recursos e gestão em tempo real da operação (sistema PLAGO).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar ativos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

Gastos capitalizados	2013	2012
Gastos de empréstimos	404	10.928
	404	10.928

As amortizações do exercício, no montante de 27.838.892 euros (27.647.744 euros em 2012), foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” na demonstração dos resultados.

7. Locações

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.5, a Empresa regista no seu ativo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração e uma viatura ligeira registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – equipamento básico” e “Ativos fixos tangíveis – equipamento de transporte”, respetivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são detalhados conforme se segue:

Locações Financeiras - Bens	2013		2012	
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	305.858.686	178.525.988	127.332.698	138.256.306
Equipamento de transporte	77.399	72.941	4.458	40.077
	305.936.085	178.598.929	127.337.156	138.296.383

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, vencem juros a taxas anuais que se situam entre -3,3501% e 3,2522%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

Locações Financeiras	Capital em dívida (Nota 18)	
	2013	2012
Até 1 ano	9.024.101	26.999.992
Entre 1 ano e 5 anos	42.731.314	47.534.578
A mais de 5 anos	7.630.671	15.275.224
	59.386.086	89.809.794

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2013 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 9) não reconhecidas no balanço (Nota 3.5) no montante de 227.340.947 euros (Nota 17).

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

Locações operacionais	Pagamentos mínimos	
	2013	2012
Até 1 ano	7.179.113	7.220.379
Entre 1 ano e 5 anos	31.654.789	59.265.912
A mais de 5 anos	188.507.045	168.923.935
	227.340.947	235.410.226

8. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

31 de dezembro de 2013					
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.353.869	1.772.999	428.728	428.728
	3.555.595	1.353.869	1.772.999	428.728	428.728

31 de dezembro de 2012					
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.282.735	1.905.969	366.892	366.891
	3.555.595	1.282.735	1.905.969	366.892	366.891

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os cash-flows previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.6, e os custos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

31 de dezembro de 2013				
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	22.925	14.426	71.134	(62.635)
	22.925	14.426	71.134	(62.635)

31 de dezembro de 2012				
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24.726	20.862	71.134	(67.270)
	24.726	20.862	71.134	(67.270)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 132.970 euros, a qual foi registada na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)” na demonstração dos resultados.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, no montante de 71.134 euros, foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

2013										
	Sede	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Usboa	100,00%	10.698.003	6.206.904	4.491.099	6.687.002	121.488	121.488	121.488	4.491.099 b)
Metrocom, S.A.	Usboa	100,00%	2.830.322	960.986	1.869.337	2.570.108	337.702	337.702	337.702	1.869.337 b)
Empresas associadas:										
Publímetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Usboa	40,00%	2.884.907	2.887.671	(2.764)	1.842.904	103	41	41	-
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Usboa	5,00%	5.159.755	5.150.377	9.378	7.278.533	9.378	469	469	469
Total de investimento em subsidiárias e associadas										6.360.905
Investimento noutras empresas:										
Edel - Empresa Editorial, Lda	Usboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20 a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Usboa	16,00%	75.805.511	87.156.402	(11.350.891)	4.865.888	60.265	9.642	9.642	-
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Usboa		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	19.143.134
Otlis, A.C.E.	Usboa	14,29%	2.683.601	1.425.289	1.258.312	4.541.006	678.480	96.921	96.921	179.750
TREM, A.C.E.	Usboa	0,0001%	4.782.878	69.992.068	(11.950.510)	2.547.293	(1.248.268)	(112)	(112)	- b)
TREM II, A.C.E.	Usboa	0,0001%	22.209.014	157.642.186	(23.234.592)	5.024.680	(2.970.283)	(267)	(267)	- b)
Total de investimento noutras empresas										19.322.904
Total										25.683.810

- a) Informação financeira não auditada em 31 de Dezembro de 2013.
b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.
c) Informação não disponível.
d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

2012										
	Sede	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Usboa	100,00%	13.746.786	10.337.175	3.409.610	4.986.425	(1.203.124)	(1.203.124)	(1.203.124)	3.409.610 b)
Ferconsult, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Usboa		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	1.031.836
Metrocom, S.A.	Usboa	100,00%	2.480.910	949.275	1.531.635	2.944.824	443.758	443.758	443.758	1.531.635 b)
Empresas associadas:										
Publímetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Usboa	40,00%	4.145.816	4.148.684	(2.868)	1.614.964	-	-	-	(1.147)
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Usboa	5,00%	3.845.496	3.560.790	284.707	5.622.283	284.707	14.235	14.235	14.235
Total de investimento em subsidiárias e associadas										5.986.169
Investimento noutras empresas:										
Edel - Empresa Editorial, Lda	Usboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20 a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Usboa	16,00%	75.923.772	86.963.811	(11.040.038)	4.743.005	(583.802)	(93.408)	312.346	-
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Usboa		n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	14.050.474
Otlis, A.C.E.	Usboa	14,29%	2.292.320	1.534.599	757.721	2.911.556	277.889	39.710	108.246	108.246
TREM, A.C.E.	Usboa	0,0001%	8.770.789	72.731.710	(10.702.242)	3.052.086	(1.250.205)	(113)	-	- b)
TREM II, A.C.E.	Usboa	0,0001%	39.607.401	163.070.291	(20.264.309)	6.145.276	(2.976.660)	(268)	-	- b)
Total de investimento noutras empresas										14.158.740
Total										20.144.909

- a) Informação financeira não auditada em 31 de Dezembro de 2012.
b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.
c) Informação não disponível.
d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se em 31 de dezembro de 2013 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, apropriado uma ganho no decurso do exercício de 2013 no montante de 121.488 euros que foi reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica “Proveitos/ganhos imputados de subsidiárias, associadas e participadas”.

A participação que a Empresa detém na GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. encontra-se registada por valor nulo, sendo que no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa reconheceu na demonstração dos resultados uma provisão no montante de 1.816.143 euros correspondente à sua parte nas perdas acumuladas apuradas por esta participada no exercício e em exercícios anteriores.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa concedeu suprimentos à GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., no montante de 5.092.660 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2013, o montante total concedido a título de suprimentos ascende a 19.143.134 euros. A Empresa não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a este montante, por ser entendimento do Conselho de Administração que os mesmos serão realizáveis no futuro.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2013 e 2012 foi como segue:

	2013		
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	4.750.253	15.394.656	20.144.909
Aplicação do método da equivalência patrimonial	556.580	-	556.580
Dividendos	(39.655)	-	(39.655)
Outras variações no capital próprio - subsídios	-	-	-
Aumentos de suprimentos - GIL	-	5.092.660	5.092.660
Outras variações	(70.684)	-	(70.684)
Saldo final	5.196.494	20.487.316	25.683.810
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	(313.493)	-	(313.493)
Reclassificação para a rubrica de "Provisões"	313.493	-	313.493
Saldo final	-	-	-
Ativo líquido	5.196.494	20.487.316	25.683.810

	2012		
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	5.964.428	10.284.311	16.248.739
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(705.421)	-	(705.421)
Dividendos	(63.581)	-	(63.581)
Outras variações no capital próprio - subsídios	(131.633)	-	(131.633)
Aumentos de suprimentos - GIL	-	5.052.207	5.052.207
Juros de suprimentos - Ferconsult	-	58.138	58.138
Outras variações	(47)	-	(47)
Saldo final	5.063.746	15.394.656	20.458.402
Perdas por Imparidade			
Saldo inicial	(313.493)	-	(313.493)
Saldo final	(313.493)	-	(313.493)
Ativo líquido	4.750.253	15.394.656	20.144.909

10. Derivados

O saldo das rubricas de “Derivados” em 31 de dezembro de 2013 e 2012, corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

Instrumentos financeiros derivados	Data					Justo valor						Variação (face ao JV da contraparte a 31.12.2012)	
						Justo valor (“JV”) (contraparte)		Variação	Justo valor (“JV”) (contraparte)		Justo valor (entidade independente)		
						31.12.2013	31.12.2012		31.12.2013	31.12.2012			
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Activo	Passivo	Activo	Passivo	Activo	Passivo		
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11-03-2011	21-07-2010	21-07-2016	-	-	- (14.812.613)	14.812.613	-	16.260.790	-	(1.448.177)	
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11-03-2011	24-07-2010	24-07-2016	-	-	- (10.548.814)	10.548.814	-	11.573.188	-	(1.024.374)	
DB EXPORT/95	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2013	-	-	554.030	-	(554.030)	-	(510.593)	(43.437)	
DB EXPORT/97	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2015	18.946.700	-	(977.480)	776.207	-	(1.753.687)	-	(1.706.142)	(47.545)
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22-09-2005	01-07-2005	01-01-2019	43.846.560	-	(43.231.123)	24.789.545	-	(68.020.668)	-	(48.770.499)	(19.250.169)
BSN-CGD (US LEASE)	JP MORGAN	15-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	-	-	-	(5.231.127)	5.231.127	-	4.700.505	530.622	
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	21.923.280	3.271.187	-	(1.628.813)	4.900.000	-	4.700.505	199.495	
TREM I	C SUISSSE	16-11-2009	20-03-2007	20-03-2020	-	-	-	3.136.626	-	(3.136.626)	-	(1.816.003)	(1.320.623)
TREM II	C SUISSSE	16-11-2009	24-03-2007	24-09-2021	-	-	-	5.589.865	-	(5.589.865)	-	(3.030.532)	(2.559.333)
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06-06-2005	23-09-2005	23-09-2022	79.850.569	-	(166.506.345)	22.808.905	-	(189.315.250)	-	(166.698.901)	(22.616.349)
TREM II (2ª TRANCHE)	JP MORGAN	08-07-2008	23-03-2008	23-09-2022	-	-	-	(10.974.903)	10.974.903	-	10.561.546	413.357	
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27-07-2009	18-08-2009	18-08-2014	-	-	-	6.910.836	-	(6.910.836)	-	(5.721.988)	(1.188.848)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27-07-2009	18-08-2009	18-08-2016	-	-	-	2.301.858	-	(2.301.858)	-	(2.084.251)	(217.607)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27-07-2009	18-08-2009	18-08-2016	-	-	-	(318.838)	-	318.838	739.134	(420.296)	
					164.567.109	3.271.187	(210.714.948)	23.352.764	46.467.457	(277.263.982)	48.535.668	(230.338.909)	(48.993.283)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme referido na Nota 2.1. a Empresa passou a mensurar os instrumentos financeiros derivados de acordo com o “marked-to-market” determinado pela contraparte com os quais os mesmos foram contratados. A variação negativa nas rubricas do balanço “Derivados” no montante de 25.640.519 euros inclui: (i) o efeito negativo decorrente da atualização do “marked-to-market” a 31 de dezembro de 2012 no montante de 48.993.283 euros com base no valor determinado pela contraparte naquela data e refletido no quadro acima na coluna “Justo valor (“JV”) (Contraparte) – 31.12.2012”, a qual foi registada em 31 de dezembro de 2013 na rubrica de “Resultados transitados” (Nota 15), dado ser entendimento do Conselho de Administração que o efeito da reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 não seriam materialmente relevantes para efeitos de comparabilidade; e (ii) a variação positiva no montante de 23.352.764 euros em resultado das variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, entre exercícios, e o cancelamento antecipado de diversos contratos conforme referido abaixo, a qual foi registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor”.

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2013, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas suposições e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.7), seria como segue:

2013	+1%	-1%
Justo Valor	40.918.862	(55.240.653)
	40.918.862	(55.240.653)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou 9 contratos de swap tendo pago o montante de 15.422.250 euros. O ganho resultante da liquidação destes contratos, cujo montante ascendeu a 24.527.071 euros, que corresponde à diferença entre o valor pago e o “marked-to-market” determinado pela contraparte com quem os mesmos foram contratados com referência a 31 de dezembro de 2012, foi registado na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” (Nota 29) e a perda no montante de 9.104.821 euros foi registada na rubrica de “Outros gastos e perdas” (Nota 30).

O detalhe dos contratos de swap liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Tipologia	Despacho	Entidade bancária	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	"Marked-to-market" (Contraparte)	Variação
TREM I	ML	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia - EUR 10Y ia) Leveraged Floor	20-Mar-20	80.222.338	08-04-2013	(1.300.000)	(877.164)	422.836
	ML	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia - EUR 10Y ia) Leveraged Floor	21-Sep-24	88.007.484	08-04-2013	(3.000.000)	(1.674.198)	1.325.802
GOLDMAN SCHUKDESCHEN	ML	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	21-Jul-16	71.042.080	20-05-2013	8.112.044	14.430.951	6.318.907
	ML	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	24-Jul-16	50.000.000	20-05-2013	5.792.784	10.278.688	4.485.904
	ML	1161/13-SET	JP Morgan	Snawball, Overlay	01-Jan-19	34.769.094	13-06-2013	3.066.515	4.685.342	1.618.827
DEUTSCHE SCHUKDESCHEN	ML	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla (Restructured)	23-Sep-22	90.036.707	13-06-2013	7.361.246	10.590.719	3.229.473
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Range	18-Ago-16	25.500.000	28-06-2013	(1.243.210)	(5.117.906)	(3.874.696)
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-14	150.000.000	28-06-2013	(3.561.611)	(1.943.975)	1.617.636
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-16	2.450.000	28-06-2013	194.482	886.918	692.436
								15.422.250	31.259.376	15.837.126

11. Outros ativos financeiros – não corrente

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outros ativos financeiros – não corrente" inclui: (i) os montantes de 17.798.437 euros e 17.539.253 euros, respetivamente, os quais respeitam a uma garantia adicional que a Empresa teve de conceder em Abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à Empresa; e (ii) o montante de 18.651.146 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do "downgrade" do "rating" da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 153.367 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2013			2012		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consu						
Materiais	1.144.973	(405.000)	739.973	1.002.947	(380.000)	622.947
Ferramentas	18.732	-	18.732	22.722	-	22.722
Produtos de limpeza	41.216	-	41.216	19.668	-	19.668
Combustíveis	37.025	-	37.025	26.900	-	26.900
Títulos de transporte	433.525	-	433.525	130.064	-	130.064
Outros materiais	298.571	-	298.571	400.317	-	400.317
	1.974.041	(405.000)	1.569.041	1.602.618	(380.000)	1.222.618

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
	2013	2012
Saldo inicial	1.602.617	2.175.086
Compras	2.208.435	2.093.143
Regularizações	313.451	(460.207)
Saldo final	1.974.041	1.602.618
	2.150.462	2.205.404

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

Perdas por Imparidade - Inventários	2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Materiais	380.000	25.000	-	405.000
	380.000	25.000	-	405.000

Perdas por Imparidade - Inventários	2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Materiais	330.000	50.000	-	380.000
	330.000	50.000	-	380.000

Os aumentos das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram registrados na rubrica de "Imparidade de inventários – (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

13. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

Clientes e Outras contas a receber	2013			2012		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Outras contas a receber	10.502.602	-	10.502.602	12.433.723	-	12.433.723
	10.502.602	-	10.502.602	12.433.723	-	12.433.723
Correntes:						
Clientes	4.343.036	(421)	4.342.615	8.008.373	(421)	8.007.952
Outras contas a receber	22.438.021	(4.382.808)	18.055.213	22.783.806	(4.382.808)	18.400.998
	26.781.057	(4.383.229)	22.397.828	30.792.179	(4.383.229)	26.408.950
	37.283.659	(4.383.229)	32.900.430	43.225.902	(4.383.229)	38.842.673

O detalhe das contas a receber e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Clientes	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Simtejo	59.624	-	59.624	-
Ar Telecom	463.383	-	463.383	-
Direcção Geral de Transportes Terrestres	23.644	-	23.644	-
Tmn - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	262.958	-	180.615	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	-	-	188.309	-
Refer	1.045	-	1.045	-
Soflusa - Soc. Fluvial Transportes	2.023	-	278.650	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	2.666.854	-	3.972.560	-
Outros	863.505	-	2.840.543	-
	4.343.036	-	8.008.373	-
Imparidade de contas a receber de clientes	(421)	-	(421)	-
	4.342.615	-	8.007.952	-

Outras contas a receber	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parque Expo' 98	7.980.766	-	7.980.766	-
Transtejo	3.157.679	10.502.602	2.577.739	12.002.602
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	747.716	-	491.366	-
Câmara Municipal do Barreiro	3.101.278	-	151.833	-
Câmara Municipal de Lisboa	437.240	-	18.054	413.067
Rodoviária de Lisboa	76.782	-	199.177	-
Refer	114.414	-	-	-
Receitas de tráfego	2.317.465	-	1.230.036	-
Pessoal	670.354	-	391.122	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	312.721	-	4.516.571	-
Outros	3.521.606	-	5.227.142	18.054
	22.438.021	10.502.602	22.783.806	12.433.723
Imparidade de outras contas a receber	(4.382.808)	-	(4.382.808)	-
	18.055.213	10.502.602	18.400.998	12.433.723
	22.397.827	10.502.602	26.408.950	12.433.723

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2013 da compensação total a Empresa recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo a parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros contas a receber" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início a exploração desta linha).

Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria a Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável a implementação e construção da estação de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outras contas a pagar", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a Empresa celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de 14.502.602 euros relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

Decorrente deste contrato, a Transtejo obrigava-se a pagar à Empresa, anualmente, o montante de 1.000.000 euros, sendo que tal como contratualizado o mesmo poderá ser reduzido para 500.000 euros caso aquela entidade assim o comunique à Empresa. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Transtejo procedeu ao pagamento de 1.500.000 euros à Empresa, sendo que nesta data o montante que se encontra por liquidar por aquela entidade relativamente ao protocolo celebrado, ascende a 11.502.602 euros, dos quais 1.000.000 euros se encontram classificados como corrente.

Esta conta a receber não vence juros sendo que o montante classificado como não corrente tem o seguinte plano de pagamentos:

Ano	Montante
2015	1.000.000
2016	1.000.000
2017	1.000.000
2018	1.000.000
2019 e seguintes	6.502.602
	10.502.602

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é próximo do seu justo valor.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2013 e 2012 foi como segue:

Imparidades	2013				2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	421	-	-	421	2.755	-	(2.334)	421
De outras contas a receber	4.382.808	-	-	4.382.808	4.454.186	-	(71.378)	4.382.808
	4.383.229	-	-	4.383.229	4.456.941	-	(73.712)	4.383.229

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2013	2012
Seguros	8.115	300
Encargos com contratos de leasing	1.730.816	2.048.687
Trabalhos por conta de terceiros	55.707.366	53.562.488
Outros	245.050	357.437
	57.691.347	55.968.913

A rubrica “Diferimentos ativos – encargos com contratos de leasing”, no montante de 1.730.816 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, essencialmente, os montantes de 35.993.483 euros (o qual inclui o montante de 1.861.686 euros relativo às obras efetuadas no terminal da Transtejo no Cais Sodré e o montante de 34.131.796 euros relativo às obras efetuadas pela Empresa no Terreiro do Paço) e relativamente ao qual o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação, 9.550.544 euros e 7.315.347 euros relativos a obras efetuadas pela Empresa por conta da Câmara Municipal de Lisboa e da Refer, respetivamente.

15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2013 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 1.079.179.039 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi efetuado um aumento de capital no montante de 475.429.039 euros, o qual foi totalmente subscrito e realizado em dinheiro pelo Estado Português.

Resultados transitados:

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa registou na rubrica de “Resultados transitados” o montante de 40.398.604 euros relativo: (i) ao diferencial negativo entre “marked-to-market” dos instrumentos financeiros derivados determinado pela contraparte com quem os mesmos foram contratados, reportado a 31 de dezembro de 2012 e o valor determinado pelo avaliador externo com referência aquela data no montante de 48.993.282 euros (Nota 10); (ii) ao montante positivo de 3.991.943 euros relativo ao acréscimo de gastos com juros associado relativo aos instrumentos financeiros derivados, que se encontrava reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2012 numa rubrica autónoma e que se encontram considerados no “marked-to-market” determinado pela contraparte; e (iii) ao montante positivo de 4.602.735 euros relacionado com juros de empréstimos.

O resultado líquido negativo dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2010 e 2012, foram transferidos para a rubrica de “Resultados transitados” nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

16. Subsídios do Governo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

Subsídios	2013				
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 29)	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	7.768.383	3.174.497
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	37.784.518	16.743.856
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	45.552.901	19.918.353

Subsídios	2012				
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 29)	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	7.273.544	3.669.336
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	35.373.126	19.155.248
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	42.646.670	22.824.584

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

Provisões e Passivos contingentes	2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	100.007	334.192	100.005	334.194
Juros a liquidar	261.881	10.737.858	-	10.999.739
Despesas com pessoal	142.971	-	-	142.971
	504.859	11.072.050	100.005	11.476.904
Outras provisões:				
Investimentos financeiros	1.973	1.817.620	-	1.819.593
Outras	15.705	-	-	15.705
	17.678	1.817.620	-	1.835.298
	522.537	12.889.670	100.005	13.312.202

2012				
Provisões e Passivos contingentes	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	1.143.865	-	1.043.858	100.007
Juros a liquidar	261.881	-	-	261.881
Despesas com pessoal	142.971	-	-	142.971
	1.548.717	-	1.043.858	504.859
Outras provisões:				
Investimentos financeiros	1.572	401	-	1.973
Outras	15.705	-	-	15.705
	17.277	401	-	17.678
	1.565.994	401	1.043.858	522.537

Em 31 de dezembro de 2013 a Empresa reconheceu na rubrica de “Provisões para riscos e encargos” o montante de 10.737.858 euros relativo aos juros vencidos e não pagos em setembro e dezembro de 2013 à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2013 ascende a 287.751 euros e encontra-se refletida na rubrica de “Processos judiciais em curso”.

O aumento verificado na rubrica de “Outras provisões – investimentos financeiros”, inclui o montante de 1.816.143 euros relativo à provisão constituída pela Empresa para fazer face às perdas acumuladas no exercício e em exercícios anteriores, conforme referido na Nota 9.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2013, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 2.078.851 euros (3.694.154 euros em 31 de dezembro de 2012), os quais referem-se essencialmente, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2013 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registados encargos de saúde no montante de 730.688 euros (Notas 3.15 e 28), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 59.386.086 euros (Nota 7 e 18) e 89.809.794 euros, respetivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de 227.340.947 euros (Nota 7).

18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 detalha-se como segue:

Financiamentos	Entidade financiadora	2013			2012		
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas	-	-	-	-	-	-
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas 2014	-	-	-	50.000.000	50.000.000	-
Emp. CP 175 M EUR	Barclays Bank	-	-	-	-	-	-
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100.000.000	-	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	-	50.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	26.493.609	52.987.218	105.974.436	26.493.609	79.480.827
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	102.708.492	308.125.476	410.833.969	-	410.833.969
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	-	129.885.756	-	-	-
Total Empréstimos bancários			179.202.101	640.998.450		76.493.609	690.314.796
Locações financeiras:							
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	-	-	-	-	18.365.631	-
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	-	5.562.973	13.383.727	-	5.243.636	18.946.700
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	-	3.456.669	36.978.258	-	3.367.190	43.846.560
Emp. CP/LP M EUR	BMW Bank GmbH - Sucursal Portugal	-	4.459	-	-	23.535	16.542
Total de Locações financeiras			9.024.101	50.361.985		26.999.992	62.809.802
Encargos financeiros			(11.348.761)	-		(1.198.563)	-
Total instituições financeiras			176.877.441	691.360.435		102.295.038	753.124.597

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 129.885.756 euros, estão associados a responsabilidades com a produção do transporte e cujo reembolso será efetuado em 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 410.833.969 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 105.974.438 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa procedeu ao reembolso dos empréstimos contratados junto do BNP Paribas e Barclays Bank, nos montantes de 50.000.000 euros e 175.000.000 euros, respetivamente, em consequência do seu vencimento, tal como estipulado contratualmente. Adicionalmente, a Empresa reembolsou as linhas de crédito que tinha contratualizado com aquelas instituições, no montante global de 109.887.149 euros, em resultado do encerramento das mesmas, tal como estipulado contratualmente.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2015	150.849.727
2016	300.849.727
2017	124.356.118
2018	21.647.626
2019 e seguintes	43.295.252
	640.998.450

Em 29 de dezembro de 1995 e em 30 de dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT Leasing GmbH, dois contratos de leasing, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tração (UT), respetivamente. Em 31 de dezembro de 2013, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 19.046.700 euros (13.383.727 euros classificados como não corrente e 5.662.973 euros como corrente).

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2013, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 40.434.927 euros.

Em 31 de dezembro de 2013 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

2013	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (Nota 17)	9.019.642	50.361.985	59.381.627
	9.019.642	50.361.985	59.381.627

A parcela que classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

2013	
Anos	Montante
2014	20.434.554
2015	7.238.201
2016	7.430.547
2017	7.628.011
2018 e seguintes	7.630.672
	50.361.985

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,3501% e 3,2522%.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2014 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2014, encontra-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 307.191.761 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2014 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias; (ii) a conversão de financiamentos concedidos pela DGTF em aumentos de capital no montante de 358.306.233 euros; e (iii) um aumento de capital por dotação de capital no montante de 241.080.212 euros, do qual a esta data já se encontra parcialmente concretizado, através do aumento de capital de 55.000.000 euros (Nota 35).

Em 31 de dezembro de 2013 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31.12.2013	Prazo	Garantias	"Pari Passu"	Clausula de detenção	Rating	"Cross default"	Outras clausulas relevantes
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100.000.000	10 de Julho 2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50.000.000	24 de Julho de 2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Deutsche Bank AG e o Dexia Sabadell, S.A., sucursal em Portugal em 24 de Julho de 2009, alterado em 28 de Janeiro de 2011, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50.000.000	18 de Julho de 2014	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	(2 notches abaixo de A+ pela S&P ou A3 pela Moody's) (esta cláusula foi eliminada no aditamento de 2011)	Sim	"Negative Pledge" / Contrato com Garantia da República Portuguesa

Anexo A - Cláusula 11.7. Enquanto as obrigações para si decorrentes do presente Contrato não se encontrarem integralmente satisfeitas, não dar em garantia ou por outra forma onerar quaisquer bens, com excepção das infra estruturas de longa duração (ILD's), que constam ou venham a constar do seu activo, desde que tal afecte significativamente o património da Mutuária ou a sua capacidade em cumprir com as obrigações decorrentes deste Contrato, excepto:

- a) Garantias constituídas com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- b) Garantias prestadas no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor das entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações;
- c) Garantias constituídas por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionados com a actividade da Mutuária;
- d) Cessões de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Mutuária, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- e) Garantias constituídas sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Mutuária para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- f) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
- g) Qualquer garantia que resulte de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Mutuária no âmbito da sua actividade comercial regular;
- h) Garantias constituídas no âmbito de ou que resultem das operações referidas na alínea b).

Cláusula 11.8. Não vender, ceder ou por qualquer outro meio transmitir qualquer dos seus Activos, com excepção das infra-estruturas de longa duração (ILD's), sem o consentimento prévio do Banco.

Esta proibição não se aplica a qualquer venda, cessão, transmissão ou qualquer outra forma de disposição, se:

- a) Relativa a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros e efectuada no exercício de actividade comercial da Mutuária ou por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionados com a referida actividade;
- b) Consistir numa troca por outros Activos comparáveis ou superiores em tipo, valor e qualidade ou se a contrapartida auferida corresponder ao respectivo valor de mercado;
- c) For efectuada no âmbito de operações de locação estruturada e/ou de sale e leaseback, a favor das entidades financiadoras dessas operações com vista ao financiamento dos Activos em curso;
- d) O somatório da correspondente valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o que for mais alto, e do valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o mais alto, de qualquer outra venda, aluguer, transmissão ou outra forma de disposição (sem contar com as operações permitidas nas alíneas anteriores) não exceder em qualquer exercício o montante de 15.000.000 EUR (quinze milhões de euros).

Anexo B - A sociedade poderá, no entanto, sobre os bens móveis ou imóveis que constituem ou venham a constituir o seu activo, e sem prejuízo das obrigações identificadas no número um da presente cláusula, prestar:

- (i) Garantias com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- (ii) garantias no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor de entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações bem como aquelas obrigações que sejam exigidas como obrigações das Sociedades pelas entidades financiadoras daquelas operações;
- (iii) Garantias por exigência legal ou estatutária ou em virtude de instruções imperativas do Governo/Tutela no âmbito da actividade exercida pela Sociedade;
- (iv) Cessões de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Sociedade, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- (v) Garantias sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Sociedade para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- (vi) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
- (vii) Qualquer garantia que vise obstar ao exercício de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Sociedade no âmbito da sua actividade comercial regular.

O “downgrade” do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de “US Cross Border Lease”, respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso no exercício de 2013 constitui um colateral no montante de 18.651.146 euros (Nota 11).

19. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na nota 3.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2013, o número de empregados ativos e reformados /pensionistas ascendia a 1.068 e 1.425, respectivamente (1.127 e 1.449 em 31 de dezembro de 2012).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido a data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2013	2012
Trabalhadores activos	50.459.418	56.655.595
Reformados	166.527.727	206.083.505
	216.987.145	262.739.100

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2013 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2013	2012
Tábuas de mortalidade		TV88/90 - França
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	
Tábuas de invalidez	EKV80	EVK 80
Taxas		
Taxa média de crescimento dos salários		
Taxa de Crescimento Salarial até aos 55 anos	2,00%	2,50%
Taxa de Crescimento Salarial após os 55 anos	1,50%	2,50%
Taxa de desconto	3,50%	3,75%
Taxa média anual de crescimento de pensões	0,00%	1,00%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	1,50%	2,50%

Com referência a 31 de dezembro de 2013, na quantificação das responsabilidades com benefícios pós-emprego foi tida em consideração: (i) a alteração introduzida pelo Orçamento de Estado de 2014, no que se refere à suspensão de pagamentos de complementos de reformas para as empresas públicas que apresentem prejuízos; e (ii) a alteração da idade de reforma de 65 para 66 anos.

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2013 e 2012 foi como se segue:

	2013	2012
Responsabilidades totais no início do período	262.739.100	262.695.165
Custos dos serviços correntes (Nota 28)	2.302.813	3.373.150
Custo dos juros (Nota 28)	9.852.716	15.761.710
Benefícios pagos no exercício	(13.563.234)	(13.604.173)
Ganhos / perdas atuariais do exercício	(44.344.250)	(5.486.752)
Responsabilidades totais no fim do período	216.987.145	262.739.100

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2013, nos montantes de 2.302.813 euros e 9.852.716 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 44.344.250 euros e 5.486.752 euros, respetivamente, relativo a perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de “Resultados transitados”, conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.15).

Em 31 de dezembro de 2013, as perdas actuariais resultam, essencialmente, da diferenciação das tábuas de mortalidade entre a população masculina e feminina, ganhos atuariais resultantes da suspensão de pagamentos de reformas em 2014 e da alteração da idade da reforma.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 216.987.145 euros, encontram-se registadas no passivo na rubrica “Responsabilidades por benefícios pós emprego”.

Em 31 de dezembro de 2013 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

20. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 31 de dezembro de 2013 e 2012 detalha-se como segue:

Fornecedores	2013	2012
Companhia Carris de Ferro	64.378	158.937
Edp Comercial	840.714	-
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	29.021	23.524
Emel	1.170	290.726
Empresas do Grupo (Nota 32)	461.039	4.143
Eurest, S.A.	1.916	65.956
Grupo 8- Vigilância e Prevenção	-	863
Iberlin, S.A.	10.891	109.238
Optimus Comunicações, S.A.	1.720	10.683
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	42.818	24.521
Outros	162.599	755.690
	1.616.266	1.444.281

21. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos as taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:				
Pagamentos por conta	280.000	-	280.000	-
Estimativa de imposto	-	87.525	-	97.394
Retenções na fonte	2.103.321	-	2.232.747	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	1.082.278	-	693.318
Imposto sobre o valor acrescentado	1.255.287	-	1.657.499	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.131.299	-	1.119.908
Outros Impostos	756.087	296.590	3.393	2.195.685
	4.394.694	2.597.692	4.173.639	4.106.305

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2013, os quais serão liquidados em janeiro de 2014.

22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2013 e em 2012 e detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2013	2012
Imposto corrente	87.525	97.394
	87.525	97.394

Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável. Decorrente desta situação as autoridades tributárias poderão entender que os ajustamentos de transição para o SNC (reportados a 01 de Janeiro de 2010), poderiam ser relevantes para efeitos de cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício.

É entendimento da Empresa que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados, os mesmos não deveriam concorrer para o apuramento do resultado tributável dos exercícios de 2012 e 2013, sendo assim intenção da Empresa solicitar às autoridades tributárias um pedido de informação vinculativa relativamente a este tema.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 706.933.656 euros e 792.668.096 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas e conforme se segue:

Prejuízos fiscais	2013		2012	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2006				
Gerados em 2007			118.382.911	2013
Gerados em 2008	120.689.141	2014	120.689.141	2014
Gerados em 2009	147.456.480	2015	147.456.480	2015
Gerados em 2010	155.633.266	2014	155.633.266	2014
Gerados em 2011	159.811.290	2015	159.811.290	2015
Gerados em 2012	90.695.009	2017	90.695.009	2017
Gerados em 2013	32.648.471	2017		
	706.933.656		792.668.096	

23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Outras contas a pagar	2013	2012
Outros credores:		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7.082.930	7.082.930
Pessoal	492.748	450.722
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	7.198.543	8.769.222
Juros vincendos e não pagos	18.546.087	12.985.024
Credores por acréscimos de gastos	277.341	2.920.727
Fornecedores de investimentos	6.044.200	4.137.743
Outros	2.711.924	2.620.254
	42.353.773	38.966.622

O saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” em 31 de dezembro de 2013 e 2012 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

O montante de 6.044.200 euros (4.137.743 euros 31 de dezembro 2012) relativo à rubrica de “Fornecedores de investimentos” respeita ao saldo a pagar a fornecedores, relativamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais se destacam: (i) 1.300.017 euros a pagar à Câmara Municipal de Lisboa; (ii) 1.315.421 euros a pagar à CJC – Engenharia e Projetos; e (iii) 541.4760 Euros a pagar à Siemens.

24. Diferimentos passivos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2013	2012
Leasings financeiros - mais valias diferidas	1.578.232	2.024.861
Receitas de tráfego	1.350.735	1.290.810
Rendimento de imóveis	2.035	1.969
	2.931.002	3.317.640

As mais-valias decorrentes dos contratos de *leasing* financeiro referentes às 14 UT e 24 UT encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 29).

25. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2013	2012
Vendas:		
Sucatas	90.937	1.031
Prestação de serviços:		
Receitas de tráfego	77.487.718	78.381.310
Serviços secundários	3.509.726	3.350.713
Outros	6	-
	81.088.387	81.733.054

26. Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Subsídios à exploração	2013	2012
Indemnização compensatória	44.000.000	44.000.000
Passe 4_18	312.602	539.854
Passe Sub23	296.105	1.017.800
Paii-Programa Apoio Integrado a Idosos	305.482	142.623
Passe Social +	449.460	401.917
	45.363.649	46.102.194

Em 31 de dezembro de 2013 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2013 de 4 de abril.

Em 31 de dezembro de 2012 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2012, de 31 de maio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para o passe 4_18@escola.tp, o passe sub23@superior.tp no montante de 645.229 euros (608.707 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e de 1.651.113 euros (1.557.654 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), respetivamente.

27. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2013	2012
Electricidade	8.148.655	7.864.081
Rendas e alugueres	7.918.025	9.342.423
Conservação e reparação	4.018.437	5.131.344
Limpeza, higiene e conforto	2.665.399	3.027.963
Vigilância e segurança	5.186.241	5.881.152
Trabalhos especializados	1.238.931	1.039.670
Outros	2.704.030	3.058.995
	31.879.718	35.345.628

A rubrica de “Rendas e alugueres” inclui, essencialmente, o montante de 7.764.009 euros relativo às rendas dos *leasings* operacionais (9.276.929 euros em 31 de dezembro de 2012). A diminuição verificada face ao exercício de 2012 resulta do facto da componente variável que compõe a renda ter sofrido um decréscimo face ao exercício de 2012 em resultado da diminuição da taxa de juro a que se encontra indexada esta renda.

A diminuição verificada nas rubricas de “Limpeza, higiene e conforto” e “Vigilância e segurança” resulta da contenção de gastos e redução da cadência de comboios.

28. Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	187.687	281.419
Remunerações ao pessoal	46.425.805	47.567.246
Benefícios pós-emprego - complementos pagos	13.563.234	13.604.173
Responsabilidades da empresa com pensões (Nota 19)	12.155.529	-
Encargos sobre remunerações	10.007.051	10.384.553
Seguros de doenças profissionais (Nota 17)	730.689	899.778
Gastos de acção social	660.936	1.120.133
Outros	2.666.887	1.440.489
	86.397.818	75.297.791

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na rubrica de “Remunerações ao pessoal” resultou, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei 66-B-2012 do Orçamento de Estado 2013.

A Empresa reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 2.302.813 euros (em 2012 foi reconhecido na rubrica “Provisões” pelo montante de 3.373.150 euros) e o custo dos juros, no montante de 9.852.716 euros (em 2012 foi reconhecido na rubrica “Juros e gastos similares suportados” pelo montante de 15.761.710 euros).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número médio de trabalhadores foi de 1.490 e 1.540 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.451 e 1.525 pessoas, respetivamente.

29. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2013	2012
Subsídio para investimentos (Nota 16)	2.906.231	2.906.231
Reconhecimento de mais-valias	446.629	446.629
Serviços sociais	150.738	203.299
Ganhos em inventários - sobras	181.581	53.711
Ganhos em SWAP (Nota 10)	24.527.071	-
Venda de energia	488.224	395.010
Juros de mora	-	57.334
Rendas de imóveis (Nota 8)	22.925	24.726
Outros	613.092	524.445
	29.336.492	4.611.385

O saldo da rubrica de “Reconhecimento de mais-valias” é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT e 24 UT, cujo montante a 31 de dezembro de 2013 ascendeu 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 24).

O saldo da rubrica de “Ganhos em Swap” reflete o diferencial entre o “marked-to-market” reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de swap no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). As perdas apuradas com o cancelamento dos contratos de swap encontram-se reconhecidas na rubrica de “Outros gastos e perdas” (Nota 30).

30. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2013	2012
Donativos	-	231.559
Imposto municipal sobre imóveis	100.150	294.481
Quotizações	91.844	107.352
Perdas em inventários	55.912	88.302
Perdas em SWAP (Nota 10)	9.104.821	-
Juros de mora	421.610	536.731
Dívidas incobráveis	-	2.334
Outros	1.636.010	1.086.052
	11.410.347	2.346.811

O saldo da rubrica de “Perdas em Swap” reflete o diferencial entre o “marked-to-market” reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de swap no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). Os ganhos apurados com o cancelamento dos contratos de swap encontram-se reconhecidos na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” (Nota 29).

A rubrica de “Juros de mora” em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respeita, essencialmente, a juros debitados pelos empreiteiros por atrasos no pagamento das faturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.

31. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2013	2012
Gastos e perdas:		
Juros suportados com financiamentos bancários	34.503.908	43.774.594
Loações financeiras	4.219.365	8.570.460
Outros gastos financeiros	-	22.771.264
	38.723.273	75.116.318
Rendimentos de juros:		
Juros obtidos em aplicações financeiras	24.405	-
Outros	854.645	-
	879.050	-
Resultados financeiros	(37.844.223)	(75.116.318)

O montante de 4.219.365 euros, registado na rubrica de “Loações financeiras” respeita aos encargos financeiros suportados com os contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 18).

O montante de 22.771.264 euros registado na rubrica de “Outros gastos financeiros” em 31 de dezembro de 2012, inclui o montante de 15.761.710 euros, relativo ao custo dos juros com as responsabilidades por benefícios pós-emprego (Nota 19), os quais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram registados na rubrica de “Gastos com o pessoal”.

32. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2013						
	Contas a receber				Contas a pagar		
	Cientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	-	-	79.675	223.540	-	194.379	108.836
Metrocom, S.A.	61.248	-	379.542	3.731	4.373	-	440.148
Associadas:							
Publimetro	2.281.624	-	-	-	-	-	2.281.624
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	85.450	-	111.619	(26.169)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	323.982	-	1.097	-	456.666	-	(131.587)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	-	19.143.134	-	-	-	-	19.143.134
	2.666.854	19.143.134	460.314	312.721	461.039	305.998	21.815.986

Partes relacionadas	2012						
	Contas a receber				Contas a pagar		
	Cientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	-	1.031.836	79.675	4.157.891	-	4.965.198	304.204
Metrocom, S.A.	592.874	-	282.761	3.731	1.951	-	877.415
Associadas:							
Publimetro	3.379.686	-	-	269.499	-	-	3.649.185
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	85.450	-	125.889	(40.439)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	-	-	-	-	2.192	-	(2.192)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	-	14.050.474	-	-	-	-	14.050.474
	3.972.560	15.082.310	362.436	4.516.571	4.143	5.091.087	18.838.647

O saldo da rubrica “Outras contas a pagar”, respeita aos saldos a pagar à Ferconsult e Ensitrans em 31 de dezembro de 2013 e 2012, no montante 194.379 euros e 111.889 euros, respetivamente, os quais encontram-se registadas na rubrica de “Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração” (Nota 5.9).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2013			
	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	2.748.038	79.944	323.397
Metrocom, S.A.	-	-	8.411	1.189.829
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.141
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	120.011	8.040	1.271.139	2.881.903
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	-	-	304.234	-
	120.011	2.756.078	1.663.728	4.396.270

Partes relacionadas	2012			
	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	432.434	95.876	111.303
Metrocom, S.A.	-	-	6.346	1.820.841
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	2.042.354
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	131.928	14.050	566.916	1.827.467
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	-	-	304.234	(51.702)
	131.928	446.484	973.372	5.750.264

33. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 61.157.244 euros e 61.157.244 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2013, é como segue:

2013			
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.661	17-08-2011	Cm Lisboa
Banco BPI	13.087	30-03-2010	Edp - Serv.Universal, S.A.
Banco BPI	1.583	30-06-2010	Trib.Tribut.2ª.Inst.Lis
Banco BPI	95.482	11-05-2006	Finanças 4ºbairro Fiscal
Banco BPI	7.494	10-03-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo
Banco BPI	6.940	03-07-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo
Barclays Bank	17.458	25-05-1994	Petrogal
Banco BPI	924.000	01-02-2012	4ªVARA CÍVEL LISBOA-2ªSECÇÃO
1.073.705			

34. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 12.895 euros.

35. Acontecimentos após a data do balanço

Na sequência do despacho n.º 1023683 de 21 de janeiro de 2014 e tendo por base os termos do n.º 2 do artigo 59º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 4º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 20 de janeiro, foi determinado aumentar o capital social da Empresa em 55.000.000 euros, a subscrever pelo Estado em numerário, nas seguintes datas: (i) 20.000.000 Euros a realizar em 20 de janeiro de 2014; e (ii) 35.000.000 Euros a realizar até 12 de março de 2014. À data da aprovação destas demonstrações financeiras o aumento de capital atrás referido encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo que foram alterados os estatutos em conformidade, passando o capital social da Empresa para 1.134.179.039,20 euros.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Siglas e Acrónimos

Sigla / Acrónimo	Significado
AE	Acordo de empresa
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMT	Associação Mobilidade e Transportes
ANA	ANA Aeroportos de Portugal
APEL	Associação Portuguesa de Editores e Livreiros
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado
CA	Conselho de Administração
CASA	Centro de Apoio ao Sem-Abrigo
CCDTML	Centro cultural e desportivo dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa
CCP	Código dos contratos públicos
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVMC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
CO ₂	Dióxido de carbono
CP	Comboios de Portugal
CPC	Conselho de prevenção de corrupção
DC	Despacho conjunto
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
ECSI	European Customer Satisfaction Index
EDP	Eletricidade de Portugal
EGP	Estatuto de Gestor Público
EMEF	Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário
EMEL	Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, e.m. s.a.
EPAL	Empresa Pública de Águas de Lisboa
EPE	Entidade pública empresarial
EPR	Entidade pública reclassificada
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGRF	Instrumentos de gestão de risco financeiro
ILD	Infraestrutura de longa duração
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições particulares de solidariedade social
ISC	Índice de satisfação do cliente
ISCTE	Instituto universitário de Lisboa
IUTP	União Internacional dos Transportes Públicos
KPI	Indicador chave de desempenho
kWh	Quilowatt-hora
LCPA	Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
MAVT	Máquinas de Venda Automática
MK	Missão Kanimambo
MKBF	Quilometragem média entre falhas (<i>Mean kilometre between failures</i>)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
ML 90/95/97/99	Material circulante das séries de 1979, 1990, 1995 e 1999, respetivamente
MTBF	Tempo médio entre falhas (<i>Mean time between failures</i>)
NP / NP EN	Normas portuguesas
O.G.E.	Orçamento Geral do Estado
O/D	Origem / Destino
OCS's	Órgãos de Comunicação Social
ODS	Substâncias que empobrecem a camada de ozono (<i>Ozone Depleting Substances</i>)
OPRLO	Opção pela Remuneração do Lugar de Origem
OS	Órgãos sociais
OSIRIS	Projeto europeu para a melhoria da gestão de crises ambientais
PBG	Princípios de Bom Governo
PDE	Procedimento dos défices excessivos
PDF	Portable Document Format

Sigla / Acrónimo	Significado
PIB	Produto interno bruto
PLAGO	Sistema de planeamento e gestão de pessoal, de horários e de material circulante
PMO	Parque de material e oficinas
PMP	Prazo médio de pagamentos
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
POC	Plano oficial de contabilidade
POCP	Plano oficial de contabilidade pública
POGSE	Plano de organização e gestão da segurança da empresa
PPRIC	Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PSC	Programa de Gestão do Sistema
RCC	Regulamento de circulação de comboios
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
REN	Rede Elétrica Nacional
ROC	Revisor Oficial de Contas
RS	Regulamento de sinalização
RSPVE	Regulamento de segurança de pessoal nas vias eletrificadas
RURT	Regulamento de utilização das redes de telecomunicações
SADI	Sistema Automático de Detecção de Incêndios
SAP BW	Sistema Business Warehouse
SAP BW	Módulo do sistema SAP - Bussiness Warehouse
SAP PM	Módulo do sistema SAP - Programa da manutenção
SAP R/3	Sistema que oferece um conjunto de módulos com diversas aplicações de negócio
SEE	Setor empresarial do Estado
SEOPTC	Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações
SETF	Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
SFA	Serviços e fundos autónomos
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente
SIRIEF	Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de normalização contabilística
SROC	Sociedade de Revisores Oficial de Contas
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	Forças (<i>Strenghts</i>) / Fraquezas (<i>Weaknesses</i>) / Oportunidades (<i>Opportunities</i>) / Ameaças (<i>Threats</i>)
TC	Tribunal de Contas
ton.	tonelada
TSU	Taxa Social Única
UT	Unidades triplas
V.A.R.S.P.	Valor atual das responsabilidades com serviços passados
VA	Vista Alegre Atlantis